

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**CECÍLIA PINTO SANTOS**

**(RE)EXISTIR AOS ENQUADRAMENTOS DO FEMINICÍDIO: CAMINHOS  
AFETIVOS NO DAR A VER O FENÔMENO E SUAS VÍTIMAS**

**Belo Horizonte  
2022**

**CECÍLIA PINTO SANTOS**

**(RE)EXISTIR AOS ENQUADRAMENTOS DO FEMINICÍDIO: CAMINHOS  
AFETIVOS NO DAR A VER O FENÔMENO E SUAS VÍTIMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Linha de Pesquisa: Textualidades  
Midiáticas

Orientadora: Camila Maciel Campolina  
Alves Mantovani

BELO HORIZONTE

2022

301.16 Santos, Cecília Pinto.  
S237r (Re)existir aos enquadramentos do feminicídio  
2022 [manuscrito] : caminhos afetivos no dar a ver o fenômeno e  
suas vítimas / Cecília Pinto Santos. - 2022.  
114 f. : il.  
Orientadora: Camila Maciel Campolina Alves Mantovani.  
  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.  
  
1. Comunicação – Teses. 2. Feminicídio - Teses. 3 Afeto  
(Psicologia) - Teses. I. Mantovani, Camila Maciel Campolina  
Alves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL/FAFICH

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**"(Re) existir aos enquadramentos do feminicídio: Caminhos afetivos no dar a ver o fenômeno e suas vítimas."**

**Cecília Pinto Santos**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profª Camila Maciel Campolina Alves Mantovani - Orientadora (DCM/FAFICH/UFMG)

Profª Sônia Caldas Pessoa (DCM/FAFICH/UFMG)

Prof. Phellipy Pereira Jácome (DCM/FAFICH/UFMG)

Prof. Rennan Lanna Martins Mafra (UFV)

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 01/11/2022, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2022, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rennan Lanna Martins Mafra, Usuário Externo**, em 07/11/2022, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Caldas Pessoa, Coordenador(a) de curso**, em 09/11/2022, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1845693** e o código CRC **F1FCE34F**.

à Milene, *in memoriam*  
e a todas as mulheres

## AGRADECIMENTOS

Tenho imensa gratidão pelos encontros com pessoas tão queridas que a vida já me proporcionou e aqui agradeço, especialmente, aos encontros que aconteceram durante e por conta desta pesquisa;

agradeço à minha mãe, pela paciência, confiança, apoio e carinho que sempre me deu e que se mostraram bastante importantes nesses últimos três anos. Ao meu pai também, pelo apoio, confiança e carinho;

à querida professora Camila Mantovani, pela orientação e grande confiança e paciência durante todo o percurso;

às professoras e professores do PPGCOM da UFMG, que tanto me inspiraram no fazer desta pesquisa, Sônia Caldas, Phellipy Jácome, Ângela Marques, Elton Antunes, Joana Ziller;

à Denise Coimbra, Débora Rodrigues, Dinha e Vânia que participaram desta pesquisa e que dispuseram de tempo e espaço para conversar de lembranças, às vezes, tão dolorosas e revoltantes;

à Elisa França, por tudo que é na minha vida e por tudo que também me foi durante o fazer desta pesquisa;

ao pessoal da Secretaria de Cultura e Turismo, nos nomes de Bárbara, Rosimairé, João, Graça, Kátia, Helder, Lili, Joyce, principalmente pela compreensão nas ausências ao trabalho;

às queridas e queridos Ana Luisa Miranda, Gabs Santana, Idalina Rodrigues, Andressa Pêgo, Nathália Gontijo, Kleber Mendonça, Charles Campos, Renata França, Henrique Santos, Daniela Viola, tia Lúcia e tio Paulinho, tia Regina e tio Eustáquio pelas conversas, trocas, carinho e compreensão com uma mestrandia;

às companheiras e companheiros de mestrado pelas trocas e vivências compartilhadas; em especial ao Ives, com quem também pude contar e confiar durante todo este percurso; a também, todas e todos do grupo Afetos, pelas trocas e afetos e, especialmente, à Pati, pela inspiração;

à Fernanda Menezes, André Salmerón e Pedro Carozzi que, bem lá no início de tudo, também me ajudaram com o projeto de pesquisa e me apoiaram nessa aventura.

*Creo que hay que resistir: éste ha sido mi lema. Pero hoy, cuántas veces me he preguntado como encarnar esta palabra.*

Ernesto Sabato



## RESUMO

Esta pesquisa é, primeiramente, uma imersão afetiva (STEWART, 2002; MENDONÇA E MORICEAU, 2016; MORICEAU, 2021) nos encontros com materialidades, as quais fizeram ver um caso de feminicídio que aconteceu na cidade de Bom Despacho – MG, em 2019. Nossa proposta é refletir e relatar as experiências de tais encontros de maneira a elaborar cenas (RANCIÈRE, 2021) mais sensíveis para falar sobre o feminicídio por meio da singularidade de cada caso. O fenômeno é caracterizado como um ato extremo de uma série contínua de violências de gênero (CAPUTI; RUSSELL, 1992) que se reverbera inclusive após a morte da vítima por meio de notícias jornalísticas; estas muitas vezes se revelam como uma “segunda morte” da vítima (CALDEIRA, 2017). Tendo os afetos como guia e, mediante o entrelaçamento de fotografias, de narrativas apresentadas pela mídia, de testemunhos de pessoas próximas à vítima e de escritas e gestos de pessoas que se indignaram com o caso, ensaiamos a tessitura de uma cena que se propõe enquanto outro caminho e outra possibilidade para dar a ver o feminicídio e cada caso. Tal cena se apresenta enquanto ruptura frente a essas práticas e gestos contínuos de violência que caracterizam o fenômeno na medida em que revela uma rearticulação dos corpos atravessados pelo feminicídio.

**Palavras-chave:** *feminicídio; afetos; resistência; corpo; cena; jornalismo*

## ABSTRACT

This research is, first, an affective immersion (STEWART, 2002; MENDONÇA E MORICEAU, 2016; MORICEAU, 2021) in the encounters with materialities, which made us see a case of femicide that happened in the city of Bom Despacho - MG, in 2019. Our proposal is to reflect and report the experiences of such encounters in order to develop more sensitive scenes (RANCIÈRE, 2021) to talk about femicide through the uniqueness of each case. The phenomenon is characterized as an extreme act of a continuous series of gender violence (CAPUTI; RUSSELL, 1992) that reverberates even after the victim's death through journalistic news; these often reveal themselves as a "second death" of the victim (CALDEIRA, 2017). Taking affections as a guide and, through the interweaving of photographs, narratives presented by the media, testimonies of people close to the victim and writings and gestures of people who were outraged by the case, we rehearsed the fabric of a scene that is proposed as another way and another possibility to show femicide and each case. This scene is proposed as a rupture in the face of these practices and continuous gestures of violence that characterize the phenomenon insofar as it reveals a rearticulation of the bodies crossed by femicide.

**Keywords:** *femicide; affections; resistance; body; scene; journalism*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fotografia tirada por mim durante a Marcha Contra a Violência, que aconteceu no dia 8 de março de 2019 em Bom Despacho - MG.....	15
Figura 2 - Print da matéria publicada no G1 .....	77
Figura 3 - Notícia publicada no jornal de Negócios .....	83
Figura 4 - Artigo de Denise Coimbra.....	97
Figura 5 - Fotografia tirada na Marcha Contra a Violência em 2019. ....	102
Figura 6 – Fotografia feita por mim durante a Marcha Contra a Violência em 2019. ....	104
Figura 7 - Página em que foi publicada a carta de Débora .....	105
Figura 8 - Carta de Débora Rodrigues.....	106
Figura 10 - Carta para Milene a pedido de sua mãe.....	109

## SUMÁRIO

1.	Introdução .....	14
2.	BASTA! A Pesquisa indignada .....	18
3.	Quem são os corpos vítimas de feminicídio?.....	23
3.1.	Corpo-território.....	31
3.2.	Nossos corpos-territórios que continuam em desobediência .....	36
3.3.	Os sintomas entre os sistemas .....	41
3.4.	Propondo cenas afetivas no “fazer ver” o feminicídio .....	47
4.	Femicídio, nomeando experiências.....	56
4.1.	Femicídio: a política de matar mulheres.....	57
4.2.	Outras experiências: América Latina, entre o femicídio e o feminicídio.....	61
4.3.	Femicídio no Brasil.....	67
5.	O feminicídio nas narrativas jornalísticas.....	70
6.	Do encontro com uma segunda morte de Milene.....	76
6.1.	Outras cenas, outros encontros, outras formas de fazer ver .....	82
6.2.	Marcha das Mulheres contra a violência, março de 2019.....	101
6.3.	Cartas para Milene.....	104
7.	Considerações finais .....	111
8.	Referências Bibliográficas .....	114

## 1. Introdução

Milene resistiu, na verdade. Ela foi morta porque resistiu. Eu digo resistiu porque, em algum momento de seu relacionamento, ela não aceitou mais as violências que vinha sofrendo de seu ex-companheiro. Ela se opôs e reagiu a essas violências ao terminar com Robson e assim, ele a matou. O assassinato de Milene aconteceu no dia 06 de março. Ela foi morta no meio da madrugada em seu apartamento pelo seu ex-companheiro, que não aceitou o término do relacionamento.

Eu conheci Milene quando soube de sua morte. Encontrei-me com ela na Marcha Contra a Violência organizada pelo Grupo Semeando no Campo<sup>1</sup> no dia 8 de março, dois dias depois que ela foi assassinada, pois, de alguma forma, ela estava ali presente. Eu a vi nos cartazes, na fotografia levantada por algumas mulheres; eu a vi presente no luto, na dor, indignação e revolta das manifestantes. Foi ali e a partir desses encontros que acabei também compreendendo e registrando sua morte; a partir de uma perspectiva que vinha do encontro com a dor e a indignação das pessoas que a ela eram próximas, que a conheciam ou que se sentiram afetadas e indignadas pela maneira como ela foi morta. Essa foi a primeira vez em que participei de uma manifestação contra a violência de gênero em que a vítima de um caso de feminicídio parecia tão próxima e presente.

Naquele ano, portanto, fui à marcha do 8 de março por Milene e por nossas vidas; e, como jornalista, eu também fui para fotografar. Foi na Marcha que vi um retrato dela pela primeira vez e várias foram as sensações que tive ao ver essa fotografia sendo carregada e levantada na manifestação. Depois que comecei esta pesquisa, a *selfie* levantada na Marcha me apareceu também em em outras situações e materialidades, ela apareceu ilustrando as matérias e notícias jornalísticas que veicularam o caso de sua morte e em cartas públicas à vítima.

---

<sup>1</sup> O grupo Semeando no Campo surgiu em 2015, após mulheres e mães procuraram o apoio do Núcleo de Atenção à Saúde Familiar (NASF) do município para lidar com seus entes envolvidos direta ou indiretamente com a criminalidade.

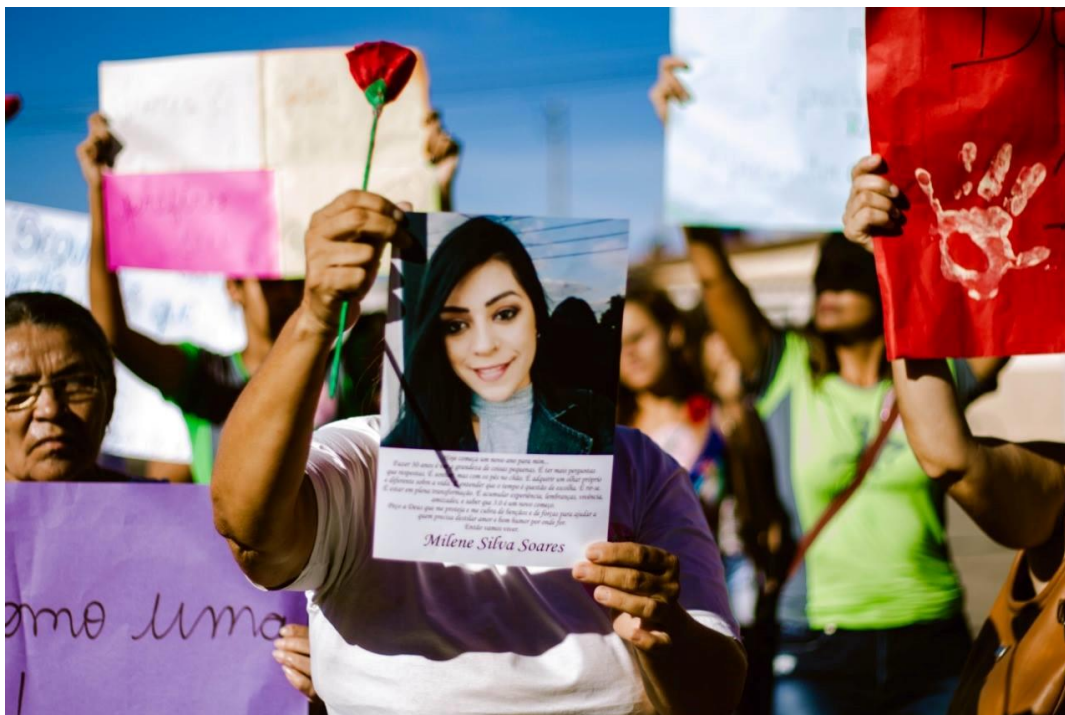


Figura 1- Fotografia tirada por mim durante a Marcha Contra a Violência, que aconteceu no dia 8 de março de 2019 em Bom Despacho - MG

Cada uma dessas materialidades e situações que se apresentaram enquanto formas de falar sobre a morte de Milene, ou melhor, que se revelaram enquanto um encontro com ela, desencadeou determinadas sensações; fez emergir certas atmosferas e paisagens sensíveis. Relatar, tecer, conectar essas sensações, atmosferas, essas paisagens sensíveis propostas por tais encontros; tecer cenas guiadas por afetos vem sendo a proposta desta pesquisa.

Portanto, falamos de encontros. Sobre as formas de encontro com as vítimas de feminicídio; sobre, especialmente, os encontros com as imagens, as memórias, as lembranças das vítimas de feminicídio - mais especificamente de Milene - e também sobre os sentimentos, sensações e efeitos que esses encontros nos propõem e fazem emergir. Esta pesquisa é mais ainda sobre como elaborar cenas de encontro mais sensíveis no falar sobre o feminicídio a partir de cada caso; elaborar mesmo outras imagens, memórias e lembranças das vítimas de feminicídio a partir de tais encontros de forma a não repetir uma violência de gênero que muitas vezes se reverbera nas notícias de tais casos.

O tema *feminicídio* surgiu sem querer no trajeto desta pesquisa que, num primeiro momento, tinha o objetivo de analisar o perfil do Instagram de um coletivo de fotógrafas latino-americanas. Em algum momento deste percurso, a

palavra *feminicídio* apareceu em uma fotografia que vi nessa mesma plataforma e que foi tirada pela fotojornalista Andrea Murcia durante as manifestações do 8 de março no México em 2020; foi uma fotografia que me tocou e, a partir dela, passei a estudar e a me aprofundar no fenômeno que diz das mortes de mulheres devido à misoginia. Depois de ver essa fotografia, o caso de Milene Soares e as manifestações do 8 de março de 2019, em Bom Despacho, se reacenderam em minha memória e foram ganhando protagonismo nas minhas reflexões e neste percurso.

Ao longo desta pesquisa, revisei e imergi afetivamente num encontro com Milene a partir de minhas lembranças, de como fiquei sabendo de sua morte, da manifestação e dos registros que fiz. Imergi também nesse encontro a partir do artigo e da carta que Denise Coimbra e Débora Rodrigues escreveram ao saberem do caso; e que foram publicadas junto com as fotografias que tirei da manifestação no perfil do Instagram do Coletivo Senhoras do Sol<sup>2</sup> e, mais tarde, no Jornal de Negócios<sup>3</sup> - um jornal da cidade de Bom Despacho. Para além dessas materialidades, revisei também as notas factuais a respeito do acontecido no portal G1- Centro-oeste e no Jornal de Negócios. Nessas matérias, encontrei-me com Milene e a mesma fotografia de arquivo que foi levantada durante as manifestações. Encontrei ainda uma carta escrita por Denise, a pedido de Vânia - mãe de Milene - trinta dias após o assassinato desta.

Nas notícias do G1, a imagem de Milene é atravessada por narrativas jornalísticas que repetem uma violência da qual muitas autoras e autores já mencionaram. É uma violência que se repete textualmente no enfoque e modo de narrar o crime e que se desdobra, segundo Rita Segato (2016), em uma atmosfera de insensibilidade frente à crueldade dos casos e complexidade do fenômeno que nomeamos feminicídio. Por outro lado, no Jornal de Negócios, também me encontrei com Milene atravessada pela dor de sua tia Dinha nos depoimentos que esta deu para jornalistas. O apartamento que Milene morava e onde foi assassinada fica acima da padaria de Dinha, onde a vítima trabalhava

---

<sup>2</sup> O coletivo Senhora do Sol atuou em 2019 propondo rodas de conversa sobre temas relacionados às mulheres, ao feminino e ao feminismo. Instagram: <https://www.instagram.com/coletivosradosol/>

<sup>3</sup> Jornal local veiculado em Bom Despacho (MG) desde 1989; tem tiragem de 6.500 exemplares por edição: <https://issuu.com/jornaldenegociosbd>

e, quando os jornalistas chegaram ao local, encontraram com a tia, que estava ali no dia do crime.

Passei, então, a refletir, problematizar e me embrenhar por entre as experiências desses textos que compõem as materialidades - as fotografias e as narrativas jornalísticas, os corpos em manifestação, o artigo de Denise, as cartas para Milene - que deram a ver o caso de Milene e que, enquanto lugares de experiência, deram-se como um encontro entre mim e ela. Podemos dizer que me embrenhei por essas textualidades, na medida em que as textualidades são “tanto o que faz de um texto, um texto, como os modos de investigá-lo” (2021, p. 18); e, portanto, as textualidades dizem dos corpos, das experiências e dos afetos, um modo de apreender um fenômeno, um modo de fazer ver e afetar, seja a partir da escrita, da fotografia, seja a partir do próprio corpo em manifestação.

Nesse processo, eu me permiti uma abertura para essas experiências comunicativas e afetivas, para as sensações, sentimentos e afetos que tais textualidades me proporcionaram, adentrei-me na atmosfera desses encontros, dos efeitos que eles fizeram sentir e dos sintomas que eles fizeram ver. Venho me perguntando, que tipos de encontros com Milene tais textualidades me possibilitaram? Frente aos diversos estudos e pesquisas que apontam para a re-vitimização da mulher na cobertura jornalística dos casos de feminicídio, coloquei-me ainda numa busca para encontrar brechas, fissuras, outras formas de fazer o fenômeno a partir de cada caso, numa tentativa de romper com essa repetição de violências que se dá também textualmente e jornalisticamente para além da morte da vítima.

O intuito aqui, portanto, para além de perceber ou mapear os efeitos, sintomas e afetos que as materialidades textuais e sistemas em que estamos inseridas fazem emergir nos lugares de encontro desses processos comunicativos, é também o de procurar formas de fazer olhar e sentir que, de alguma maneira, lançam-se como enfrentamentos à reprodução contínua e banal das violências de gênero, a qual muitas vezes se reverberam até mesmo para além da morte da vítima de um caso de feminicídio a partir da forma como falamos e damos a ver cada um deles. Que outros encontros com as vítimas do feminicídio e pessoas próximas podemos propor ao falar sobre o fenômeno a partir de cada caso? Como falar, ou mais especificamente, fazer ver esses



corpos que são mortos sem que reproduzamos um olhar que naturalize/neutralize/ banalize essas violências? Como pensar a nossa imersão num enquadramento de violências para propor outras formas de fazer ver o feminicídio?

Venho me perguntando se é possível propor esses outros encontros com as vítimas e outras formas de olhar para o fenômeno que produzam justamente uma ruptura, um enfrentamento, uma afetação, que proponham um outro enquadramento à vítima, dando ver, às vezes, o luto das pessoas próximas e a nossa indignação enquanto mulheres cotidianamente enquadradas pela violência de gênero. Entremeio-me por caminhos, portanto, que possibilitem ainda principalmente outros encontros com as mulheres atravessadas pelo feminicídio e, principalmente, com Milene; outra cena que se faça como lugar de experiência e encontro com Milene a partir de um olhar enraizado que integra e é integrado pelas texturas e sensações que compõem um corpo indignado. Um corpo que é atravessado por afetos ordinários, um corpo que vê e sente a violência, um corpo que dói, um corpo em luto, um corpo que resiste, que vai à rua protestar interrompendo o fluxo cotidiano da cidade. Parto de um olhar que estranha e que chora, que é também composto por uma boca que grita, braços que se levantam, pernas que correm.

## **2. BASTA! A Pesquisa indignada**

Nenhuma a menos!

Basta de violência!

Chega!

Não vamos nos calar!

Queremo-nos vivas e livres!

Esta pesquisa, portanto, propõe-se refletir sobre possíveis formas de encontro com Milene Soares, vítima de feminicídio em Bom Despacho no ano de 2019, e possíveis formas também de compreender o fenômeno a partir de como damos a ver cada caso e situação. Para isso, como já dito anteriormente, revisitei o caso de Milene e como ele chegou até mim na época; das notícias que o veicularam; dos depoimentos de pessoas próximas dados a jornalistas, dos

artigos e cartas, dos registros da manifestação contra a violência que realizamos depois de seu assassinato; materialidades que se fizeram como lugares de experiência e de encontro com ela. A partir disso, a minha proposta foi a de articular esses elementos, essas textualidades, para propor, indicar uma cena (RANCIÈRE, 2021), um espaço que pudesse se apresentar como um caminho, um modo de fazer ver, um lugar de encontro mais sensível com Milene.

Iniciei essa trajetória assumindo um corpo que “mete a colher” entre uma briga de marido e mulher, um corpo que tenta se irromper entre as violências de gênero que se repetem nas coberturas jornalísticas dos casos de feminicídio para tentar propor um outro modo de falar e o fenômeno e fazer ver os corpos femininos que o perpassam. Parto aqui de um corpo que vai à rua exigir justiça, exigir que parem de violentar e matar nossos corpos. Parto de um corpo que não se cala frente à naturalização e banalização dessas violências, um corpo que se sente aflito.

Portanto, foi numa virada afetiva (STEWART, 2002; SPINOZA, 2007; MENDONÇA & MORICEAU, 2016; MORICEAU, 2021) que coloquei, durante esta pesquisa, meu próprio corpo enquanto abertura para ser afetado e atingido por atravessamentos e experiências - textuais ou não - nos encontros com Milene. E, dessa forma, coloquei meu corpo também enquanto potência para possíveis reflexões e formas de fazer falar e ver o feminicídio; assumo aqui que minhas palavras podem afetar e reflito sobre os efeitos dessas palavras e que tipo de realidades e sensações faço surgir do que escrevo. Assim, escrevo refletindo sobre essas experiências na proposta de fazer emergir atmosferas, paisagens, cenas de encontro que não reproduzam a violência de gênero ou a naturalização e insensibilidade que a marcam.

Na verdade, foi a perspectiva afetiva quem me encontrou - mais do que eu a ela - quando a minha orientadora me apresentou o Grupo Afetos, Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, do qual eu pude participar junto com colegas e professoras - infelizmente, de forma remota por conta da pandemia da Covid-19 - e compreender um pouco mais sobre o que é uma pesquisa em dimensão afetiva; além de trocar experiências, leituras e também afetos.

Como colocam Mendonça e Moriceau (2016), que estudam a perspectiva afetiva no campo da comunicação, a virada afetiva se refere a outras

possibilidades epistemológicas e práticas metodológicas em que o modo de investigação vem colocar os afetos como guia da pesquisadora (o); esta é movida por uma situação tal que se torna ponto de partida de suas reflexões. “O que nos guia é, então, o que nos toca, o que nos incomoda ou nos revolta, o que nos tira da nossa atitude natural.” (MORICEAU, 2021, p. 19)

Os autores compreendem o afeto a partir das leituras que Deleuze fez de Spinoza, ou seja, o afeto é algo que é gerado no corpo no encontro deste com outros corpos, textos, eventos, instituições, etc., e que dizem de uma potência de agir deste corpo, a qual é “aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada”. (SPINOZA, 2007, p. 96). O afeto, portanto, revela-se no corpo por meio da nossa aproximação e experiência com um outro. Pesquisar com afetos diz respeito, especialmente, a uma abertura, acolhida, a uma escuta das sensações e sentimentos proporcionados pelo contato com a alteridade.

Segundo Mendonça e Moriceau (2016), na pesquisa afetiva, não é a visão o sentido privilegiado e sim o toque, o entrar em contato. Portanto, propomos pensar os elementos, textualidades, materialidades, os quais aqui elencamos como lugares de encontro e de contato com Milene, a partir de uma escuta e uma abertura do meu próprio corpo às possíveis dimensões sensíveis e afetivas que essas textualidades evocam. Mergulho sensivelmente nessas textualidades, nesses lugares de encontro e experiência, no que “que” e “com quem” compõem e formam os textos e os corpos. Essas textualidades dizem respeito também aos afetos ordinários que perpassam a situação e experiências do meu corpo feminino, do meu olhar situado de mulher cis e pesquisadora.

Como bem colocam os autores, a pesquisa afetiva se propõe a encontrar formas de experienciar, mergulhar na situação, “no vivido, no local, no específico, no experimentado, no relacional” (LETICHE & LIGHTFOOT, 2014, apud MENDONÇA e MORICEAU, 2016) para, então, refletir a partir de e com tais experiências, pois ser afetada é “sofrer uma ação e por ela ser transformado. A afecção é uma transmutação de potência em ato.” (MENDONÇA, 2021, p.37). Segundo os autores, Deleuze propunha que fôssemos invadidas pelas experiências, que nos colocássemos diante dos encontros e corpos e sentíssemos o que eles produzem em nós e o que produzem de nós, em vez de decodificá-los; pois o afeto nos faz pensar e criar conceitos e novas atitudes. “Experimentar a experiência é para “fazer sentido”, é fazer nascer o sentido.”

(2016, p.84). Segundo eles, não se trata de aperfeiçoar a construção de um sentido, mas sim de criar um sentido enquanto também ruptura e desvios das tradicionais formas de dar sentido.

Assim, esta pesquisa não vem dizer apenas de mais uma camada de interpretação sobre como o fenômeno do feminicídio e suas vítimas são visibilizadas ou representadas pelo jornalismo; não vem dizer, portanto, apenas de uma reflexão sobre as representações visuais/textuais e classificações acerca das expressões de violências ou de resistências de um corpo feminino. Esta pesquisa vem refletir como essas materialidades emergem como lugares de encontro com Milene, de como elas nos afetam, que atmosferas elas fazem emergir, de como podemos propor outras paisagens, outras formas de ver, outras cenas de encontro com a vítima, outros efeitos e outras atmosferas. Esta pesquisa vem dizer de uma tentativa de mergulho sensível nas textualidades que fizeram ver o caso de Milene, para as quais me abro permitindo-me uma experiência sensível entrelaçando-as às minhas situações e experiências.

Portanto, na medida em que tentamos evocar outras paisagens e modos de ver, esta pesquisa também se revela enquanto uma tentativa de reescrita das experiências desses encontros por meio dessa proposta de uma cena outra (RANCIÈRE, 2021) que rearticule tais elementos e materialidades em um outro aparecer e um outro encontro com os corpos-vítimas e as pessoas envolvidas no caso de feminicídio. Uma reescrita que emerge enquanto reação a determinados encontros, reação muitas vezes indignada que se tece ao longo de uma vida que também vive ou vê de perto as violências de gênero cotidianamente e repetidamente. É uma reescrita que propõe outras formas de encontro com as vítimas do feminicídio que não se resultem em imagens re-vitimizantes. Essas são reescrituras tais que tentam, dessa forma, como que interromper os fluxos de acontecimentos e práticas textuais que naturalizam a violência de gênero; que tentam se irromper entre os fluxos de conhecimento para refletir também sobre como nós, que escrevemos, damos a ver, comunicamos e pesquisamos, olhamos e afetamos as imagens e memórias e também as experiências e encontros com as vítimas do feminicídio e com as pessoas próximas a ela.

Aqui falo, portanto, de uma perspectiva, de um espaço e situações dos quais sou, de alguma forma, integrante, enquanto pessoa afetada que assume

a própria voz na articulação dessas textualidades para a tessitura de uma outra cena, de um outro modo de falar e fazer ver o feminicídio. Falo também assumindo esses lugares de pesquisadora, de mulher cis, entre outros tantos lugares, os quais moldam e marcam o meu corpo e as minhas palavras e que são por estes também moldados. Este meu corpo e as minhas experiências fizeram e se fazem nestas linhas como partes ativas nas reflexões e no modo como esta pesquisa vai se delineando, nas dificuldades e conflitos que tive nesse processo difícil de pesquisar que foi para mim, na forma como escrevo, na forma como tento *reexistir* e, principalmente, nos diálogos e rearticulações pensadas para dar a ver o fenômeno e proporcionar-nos outros encontros mais sensíveis e éticos com as vítimas de feminicídio e as pessoas próximas a elas.

No entrelaçar do meu corpo nesses encontros sensíveis com o fenômeno pesquisado, com as suas textualidades, os corpos e as pessoas que o atravessam; eu tive algumas sensações que gostaria de já relatar aqui porque foram sensações que marcaram e atravessaram o fazer desta pesquisa, tramando-a também de alguma forma. Eu senti uma grande dificuldade e uma ansiedade no tentar outras formas de escritas que rompessem com os moldes e enquadramentos que visam uma distância da pesquisadora com o fenômeno pesquisado; tive dificuldade de me aproximar afetivamente do fenômeno que perpassa essa pesquisa. A minha dificuldade foi, primeiramente, em me sentir segura para me abrir; para querer e me permitir ser afetada, pois é difícil deixar-se ser afetada especialmente por um tema tão doloroso e delicado. E, principalmente, porque esse é um tema que nos exige muita responsabilidade, cuidado e ética no falar e fazer ver, e com as pessoas próximas às vítimas. Certamente, senti-me um tanto insegura em diversos momentos enquanto eu pensava em como eu poderia encontrar e falar de encontros tão dolorosos de uma maneira que fizesse jus a tantas dores e sentimentos, mas que não as tornasse ainda mais dolorosas para caso alguém próximo de Milene for ler esta dissertação.

Portanto, gostaria de enfatizar aqui que esta dissertação é apenas uma tentativa de um caminho outro em busca de uma sensibilidade e de um outro modo de falar sobre cada caso de feminicídio. E que ela se propõe aberta para ser revista, discutida, questionada e reescrita.

### 3. Quem são os corpos vítimas de feminicídio?

*“Ouviru-se um grito agudo engolido no centro da cidade  
E na periferia? Quantas? Quem?  
O sangue derramado e o corpo no chão  
Guria”  
MULAMBA*

*“Eu acho que o que nós precisamos é reconstruir o  
jeito como o mundo olhava para elas. Se conseguirmos  
saber como elas eram vistas, como eram olhadas, vamos  
saber qual era o olhar que elas tinham sobre o mundo,  
entende?”  
Garotas Mortas- Selma Almada*

Nesta pesquisa, portanto, corpo e afeto são protagonistas. Primeiro, temos um corpo feminino que foi violentado, expropriado, morto. O corpo que é vítima direta da violência de gênero e que tem a sua memória muitas vezes novamente violada pelas narrativas jornalísticas. E temos também os outros corpos que são como que vítimas indiretas do feminicídio, que é o corpo das pessoas próximas à vítima, o corpo que perde o elo com alguém, perde um laço, o corpo que é afetado, o corpo que se identifica, o corpo que se indigna. Esse é o corpo que dói, que sente saudade, que se revolta, corpo que tem medo.

Somos aqui, de alguma forma, esse segundo corpo, uma voz indignada e afetada, que tenta trazer as experiências dessas afetações para fazer justiça, tecer ou resgatar imagens e memória do primeiro corpo, que foi atravessado diretamente pelo feminicídio. Por aqui, tentamos elaborar outras formas de falar sobre o fenômeno sem que aprisionemos este primeiro corpo no enquadramento da violência ou mesmo em uma descrição ou uma explicação fechada sobre quem são as pessoas sujeitas a essas violações.

Este tópico é, portanto, uma tentativa de compreender por que corpos femininos são mortos - corpos que podem vir a ser o meu corpo e também o de tantas outras. Tentamos compreender o fenômeno do feminicídio a partir de perspectivas que vão refletir os corpos em suas experiências com o mundo, de como eles são regulados por dispositivos de poder e de como eles podem e são continuamente reelaborados a partir de experiências de subversão e desobediência.

Inicialmente, refletiremos acerca dos conceitos de corpo e gênero a partir de alguns apontamentos que Judith Butler (2003, 2019) propõe em um diálogo entre a fenomenologia e algumas teorias feministas no ensaio intitulado “Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista” e que consta no livro “Pensamentos feministas - conceitos fundamentais” organizado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019).

Depois, acionaremos as discussões de Rita Segato (2021) em uma tentativa de contextualizar as situações dos corpos dados como feminino na América Latina e no Brasil e refletir sobre como, na língua do feminicídio, nossos corpos são compreendidos como territórios a serem objetificados, mercantilizados, expropriados. Propomos um diálogo entre a aproximação que Segato (2006) elabora entre as noções de corpo feminino e território com o conceito de corpo-território de Verônica Gago (2020) e caminhamos outras possibilidades de compreender e experienciar a noção de território e, portanto, a dimensão do corpo e do corpo-território. Essas reflexões pretendem ancorar a criação de um outro aparecer, que revela outros imaginários e outras experiências com as materialidades textuais e com os nossos próprios corpos diante da violência ou diante de outros corpos violentados e marcados pelo fenômeno do feminicídio.

Ao dialogar com a fenomenologia para pensar o gênero e o corpo, Butler (2019, p.215) ressalta os estudos sobre a experiência humana, que vem refletindo “sobre como variantes fisiológicas e biológicas estruturam a existência corporal e o impacto que elas podem ter na experiência de quem vive nesses corpos”. Ela evoca Merleau-Ponty e Simone de Beauvoir (1970), que afirmam que tal experiência, o próprio corpo e o “ser mulher” são situações “históricas” e não “naturais”. Ambos propõem repensar a materialidade do corpo, o qual, a partir de suas visões, passa a ser um processo ativo e complexo de incorporação e apropriação de possibilidades culturais e históricas. Ou seja, as variantes fisiológicas e biológicas que significam o corpo são, por sua vez, também significadas pelas situações históricas e experiências do corpo com o mundo; estas nos afetam e afetam nossos corpos.

Segundo a autora, Merleau-Ponty (apud BUTLER, 2019) enfatiza a questão de o corpo ser, não apenas uma situação histórica, mas também justamente esse conjunto de possibilidades a serem continuamente acionadas, isso porque:

1) a forma como ele (o corpo) existe no mundo e como é percebido pelos outros não é predeterminada por uma essência interior; e 2) a sua expressão concreta no mundo deve ser entendida como a aceção e a expressão de um conjunto de possibilidades históricas. Existe um aspecto ativo que é entendido como o processo que determina quais são essas possibilidades e que, por sua vez, são limitadas pelas convenções históricas disponíveis. (BUTLER, 2019, p. 215)

Dessa forma, temos tanto a possibilidade de incorporar e agir a partir de determinados enquadramentos e convenções sociais e históricas que nos são impostas, quanto de desobedecer a tais convenções e reelaborar, reescrever nosso próprio corpo e como agimos no mundo a partir dele por meio da incorporação de outros significados, outras experiências, outras convenções.

Segundo Butler (2003, 2019), tais possibilidades incorporadas não são antecedentes ao próprio processo de incorporação; o corpo é, em si, esse processo e essa incorporação de possibilidades que estão sempre tanto condicionadas, quanto circunscritas – enquanto desobediência, por exemplo – em determinadas convenções sociais e históricas. Butler (2003, 2019) cita novamente Beauvoir (1970), dialogando-a com Merleau-Ponty, para reforçar o argumento de que o corpo, para além de uma situação história como a teoria feminista também propõe, é também uma feitura, uma dramatização, uma reprodução ou não dessa determinada situação histórica e, por isso, “ter um corpo feminino” ou “ser mulher”, por exemplo, é fazer-se feminino, tornar-se mulher. Segundo Butler,

(...)ser mulher é ter se tornado mulher; ter feito seu corpo se encaixar em uma ideia histórica do que é uma “mulher”, ter induzido o corpo a ser um signo cultural, é ter colocado em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada; e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser ininterruptamente sustentado” (BUTLER, 2019, p. 217)



Segundo Butler (2019, p. 217), “aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são regularmente punidos”. Em sociedades patriarcais modernas, portanto, o corpo feminino, além de ser elaborado e repetidamente colocado em lugares específicos que dizem de uma inferiorização e menosprezo do feminino, é violentado quando se propõe como desvio desses lugares e desobedece aos históricos padrões e convenções sociais impostos a ele enquanto condição feminina.

Para a visão machista e misógina, o corpo feminino é propriedade masculina, território expropriável. Ser mulher é ser “naturalmente” violentada, inferiorizada, objetificada, é obedecer e estar nos lugares que o sistema patriarcal impõe ao feminino. E, aquelas que falham nessa obediência, aquelas que propõem outros lugares, significados e cenas para o ser mulher - ou para seus corpos, a partir da possibilidade de incorporação de outros significados e a partir e de uma desobediência das convenções sociais e históricas em que estão inseridas - são violentadas. Rita Segato (2006) aponta que o ódio às mulheres, ao feminino e aos atributos da feminilidade se revela enquanto consequência das infrações do feminino às leis do patriarcado, que seriam: a regra do controle ou posse sobre o corpo feminino e a norma de superioridade masculina.

Segundo Segato (2021), o sistema patriarcal se revela como a mais antiga e duradoura organização política. Organização que, como apontado, tem como norma, a superioridade masculina e a posse sobre o corpo feminino. Para a autora, é a partir do patriarcado e na articulação com ele, que se estruturam as demais formas de desigualdade, como as desigualdades econômica, política, colonial e racial. Há uma espécie de hegemonia do patriarcado sobre os demais poderes. Segato (2021) ainda afirma que é com a constituição da modernidade, o empreendimento colonial e o desenvolvimento do capitalismo que a estrutura patriarcal, enquanto um sistema de relações de gênero desiguais, baseada na superioridade masculina, agrava-se ainda mais e se torna mais violento e disciplinador com os corpos nele inseridos que não obedecem aos seus padrões hegemônicos.

A partir de perspectivas e estudos no contexto de países latino-americanos, Rita Segato (2021), assim, refuta a ideia de uma retração da estrutura patriarcal a partir da constituição da modernidade. Segundo ela, o sistema patriarcal se intensifica com a constituição da modernidade e do empreendimento colonial e com a articulação entre o Estado e o capitalismo. Sendo assim, desobedecer, às leis desse sistema nos países da América Latina é também desobedecer e se desviar desses empreendimentos coloniais e da modernidade que os pensamentos ocidentais impõem, uma vez que essas estruturas estão articuladas entre si. Os corpos indígenas, os corpos negros, os corpos com deficiências, os corpos trans muitas vezes são, portanto, vítimas de violências justapostas porque existem enquanto desobediência aos lugares impostos pelo padrão masculino branco patriarcal heteronormativo.

Para Segato (2021), o feminismo eurocêntrico, quando afirma que o problema da dominação patriarcal é universal e não difere muito de contexto a contexto, nega os efeitos radicais do tempo colonial-moderno na história das relações de gênero ao negar as diferenças. Essa forma de pensar acaba propondo uma perspectiva a-histórica ou anti-histórica das estruturas patriarcais. Segundo a autora, embora “raça e gênero tenham sido instalados por rupturas epistêmicas de uma época diferente - conquista e colonização para a invenção da raça e a história da espécie para o gênero -, ambos passam por transformações históricas dentro da estabilidade da episteme que os originou” (SEGATO, 2021, e-book não paginado).

A autora afirma que há evidências históricas e relatos etnográficos que provam a existência de diferenças e hierarquias semelhantes ao que chamamos de relações de gênero em sociedades tribais indo-americanas, africanas e da Nova Guiné. Essas diferenças e hierarquias corroboram a existência de uma estrutura patriarcal nessas sociedades (que ela denomina de patriarcado de baixa intensidade), mas que é diferente da noção de gênero moldada pela estrutura patriarcal moderno-ocidental. Apesar do reconhecimento de determinadas posições e hierarquias de gênero nesses outros diversos mundos, estes permitiriam um maior trânsito e circulação entre tais posições de gênero do que as estruturas moderno-ocidentais, que propõem uma perspectiva essencialista, estável e rígida às identidades de gênero e punem, de forma violenta, aquelas e aqueles que se desviam desses enquadramentos.

Povos indígenas como o povo Warao da Venezuela, Guna (kuna) do Panamá, Aché (Guayaki) do Paraguai, Trio do Suriname, Javaé do Brasil e Inca dos tempos pré-colombianos, bem como muitos povos nativos norte-americanos, primeiras nações canadenses e todas as religiões afrodiáspóricas, têm vocabulários para identidades e práticas transgêneras, permitiam o que o Ocidente chama de casamentos do mesmo sexo e tinham outras formas de transitividade de gênero proibidas pelo rígido sistema colonial-moderno de gênero. (SEGATO, 2021, e-book não paginado)

Ao analisar os estudos e etnografias dessas diversas sociedades, além de sua própria experiência enquanto antropóloga, Rita Segato (2021) também percebe como, transculturalmente (porém, de diferentes formas), a masculinidade é construída (e não é uma essência interior) e adquirida por sujeitos que enfrentam provações e até a morte, de forma a obtê-la e comprová-la.

Segundo a autora, tais sujeitos devem se orientar constantemente para a masculinidade porque estão sempre sendo avaliados por seus pares, portanto, ao longo da vida, eles devem confirmar e reconfirmar sua resistência e agressividade, assim como também a sua capacidade de dominar as mulheres e extrair delas o que Segato chama de “tributo feminino”. Esse tributo feminino extraído demonstra que tais sujeitos possuem “toda a variedade de poderes - físico, marcial, sexual, político, intelectual e moral - que lhe permitiria o reconhecimento como sujeito masculino” (SEGATO, 2021, e-book não paginado).

Portanto, para Segato, há uma dimensão social e mesmo histórica no reivindicar-se masculino e, nas sociedades marcadas por estruturas patriarcais, essa masculinidade é adquirida a partir também da demonstração de poder e domínio sobre o feminino. A compreensão de uma masculinidade que é adquirida dialoga com as reflexões trazidas por Butler (2019), ao se colocar em diálogo com o pensamento de Simone de Beauvoir e Merleau-Ponty, pois estes propõem pensar o corpo e o ser mulher enquanto situações históricas e não essencialistas. A percepção da masculinidade e da feminilidade enquanto situações históricas, dão-nos a possibilidade de imaginar e propor um rearranjo dos corpos, de como eles aparecem, de como eles podem desobedecer aos enquadramentos colocados por meio das relações de poder hegemônicas.

Mas, segundo Segato (2021), como já colocado, a constituição da modernidade e a articulação entre o Estado e capitalismo, agrava o que ela chama de patriarcado de baixa intensidade e as diversas situações em que o masculino demonstra e manifesta um domínio e uma superioridade sobre o que é considerado feminino. Segundo ela, a infiltração da colonial-modernidade nas estruturas de relações de aldeias e mundos indígenas, por exemplo, é bastante perigosa porque reorganiza essas relações a partir de dentro, onde as nomenclaturas de gênero continuam as mesmas, porém, são reinterpretadas a partir da ordem moderna introduzida. Na perspectiva da autora, essa infiltração é fatal porque há uma superinflação da importância dos homens dentro da comunidade, enquanto estes perdem certo status no mundo fora de sua comunidade, quando enfrentam as estruturas de poder dos brancos; “e também porque há uma superexpansão do espaço público que é ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade, além de um desmantelamento e uma privatização da esfera doméstica.” (SEGATO, 2021, e-book não paginado).

A privatização da esfera doméstica é algo marcante na estrutura patriarcal moderna, organizada de forma binária, e é uma dimensão importante nesta pesquisa, uma vez que Milene foi morta em sua casa, assim como milhares de vítimas de feminicídio no Brasil. Na estrutura patriarcal moderna, as mulheres passam a ser reduzidas à esfera doméstica, vinculada ao íntimo, ao privado, a um lugar vazio de dimensão política, enquanto o espaço particular dos homens é vinculado à realidade política. Há uma distinção entre que acontece na vida pública e o que acontece na vida privada, como se fosse possível separar tais espaços, o espaço dos “homens” e o espaço das “mulheres”, o espaço público e o espaço privado, “como se houvesse uma separação estanque entre essas esferas e como se elas correspondessem a locais e tempos distintos da vida social (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 33 apud NIELSSON; DELAJUSTINE, 2020, p. 328).

As mulheres, portanto, reduzidas ao espaço doméstico despolitizado pela estrutura patriarcal moderna, são objetificadas e submissas à toda uma realidade pública da qual o homem representaria, controlaria e dominaria. Segundo Segato (2006, p.275), nesse espaço doméstico, o homem abusa de mulheres que se encontram sob sua dependência porque estas formam parte de um território que ele já controla. Para a autora, há uma afinidade entre o corpo feminino e o território na associação entre conquista territorial em todas as civilizações, tanto nas guerras pré-modernas quanto nas guerras modernas. Nestas guerras, o corpo feminino é anexado como parte do país enquanto um território conquistado e, dessa forma, acontece com as mulheres colocadas anexadas ao espaço doméstico. Seus corpos também se tornam, para a estrutura patriarcal-moderna, corpos privatizados, despolitizados, dominados.

Segundo Segato (2006), as reações de ódio se rompem contra as mulheres quando elas exercem a autonomia no uso de seus corpos-territórios ou quando elas ascendem em posições de autoridade, de poder econômico ou político, que são tradicionalmente ocupadas por homens. Portanto, é no terminar de um relacionamento abusivo; é no deslocar-se sozinha; é no desvio, na desobediência e na ruptura da repetição das convenções e lugares impostos aos nossos corpos, que somos violentadas. É no ser negra ou parda, lésbica, com deficiência, transexual, entre outras formas ou classificações impostas aos nossos corpos, e no próprio ser mulher, que nos matam. Isso porque, por mais obediente que nos coloquemos, numa possibilidade e convenção historicamente delimitada, ser uma mulher é não estar abarcada enquanto “sujeito” num mundo em que o “homem”, o “masculino” e também o “branco” são entendidos como sujeito universal e, dessa forma, ser mulher seria não ser sujeito, “ser mulher é, por definição, entrar em uma situação de opressão” (BUTLER, 2019, p. 219); quanto mais ser uma mulher não-branca, não heteronormativa, com deficiência.

### 3.1. Corpo-território

A aproximação entre as noções de corpo feminino e território é apontada por Rita Segato (2005), principalmente, a partir de suas análises dos casos de assassinatos de mulheres que aconteceram na Cidade de Juarez, no México. Segundo ela, “na língua do feminicídio, corpo feminino também significa território” (2005, p.278); um território que é objetificado e expropriado, assim como o território que é convertido em mercadoria pela exploração extrativista e pelo agronegócio, mas que, segundo a autora, até recentemente era um “espaço de raízes comunais, de paisagens como inscrições da história” (SEGATO, 2021, p.1). Segundo a autora, o corpo feminino, enquanto território, é constitutivo da linguagem de guerras tribais e modernas, nas quais ele é anexado como parte de um país conquistado.

Segato aponta que a violação dos corpos (não só os femininos) e conquistas territoriais andam sempre de mãos dadas porque, segundo a autora, reduzimo-nos e nos referimos ao território de nosso corpo como um último amparo à nossa identidade. A feminização de corpos do exército vencido em uma guerra, por exemplo, por meio de sua sexualização e o estupro de mulheres e meninas nas guerras são exemplos que, para Segato (2021) confirmam essa equivalência permanente entre o corpo e território. No que se refere ao corpo feminino (cis), mais especificamente, ela aponta que a sexualidade nele investida “expressa o ato domesticador, apropriador, quando insemina o território-corpo da mulher.” (SEGATO, 2005, p.278-279).

Ainda a partir da análise dos casos da Cidade de Juarez, Segato (2006, p.6) afirma que a sanção sobre o corpo da mulher é um lugar privilegiado para significar o domínio e o poder coesivo de uma comunidade. A autora aponta práticas de longa duração histórica e que confirmam o papel de capacidade normativa sobre o corpo feminino como um índice de demonstração de união e força de uma sociedade.

Segundo ela, e como já abordado, há uma equivalência e uma continuidade semântica entre significação territorial e o corpo feminino. Verônica Gago (2020) dialoga com as reflexões de Rita Segato (2005, 2006) ao falar de uma noção de corpo-território, porém, ela o faz a partir de uma perspectiva de território e corpo que resiste àquela proposta pela língua do feminicídio. Segundo a autora, o conceito corpo-território “expande um modo de “ver” a partir dos corpos experimentados como territórios e dos territórios vividos como corpos” (GAGO, 2020, p. 1256). Gago (2020) apresenta suas reflexões a partir de uma perspectiva vinculada aos sujeitos, lutas e resistências de comunidades latino-americanas que rechaçam a noção de território enquanto algo passível de ser tomado e expropriado. Essa perspectiva nos propõe uma outra forma de ver e compreender o território e sua relação com o corpo. Ao trazer essa concepção, o território, que é vivido como corpo, Gago (2020) resgata essa outra compreensão da relação entre eles, percebendo-os de uma forma que não os objetificam e os expropriam – como em geral o faz um olhar branco, masculino, patriarcal, ocidental, capitalista, colonizador -, mas que vem dizer justamente do território enquanto espaço de raízes comunais que Segato comenta.

Gago (2020) reflete que ter um corpo-território se dá num sentido de que se é parte e não de que se é propriedade (o que difere do corpo entendido como território na língua do feminicídio; nesta, tanto o corpo quanto o território são lugares de expropriação e dominação). Ser parte e não ser propriedade diz respeito a um reconhecimento da interdependência que compõe as nossas relações entre corpo e território, interdependência que possibilita a vida.

A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual e coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas. (GAGO, 2020, p. 1263)

Nesse sentido, essa noção de corpo-território subverteria a noção de corpo feminino enquanto posse, propriedade, não- político moldada pela visão patriarcal moderna. Essa noção ainda tenta resgatar o corpo enquanto lugar de política, a relação de integração, de ser parte, que se revela também a partir de uma integração cultural, natural que compõe tanto o corpo, quanto o território em que ele se insere. Segundo Gago (2020, p. 1257), a imagem corpo-território “revela batalhas que estão ocorrendo aqui e agora, além de assinalar um campo de forças e torná-lo sensível e legível a partir da conflituosidade”, pois no continente que dizemos latino-americano, tanto o corpo feminino, quanto a natureza, os modos de viver que dependem da terra são historicamente violentados, ameaçados, expropriados, mortos.

Se entendemos nossos corpos-territórios enquanto lugares de interação, composição de afetos e de possibilidades coletivas e de desobediência, há um outro que nos compreende enquanto território expropriável a ser dominado. A partir dessa colocação, é possível refletir tanto o corpo, quanto o território, atualmente, e no contexto latino-americano, portanto, como lugares presentes de conflitos, em que a existência e a força dos próprios corpos ditos subalternos tentam se inscrever e existir frente às forças hegemônicas coloniais, heteropatriarcais e capitalistas.

Esse conceito de corpo-território trazido por Gago (2020) conversa com uma perspectiva relacional da noção de território que Rita Segato (2005, 2006) menciona e que Rodrigo Haesbaert (2020) também resgata, a saber, o território que se faz em uma relação indissociável e interdependente entre indivíduos e espaço. Nas suas reflexões sobre essa noção de território, Haesbaert (2020) propõe abordagens que se deslocam das utilizações do conceito baseadas nas monológicas eurocentristas.



Segundo o autor, a primeira concepção de território, difundida modernamente na América Latina (que diz justamente do conceito proposto pela língua do feminicídio), foi brutalmente imposta pelo modelo colonizador, como forma exclusiva de ordenamento espacial. Tal concepção propagada pelo poder estatal de matriz eurocêntrica perdurou até recentemente como normativa e analiticamente majoritária na academia latino-americana. Haesbaert (2020) aponta ainda que a própria designação América Latina “está carregada de conotação colonial, pois se refere a um espaço definido pela colonização europeia, capitaneada por espanhóis e portugueses” (Haesbaert, 2020, pag. 42) que ignora e invisibiliza a vasta diversidade étnico-racial e de povos que habitam e habitaram a região antes das colonizações.

Numa dimensão espacial global e atual, o autor coloca a América Latina como uma região continental político-economicamente periférica, que possui traços culturais que fazem dela um lugar específico. Haesbaert (2020) cita a geógrafa Doreen Massey (1994) para falar que o continente é um espaço em que sua singularidade se dá mais pela combinação dos fenômenos do que pela singularidade/exclusividade dos fenômenos em si. Essa combinação de fenômenos já foi denominada como canibal e antropofágica, porém, refere-se a um hibridismo imposto sob um histórico de luta e violência e que pode ser ilustrada também a partir das violências ao corpo feminino ou feminizado de mulheres latino-americanas as quais são atravessadas diversas vezes pelas violências étnico-raciais e coloniais, das quais se resultam em inúmeras e múltiplas formas de resistência. Tal combinação também pode ser ilustrada também em relação a essas duas dimensões de corpo e território que se inscrevem no corpo feminino.

O autor coloca que, se há um pensamento sobre o conceito de território que seja possível denominar latino-americano, esse pensamento não vem das concepções e práticas de poder hegemônica eurocêntrica, que se referem às categoria de controle do Estado, de como este divide e mapeia a região, mas sim de um pensamento que vêm dos diversos espaços-tempos e grupos chamados subalternos, como os e as moradoras/es das periferias urbanas e os vários povos indígenas e originários que vão desenvolver outras práticas de territorialização e, assim, ajudar na elaboração de um conceito de território que surge justamente “a partir de abordagem epistêmica e de outras práticas

socioculturais, em maior ou menor grau subversivas daquelas de matriz europeia propagadas pelos grupos/classes hegemônicas (HAESBAERT, 2020, p. 143).

Haesbaert (2020) sugere que tais grupos elaboram, portanto, uma territorialidade pautada num outro sentido, que é o território de vida, o território que se torna condição da própria existência desses grupos, devido à relação indissociável destes com os espaços em que vivem e também devido às ameaças que seus modos de vida, entrelaçados a estes espaços, são submetidos pelo poder hegemônico. O autor coloca que são diversos os grupos que, por meio de suas práticas, resistências e lutas, ajudam-nos a compreender e elaborar essas outras noções de território. E, se há algo que podemos dizer ser recorrente entre essas noções de território de vida, esse algo é uma perspectiva relacional e integrada entre o espaço e as pessoas que nele habitam, uma perspectiva que não “secciona as dimensões econômica, cultural, política e natural do espaço geográfico, mas busca restabelecer certa unidade ou articulação” (HAESBAERT, 2020, pag. 144) entre lugares, temporalidades e indivíduos que ali habitam.

Para os Mapuche no sul do Chile, por exemplo, o território se afasta de uma “concepção positivista, como faz o olhar ocidental” (LALITUL e ARRATE, 2014, p.48 apud HAESBAERT, 2020, pag. 144). Para eles, território é

un espacio vital integral en el que estamos relacionados con los demás elementos del entorno natural y espiritual tanto de nuestros antiguos, como los del nguen mapu, lo que en el fondo son considerados vitales, ya que nos otorgan un linaje, una historia común. (...) El territorio posee una importancia fundamental... se refiere ... también a una dimensión inmaterial, en la cual habitan diversas fuerzas espirituales que permiten la vida y la existencia de los mapuches . (LLAITUL & ARRATE, 2014, p. 48 apud HAESBAERT, 2020, pag. 144)

A importância das mulheres defensoras de territórios, estes enquanto territórios de vida, é destacada por Haesbaert (2020). Ele reflete sobre o protagonismo de mulheres bolivianas e mexicanas na defesa de seus territórios ancestrais que, segundo ele, revela uma multiplicidade não só do espaço geográfico, mas também do tempo histórico. Gago (2020), ao falar de uma dimensão corpo-território, relata que as mulheres defensoras dos territórios são chamadas também de defensoras da vida, uma vez que esta é vinculada aos espaços, tempos, corpos e às interrelações entre eles; vinculação que, para a

autora, está entrelaçada a uma defesa e cuidado com o comum e compartilhamento da produção e riqueza.

Partindo, então, da concepção de território enquanto território de vida, a qual, na verdade, ganha muitas vezes uma dimensão prática a partir da experiência de quando os espaços e terras são ameaçados pelo Estado; trago esse diálogo entre tal concepção de território com a situação dos próprios corpos femininos no continente que chamamos latino-americano, tentando propor também uma outra cena para o corpo feminino colocado como território passível de expropriação pela língua do feminicídio, o corpo feminino que é, no meu contexto, no contexto de Milene e de milhares de vítimas de feminicídio, constantemente reduzido a um espaço doméstico, íntimo, privado, a um lugar despolitizado; reduzido também apenas aos lugares de violência e morte.

Mas faz sentido falarmos de território de vida frente às vítimas de feminicídio, que tiveram seus corpos apropriados e mortos, e mais especificamente, frente ao caso de Milene? No meu ver sim, porque uma outra compreensão do corpo - que não o resume a um território a ser expropriado, como o é na língua do feminicídio- permite que demos um outro protagonismo e uma outra cena ao falar sobre cada uma dessas mortes; dê protagonismo à memória e vida da vítima, às suas batalhas enfrentadas, à resistência, à saudade, à dor e aos sentimentos das pessoas que foram afetadas por essa morte. Se compreendemos o território a partir de uma perspectiva relacional e integrada entre o espaço e as pessoas que nele habitam, um caso de feminicídio, a morte, a ausência de alguém, modifica o território em que ela integrava e para quem convivia com a vítima; algo se rompe. Falar a partir dos afetos talvez seja uma forma tanto de trazer a experiência dessa morte e da forma como se fala sobre ela, quanto de territorializar um vazio deixado pelo assassinato propondo uma outra cena sensível frente às práticas que se revelam enquanto pedagogias da crueldade.

### **3.2. Nossos corpos-territórios que continuam em desobediência**

Cresci numa tradicional família mineira, onde os lugares do “homem” e da “mulher” até pelo menos a geração de minha mãe eram um tanto definidos na minha casa, na casa de minhas tias, avós, tias-avós, como em diversas outras

casas brasileiras e mineiras. Por aqui, o homem muitas vezes ainda é aquele que trabalha fora, que tem a possibilidade de se deslocar livremente - meu pai, caminhoneiro, sempre trabalhou levando e trazendo mercadorias - enquanto o fazer doméstico, o cuidar da casa, do lar, dos/das filhos/filhas, desde sempre foi o lugar da mulher, da esposa, um lugar dado como privado, íntimo, despolitizado.

No meu contexto, que acredito ser parecido com o contexto de tantas mulheres brasileiras e mineiras, esse fazer doméstico e papel de cuidadora da própria casa, das filhas e dos filhos, é historicamente vinculado à uma dada condição feminina da mulher e, portanto, não reconhecido como trabalho. Se as mulheres brancas da minha família foram reduzidas aos seus próprios espaços domésticos, elas também acabaram sendo colocadas como despolitizadas e só há pouco tempo e só há pouco tempo – a partir da geração da minha mãe e ainda mais da minha geração - nós estamos conseguindo visibilizar e colocar em pauta nossas questões. Estamos tanto ocupando outros espaços, quanto nos sentindo seguras também de politizar o próprio espaço doméstico, a partir redistribuição das tarefas, do controle financeiro e gestão da própria casa e da não aceitação das violências ordinárias, simbólicas, psicológicas, físicas.

Para além das minhas experiências em casa, foi outro dia que, por meio de um caso que aconteceu enquanto eu trabalhava, que o vínculo colocado como natural entre o ser mulher e o espaço doméstico ficou ainda mais evidente para mim. Em serviço da Secretaria de Cultura e Turismo da minha cidade, onde trabalho no momento em que escrevo esta dissertação, saímos para entrevistar o viúvo já idoso de uma reconhecida escritora de minha cidade. Na nossa conversa fluindo solta, o homem contava como sua companheira passava horas do dia lendo e escrevendo, até que ele comentou algo como: *“mas ela era uma boa mulher, não deixava de cuidar da casa e dos filhos.”* E foi aí que eu tive um estalo. Foi aí que novamente, mas de uma forma um tanto nítida devido também às leituras que eu fazia sobre o assunto naquele momento, que, para ele, ser mulher (uma mulher completa) é cuidar bem da casa e dos filhos. Foi aí que novamente percebi, assim como repetidamente vejo e experiencio na minha própria casa, como o fazer doméstico era vinculado ao ser uma boa mulher, uma mulher completa e ideal. Para se ser suficientemente mulher, uma boa mulher, uma mulher completa, ela deve estar vinculada ao cuidado do espaço doméstico.

Quando Butler (2019) fala que “aqueles que falham em fazer corretamente seus gêneros são regularmente punidos” (BUTLER, 2019, p. 217), compreendo que essa questão se refere também à mulher que é violentada e morta quando desobedece aos papéis e lugares colocados a ela enquanto condição feminina no seu contexto sócio-histórico. Talvez a escritora da minha cidade não tivesse sido tão reconhecida se ela tivesse desobedecido ainda mais a determinados padrões impostos como condição feminina, se ela não cuidasse da casa, se ela fosse lésbica, se ela tivesse recusado a maternidade, se, principalmente, ela não tivesse um homem para ser muitas vezes seu porta-voz dizendo que ela era uma boa mulher. Talvez as mulheres da minha família tivessem sido ainda mais violentadas se elas tivessem desobedecido a determinados lugares colocados a elas, ao casamento heteronormativo, à maternidade, ao cuidado da casa. Já fomos e ainda somos punidas e rechaçadas pela sociedade quando gostamos e ficamos horas imersas nos livros ou escrevendo e não nos sentimos na obrigação de cuidar sozinhas de uma casa que não é só nossa, quando não pretendemos casar ou ter filhos’ quando queremos vestir as roupas que gostamos’ quando escolhemos terminar um relacionamento, quando não queremos nos relacionar com homens.

Milene também se insere nesse contexto patriarcal que, de alguma forma, é também o meu próprio contexto, o contexto da escritora, o contexto da minha mãe. Ela foi morta por seu ex-companheiro depois de sair de um relacionamento abusivo e violento com uma pessoa que dizia, segundo Débora Rodrigues, colunista que escreveu uma das cartas para Milene, que ela não fazia “papel de mulher”. Para ele, Milene não estava fazendo corretamente seu gênero. Como milhares de vítimas de feminicídio no Brasil, Milene foi morta dentro de sua casa, no espaço em que fomos e somos ainda diversas vezes reduzidas, espaço colocado como privado, íntimo e, talvez, por isso, lugar onde nos tornamos, historicamente, mais vulneráveis às violências de gênero.

Esse espaço doméstico colocado como um lugar despolitizado se tornou um terreno onde os homens puderam exercer ou estender seu poder e domínio sobre o feminino (já dizia o ditado bastante popular que, em briga de marido e mulher, não se mete a colher) e, uma vez que nossos espaços se tornaram diversas vezes um tanto privados e individuais, as violências aos corpos e as nossas dores, que aconteciam nesses espaços, tornaram-se um tanto individuais e privadas também. Elas só passaram a se tornar públicas, coletivas, compartilhadas e politizadas, mais recorrentemente, por conta dos diversos movimentos feministas e campanhas contra a violência de gênero (em briga de marido e mulher, mete-se a colher sim).

No contexto desta pesquisa, portanto, se falamos de um espaço que pode ser considerado território - para além dos nossos corpos tratados como territórios expropriáveis pela língua do feminicídio e que, para os quais propomos uma outra compreensão e prática a partir das reflexões de Gago (2019) e Haesbaert (2020) - esse espaço é o de nossa própria casa, o espaço doméstico, colocado repetidamente como espaço privado, íntimo e despolitizado. Esse espaço que, por ser colocado como privado, íntimo e despolitizado, torna-se tantas vezes lugar de uma violência de gênero muito naturalizada. Milene já vinha sofrendo uma série de violências em seu relacionamento e em sua casa e foi morta ao não aceitar mais essa condição, ao romper com a continuidade dessas violências, por não se acostumar e não se submeter mais a essas violências, por resistir, por não se submeter aos “papeis de mulher” que seu companheiro achava que ela deveria desempenhar.

Cabe-nos aqui, portanto, também pensarmos um pouco em como continuar a desobedecer – sem que sejamos repetidamente mortas - a partir do desenvolvimento de possíveis práticas de territorialização e de relação entre nossos corpos e o ambiente doméstico - neste caso, o que é ameaçado, pra além do próprio corpo, não é o espaço em si, mas os direitos, a segurança e a tranquilidade de estar e habitar nossas próprias casas; o que não deixa de ser uma invasão a nossos territórios e aos nossos corpos-territórios.

O que seria compreender nossos corpos como territórios de vidas em meio aos espaços domésticos, onde somos diversas vezes ameaçadas e expropriadas, assim como são os territórios de comunidades e povos originários? Como restabelecer certa unidade e articulação entre as dimensões econômicas, culturais, políticas e naturais deste espaço doméstico de forma a desnaturalizar a ideia imposta pelo poder patriarcal de que ele é um espaço privado, despolitizado e íntimo? Como ainda compreender nossos corpos como territórios de vidas frente as violências de gênero que acontece no relacionamento ou na casa de uma conhecida, de uma amiga?

Repensar o espaço doméstico da forma como gostaríamos de propor é desnaturalizar e des-privatizar as diversas violências que nele acontecem e que, por isso, historicamente foram invisibilizadas. É justamente compreender as violências de gênero e, especialmente as violências de gênero que acontecem dentro dos espaços domésticos, como um problema coletivo e estrutural e não como uma questão íntima e privada. Talvez esse seja um dos passos primordiais para elaborar uma cena que rearticule o corpo feminino vítima de feminicídio nas narrativas sobre o fenômeno e cada caso. Se essas violências são um problema coletivo das sociedades atravessadas pelos sistemas patriarcais, coloniais, capitalistas - e por isso, elas precisam ser nomeadas e classificadas - faz-se necessário falar sobre o feminicídio de uma forma que não repita um discurso individualizador e privatizador, que acaba reduzindo-o a um fato isolado. Faz-se necessário contextualizá-lo, nas narrativas jornalísticas, como um problema coletivo e político nas dinâmicas de relações de poder dos sistemas em que estamos inseridas. Faz-se necessário tornar públicas ou políticas, as dores e violências que acontecem em tal espaço.

Importante refletirmos ainda mais especificamente sobre como a experiência e conceito de corpo-território, que surge a partir de uma outra perspectiva da noção de território, propõe-nos também a possibilidade de tecermos outra cena para falarmos, fazer aparecer ou trazer à tona o caso de Milene; para que as nossas palavras, nossa escrita, nossas narrativas e também nossos próprios corpos ajam como a colher que metemos numa briga de marido e mulher. O que é falar sobre a morte de Milene a partir dessa noção, desse corpo outro, dessa experiência, dessa prática de existir enquanto corpo-território?

Compreendemos que seja também falar sobre a morte a partir da perspectiva da vida; a partir da luta pela vida, a partir das formas de resistências de maneira a não reproduzir discursos e narrativas de violência, a partir, principalmente, da defesa da memória e imagem de Milene. Milene foi morta por resistir às violências de gênero que vinha sofrendo na relação com seu ex-companheiro, por romper com o fluxo de repetidas violências e por não sustentar os padrões impostos a ela por seu companheiro. Falar sobre o feminicídio a partir da noção de corpo-território é, portanto, falar de uma forma também ética que busca preservar a memória, as lutas e as resistências das vítimas de forma a não reduzi-las novamente aos lugares e cenas de violência e a essas experiências. É também falar a partir da perspectiva de um corpo afetado e da experiência de “um corpo que nunca é só um, mas é sempre com os outros” (GAGO; 2020); é revelar as batalhas que ocorrem no corpo e refletir como essas batalhas aparecem nas cenas e narrativas sobre o feminicídio assinalando o campo de forças que nele se manifesta, tornando-o sensível também a partir dessa conflituosidade. (GAGO; 2020).

### **3.3. Os sintomas entre os sistemas**

Kathleen Stewart (2007, apud MORICEAU, 2020, p. 145), ao escrever seu livro *Ordinary Affects*, afirma que conceitos como “neoliberalismo, capitalismo avançado e globalização” não conseguem descrever, enquanto termos, representações e classificações conceituais, as situações em que nos encontramos. Esses são conceitos que representam sistemas os quais se fazem presentes cotidianamente no encontro com nossos corpos, a partir de diversos meios, formas, lugares, eventos e também outros corpos e textos. Podemos percebê-los e captá-los por meio dos afetos ordinários e cotidianos que se fazem enquanto sintomas e efeitos desses sistemas.

Moriceau (2021) diz que Stewart propõe-nos sentir o conjunto de forças e efeitos que esses sistemas exercem sobre nossas vidas e que muitas vezes já não percebemos, imersas que estamos neles. Os efeitos do capitalismo podem ser descobertos enquanto angústias, vergonhas, raivas, acontecimentos. Para Moriceau (2021), Stewart (2007) testemunha a sua experiência ocidental de ser



controlada pelas potências e intensidades das estruturas do capitalismo, das suas opressões e pontos de fuga. Para o autor, sentir essas forças seria o pré-requisito para poder resistir a elas ou transformá-las.

Nesse sentido, ele nos diz que, a compreensão de tais sistemas, a partir dos afetos cotidianos, dos efeitos enquanto sintomas, faz-se mergulhando nesses espaços de encontro entre os sistemas e os nossos corpos, na tentativa de perceber efeitos e sensações que essas interações emanam. Para Stewart (2007), os afetos ordinários são acontecimentos e sensações que ocorrem cotidianamente por meio de hábitos de relacionamento, devaneios, modos de atenção e agência; eles se revelam também como choques, reverberações, eventos, reações e efeitos no corpo singular em seu encontro ou imerso em tais sistemas e instituições em que vivemos.

Portanto, ao habitar os encontros, os afetos ordinários e/ou cotidianos são, segundo Stewart (2007), uma zona de contato, uma questão emergente em cenas díspares e incomensuráveis, um emaranhado de conexões potenciais, de trajetórias e de disjunções. Eles se manifestam como sintomas a partir das maneiras como subjetivamos ou subvertemos as molduras que tais sistemas nos propõem, moldando-as de volta; a partir de como reagimos às agências de nossos corpos entre os fluxos das relações de força que nos atravessam.

Nesta pesquisa, falamos a partir também desses tais afetos cotidianos, dessas zonas de contato, dos efeitos que se fazem também enquanto incômodos, angústias, dores produzidas pela própria violência de gênero marcada pela insensibilidade nos lugares de encontro entre os nossos corpos e as materialidades que a produzem e reproduzem. Falamos também a partir também de nossas reações a essas violências, da indignação com a crueldade, com o ódio e com a paisagem de insensibilidade geradas por meio da continuidade e repetição dessas violências; falamos das tessituras que se formam nos encontros e afetos que criamos a partir dessas reações.

Compreendemos que a violência de gênero é mediada e transpassada por esses outros efeitos/sensações, também, e até mesmo outras violências que outros sistemas (para além do patriarcal), em que estamos inseridas e que nos provocam. Haesbaert (2020) comenta que a singularidade do continente que chamamos América Latina se dá pela combinação dos fenômenos e não pela exclusividade dos fenômenos em si mesmos. Nos países latinos, os sistemas

patriarcais são fortemente atravessados pelo capitalismo e colonialismo. Segundo o autor, a combinação dessas estruturas de poder se revela, principalmente, na individualização, expropriação, privatização, mercantilização, coisificação de territórios, comunidades e corpos e naturalização dessas violências. Assim, a partir do estudo do fenômeno do feminicídio nos países latinos, muitas vezes, tais sistemas, entre si embrenhados e justapostos, atravessam, de inúmeras maneiras e de formas um tanto violentas, os corpos femininos, apagando a heterogeneidade que compõe a singularidade e a situação histórica de cada corpo.

A zona de contato em que me vi inserida ao longo desta pesquisa se refere, portanto, a uma zona de revolta, indignação e dor, que emerge, principalmente, da naturalização e da atmosfera insensibilizada que permeiam as violências de gênero e as suas repetições para até mesmo depois de um ato extremo como um caso de feminicídio. Uma zona de violência e naturalização que se repetem nas narrativas jornalísticas, nas coberturas dos casos de feminicídio. Segundo Rita Segato (2021, ebook não paginado), “há uma identidade em comum entre o sujeito que agride uma mulher e a lente da televisão”. Para ela, o jornalismo tem um papel protagonista na vitimização das mulheres que, muitas vezes, são novamente expostas nas reproduções detalhistas das cenas de crime dos casos de feminicídio.

Para Segato (2021), a repetição das violências, que se dá também textualmente e jornalisticamente, como abordaremos mais detalhadamente nos próximos tópicos desta dissertação, “produz um efeito de normalização de uma paisagem de crueldade e, com isso, promove nas pessoas os baixos limiares de empatia, que são essenciais para o empreendimento predatório” (2021, ebook não paginado) no continente latino-americano. Segundo a autora, as violências de gênero e o jornalismo são atravessadas ainda pela lógica “apocalíptica” do capital, o que dá também a essas violências, contornos específicos, que se reverberam em determinados efeitos nas experiências que interseccionam os sintomas dos sistemas capitalista e patriarcal.

Segato (2021) fala sobre uma “pedagogia da crueldade” que marca os tempos caracterizados pelo capitalismo avançado, pelo “gozo narcísico e consumista, isolamento dos cidadãos e dessensibilização ao sofrimento alheio”, pela “sujeição das pessoas à condição de mercadoria imposta pela precariedade

do emprego e dos salários, pelo retorno do trabalho servil, semiescravo e escravo” (2021, ebook não paginado). A pedagogia da crueldade se refere a “todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a transmutar o vivente e sua vitalidade em coisas” (SEGATO, 2021, ebook não paginado) e pretende naturalizar a expropriação da vida.

A autora afirma ainda que as relações de gênero e o sistema patriarcal têm um papel relevante nesse cenário atuando na objetificação e descarte do corpo feminino e das mulheres. Ela comenta como as organizações corporativas da masculinidade levam “os homens à obediência incondicional a seus pares - e também opressores -, e encontra neles as vítimas a mão para dar lugar à exemplar cadeia de comando e desapropriações.” (SEGATO, 2021, ebook não paginado)

No percurso desta pesquisa, percebo-me também neste lugar insuportável, frente a uma paisagem de insensibilidade, no encontro com materialidades e lugares em que as violências de gênero são constantemente banalizadas, neutralizadas, naturalizadas, insensibilizadas. E, desde então, portanto, tento ser e agir repetidamente enquanto um corpo indignado, enquanto corpo que tenta encarnar a revolta, que não suporta e não se suporta nesse ambiente permeado pela crueldade. Frente ao cenário de uma pedagogia da crueldade, Rita Segato nos propõe uma contra-pedagogia:

A contra-pedagogia da crueldade terá que ser uma contra-pedagogia do poder e, portanto, uma contra-pedagogia do patriarcado, porque se opõe aos elementos distintivos da ordem patriarcal: mandato de masculinidade, corporativismo masculino, baixa empatia, crueldade, insensibilidade, burocracia, distanciamento, tecnocracia, formalidade, universalidade, desenraizamento, dessensibilização, vínculo limitado. O patriarcado, como afirmei antes, é a primeira pedagogia do poder e da expropriação do valor, tanto em escala filogenética quanto ontogenética: é a primeira lição de hierarquia, embora a estrutura dessa hierarquia tenha sofrido mutações ao longo da história. (SEGATO, 2021, ebook não paginado)

A contra-pedagogia da crueldade se propõe, portanto, enquanto ruptura, oposição, uma outra forma de pensar e agir frente ao fluxo de contínuas violências que caracterizam o sistema patriarcal e que se acentuam e se

agravam, enquanto sintomas, ao se justaporem aos efeitos do que chamamos de capitalismo avançado e dos sistemas coloniais que marcaram - e ainda marcam - os países latinos. Para a autora, as experiências das mulheres, enquanto experiências históricas acumuladas, podem ser uma forma de romper com essa estrutura, a partir de “uma política de raízes espaciais e comunitárias” (SEGATO, 2021, ebook não paginado) empenhada no processo e não no produto e que propõe, principalmente, solucionar problemas e preservar a vida a partir da singularidade, da aproximação, da empatia, da sensibilidade, do vínculo.

Dessa forma, assim como Stewart (2007), e numa contra-pedagogia da crueldade, propus-me olhar, imaginar, sentir, assumir, atuar e afirmar outras possibilidades - ou mesmo ameaças - que surgem a partir desses lugares, que podem ser compreendidos como zonas de encontros e cenas em que nossos corpos se encontram com o corpo de uma vítima de feminicídio. Esse encontro pode se dar por meio das narrativas jornalísticas, por meio de textos escritos por mulheres indignadas, por meio das manifestações. Se as textualidades jornalísticas comumente perpassam esses encontros, propondo uma forma de dar a ver os casos de feminicídio que, em grande medida, repetem uma paisagem insensível revelando-nos uma atmosfera de indiferença; procuramos, nesta pesquisa, enquanto uma reação à repetição de violências de gênero, a articulação de uma cena outra atravessada por textualidades que propõe outras experiências de encontro com as vítimas de feminicídio.

Habitamos, assim, as zonas de contato, os lugares de encontro com Milene buscando um outro olhar porque procuramos por uma outra forma de narrativa e realidade sensível a partir de uma escrita afetiva que propõe também a descrição dessas sensações, desses efeitos, desses sintomas. Segundo Moriceau (2021, p. 21), “o “fato” só adquire sentido quando colocado em uma atmosfera, um ritmo, uma iluminação, uma sensação. O que precisa ser recomposto é uma verdade da atmosfera, uma verdade da experiência.”. Portanto, se as narrativas jornalísticas trazem uma atmosfera de insensibilidade, ao relatar as mortes causadas pelo fenômeno do feminicídio, pretendemos articular, nessa contra-pedagogia da crueldade, uma atmosfera sensível e ética no habitar dessa cena outra, desse encontro outro.

Alongamo-nos nas descrições destas atmosferas, no habitar com e das palavras, no tecer de tais cenas outras para que também o próprio texto faça sentir essas sensações e efeitos. Assim, apontamos caminhos e direções do sentir, propondo espaço e tempo para que, quem for ler esta dissertação, possa sentir e tenha condições de também participar da elaboração dessa outra cena, dessa outra forma de fazer ver, dessa outra forma de encontrar - ou de habitar - essas zonas de contato. Segundo Moriceau (2021, p. 21), os afetos “não nos oferecem novos conhecimentos, mas despertam, põem em movimento, demandam atenção e reflexão. Eles “nos colocam em pesquisa”.

É no dizer de uma atmosfera, no descrever das sensações e dos afetos, no habitar dessas zonas de contato por meio do sensível e do sentir, que propomos outras cenas para fazer ver o caso de Milene. Tentamos, a partir destas palavras, promover as sensações do toque e do sentir que nos coloquem em movimento e que compartilhem a atmosfera, as texturas, cores e tons desses encontros, por mais que, em alguns momentos, sejam texturas bastante dolorosas e quase insustentáveis. Segundo Moriceau (2021), essa forma de pesquisar e de escrever, exige que estejamos presentes, que nossos corpos estejam em pesquisa; é preciso que sejamos afetadas para afetar; “é uma forma de dizer um lugar, de torná-lo presente a partir da forma como ele nos afeta, de conferir cores à atividade que ali se desenvolve.” (2021, p. 27).

Os afetos nos conectam com o mundo, nos fazem senti-lo, às vezes nos permitem saboreá-lo, mas também transmitem suas estruturas suas opressões, seus pontos de fuga. Descrever os afetos pode ser uma forma de dizer o mundo tal como o vivenciamos, antes de qualquer representação, antes de qualquer sentido ou significado, não o mundo do outro, mas aquele em que nos banhamos sem saber direito qual água enche o nosso aquário. Sentir essas forças não é o pré-requisito para poder resistir a elas ou transformá-las? (MORICEAU, 2021, p. 26 e 27)

Essas cenas outras revelam-se nesta pesquisa muitas vezes enquanto encontros com a dor, enquanto encontros com a indignação, com a saudade, com o luto e propõem fazer ver outras imagens e memórias de Milene, a partir da proposta de outros possíveis textos e, portanto, outras possíveis experiências de encontro com a vítima. Por meio da imersão no caso de Milene, as reflexões que aqui fazemos tentam resgatar e tecer a corporeidade e a sensibilidade, a

empatia, a aproximação, o enraizamento, a singularidade na composição conjunta de uma cena guiada e atravessada pelos afetos e pelos elementos que compõem uma contra-pedagogia da crueldade.

### **3.4. Propondo cenas afetivas no “fazer ver” o feminicídio**

Nessa contra-pedagogia da crueldade, ou seja, na busca de um olhar e de textualidades sensíveis, empáticas, próximas, singulares, propomos pensar em outras possíveis cenas de encontro com Milene, uma outra paisagem para as imagens e memórias que dela ficam para nós. Cena que ensaiaremos tecer enquanto tentativa de ruptura e dissenso de um *continuum* de violências que caracterizam o fenômeno do feminicídio, o qual é composto pelos enquadramentos dos corpos femininos que os sistemas patriarcais dispõem. Cena outra que, de alguma forma, também não deixe de “fazer ver” a brutalidade do assassinato e a complexidade e gravidade do fenômeno estrutural que nomeamos feminicídio. No fazer desta pesquisa e no refletir formas de dar a ver cada caso, para tentar a tessitura dessa cena que, de alguma forma, resista aos enquadramentos propostos ao corpo feminino pela língua do feminicídio - como abordaremos nos próximos tópicos - e que nos permita um encontro mais sensível e ético com Milene, inspiramo-nos no método da cena proposto pelo filósofo francês, Jacques Rancière (2021)

Segundo Ângela Marques (2021), o conceito de cena se refere à quando “ações de sujeitos que não eram, até então, contados como interlocutores, irrompem e provocam rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível” (RANCIÈRE, 2004, p.55 apud MARQUES, 2021, p. 40). Para Marques (2021, p. 41), a partir da cena, esta enquanto forma dissensual, podemos reenquadrar, não hierarquicamente, objetos, imagens, textos, tempos e espaços já colocados por uma ordem dominante. Esse reenquadramento permite criarmos situações capazes de mudar nosso olhar e atitudes e, assim, questionar tal ordem dominante, que apaga conflitos, diferenças e resistências. Rancière (2021) diz que a cena está ligada a uma vontade de tomar ao inverso determinados discursos hegemônicos.

Corpo e afeto são pessoas falantes ou, pelo menos, compõem tais pessoas, guiando nossas palavras, nossas vozes, os modos de ver e falar que

propomos nesta pesquisa. É a partir dos afetos que emergem entre nossos encontros, do meu corpo de pesquisadora e mulher cis com outros corpos e nos encontros que se fazem na tessitura desta dissertação, que propomos tomar ao inverso o discurso dominante da academia ou o discurso que tantas vezes se diz neutro e objetivo da narrativa jornalística e que, no caso das coberturas do feminicídio, revelam-se um tanto insensíveis e violentos. No mergulho nesses espaços de interação entre os nossos corpos, pretendemos rearranjar as textualidades para a composição de outras formas de aparecer e, assim, outras formas de experienciar um encontro com Milene. Tentamos compor, portanto, uma outra cena de pesquisa que se tece a partir do corpo e do afeto enquanto reação e efeito da imersão nessas zonas de contato.

A partir da elaboração dessas cenas outras - que são também dissensos - como formas de expressão e comunicação, propomos, portanto, inventar ou articular modos de ser, ver e dizer que se configurem como outras possibilidades de fazer aparecer as pessoas, os corpos e os enunciados relacionados aos casos de feminicídio, especialmente, o caso de Milene. Segundo Marques (2021), as cenas de dissenso remetem à possibilidade de invenção dessas outras visualidades, conexões e interlocuções em que a pessoa falante se inscreve, a partir de suas palavras, constituindo-se de maneira performática na subversão dos tipos de identidade e ordens dominantes que a aprisionam em determinados estatutos sociais.

Assumir a minha própria voz na articulação de materialidades para a tessitura de uma outra cena é, portanto, uma tentativa performática de subversão das ordens e hierarquias dominantes que nos aprisionam nesses enquadramentos sociais. Aqui, assumo uma voz também vulnerável, na medida em que sou afetada pelo fenômeno e pelas textualidades que emergem ao longo desta pesquisa. Uma voz de pesquisadora que não propõe uma autoridade do saber, mas que pretende um acolhimento dos afetos, sensibilidades e saberes que vêm das diversas narrativas que compõem o fenômeno pesquisado; numa tentativa também de se transformar e se manter em movimento.

Enquanto pesquisadora, também tenho meu corpo afetado e, por meio destas palavras, afeto você que lê estas minhas palavras. Nesse sentido, tanto eu quanto você, somos pessoas falantes nesta dissertação, propondo

determinados arranjos e cenas, os quais virão à tona por aqui enquanto uma forma de aparecer, uma espécie de outra manifestação.

Como colocou Moriceau (2022), as palavras da pesquisadora também podem prejudicar, magoar, machucar e estigmatizar e é, por isso que, ao longo deste percurso, escolho acolher os afetos também das pessoas próximas e das pessoas que se sentiram tocadas e afetadas com a morte de Milene. O meu intuito, vem sendo, o de, junto com elas e no espaço que se abre para quem lê esta dissertação, tecer essas outras cenas e situações que surgem antes do conhecimento. E é por isso também que as questões éticas e políticas fazem desta escrita, um ato e uma ação; uma tentativa de propor uma ruptura no *continuum* de violência que caracteriza o fenômeno do feminicídio, violências que ainda continuam por meio do jornalismo na cobertura de cada caso de feminicídio.

Pensamos em elaborar uma outra cena que faça ver a morte de Milene, uma cena que nos proponha também um outro encontro com ela, de forma a não a aprisionar na cena do crime que ocasionou sua morte, não a aprisionar no *continuum* de violências de gênero, num lugar de inferioridade, de passividade. Estamos tentando, portanto, criar e fabular visualidades, conexões e imagens a partir das textualidades afetivas que comporão uma cena dissensual; visualidades, conexões e imagens outras propostas pela própria Milene (a partir da *selfie* que ela tirou), pelas palavras transpassadas por afetos de Denise Coimbra e Débora Rodrigues - que escreveram de forma sensível sobre a morte de Milene - de sua tia Dinha, de sua mãe Vânia e pelas lembranças e registros que fiz da Marcha contra a violência de 2019. E, por fim, mas não menos importante, pela forma que tento imergir e descrever a atmosfera desses encontros e entrelaçar essas palavras e essas textualidades.

Estas são formas de palavras, relatos e registros de pessoas que, na maioria das vezes, não são acionadas enquanto “sujeitos falantes” nas coberturas jornalísticas dos casos feminicídio e nem nas pesquisas acadêmicas. Comumente, as matérias se ancoram nas narrativas relatadas pelas instituições policiais, enquanto as pesquisas acadêmicas, muitas vezes, não dão espaço para o sensível, para experiência e vulnerabilidade de quem pesquisa.

Marques (2021) coloca que a montagem de uma cena de dissenso, de uma intervenção disruptiva, começa justamente a partir de um trabalho de uma



razão sensível. A partir dessa racionalidade, escolhemos a singularidade de uma situação e articulamos os elementos heterogêneos que formam o conjunto de vínculos que a define. Segundo Rancière (2021), a montagem da cena se faz a partir do aprofundamento do que está em jogo na singularidade escolhida a partir da leitura do conjunto de vínculos que a define. A racionalidade sensível marca esta pesquisa, que parte de um movimento afetivo, da exaustão e da indignação, de uma dor imensa, de uma saudade infinita, que vão atravessar e compor essas outras formas de dar a ver o corpo, o encontro com Milene marcados pelo feminicídio.

Segundo Rancière (2012, p.96, apud MARQUES, 2021, p.32), a construção de uma cena dissensual se apoia ainda na montagem de um dispositivo que “regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem”. Porém, Rancière, (2013, apud MARQUES, 2021), afirma que a cena é um lugar de encontro, enquanto o dispositivo, uma fabricação. O autor entende o conceito de dispositivo a partir de Foucault como um “aparelho que impõe a maneira como vamos nos posicionar, como vamos ser identificados e como devemos olhar e sermos visto” (RANCIÈRE, 2013, apud MARQUES, 2021, p. 103). Já, segundo o autor, a montagem de uma cena se refere à elaboração de uma realidade e um lugar de encontro que é sempre aleatório e passível de remodelagem; a cena expõe as diferentes e diversas outras maneiras como alguma coisa pode ser percebida ou pode aparecer e, assim, subverter o estatuto regulatório dos dispositivos de poder. A cena se faz enquanto uma reconfiguração das coordenadas de um campo da experiência. (RANCIÈRE, 2021, p. 104)

Dessa forma, a montagem da cena a partir da articulação e rearranjo de elementos heterogêneos, que conformam uma situação elaborada por meio de uma razão sensível, permite vincularmos a singularidade escolhida a diversos lugares e tempos, além de possibilitar uma variedade de formas de expressão. Segundo Rancière (2012, p.11, apud MARQUES, 2021, p.43), a cena se faz como uma rede, uma constelação movente em torno de um evento singular;

A cena não é uma ilustração de uma ideia. É uma pequena máquina ótica que nos mostra o pensamento ocupado, tecendo juntos percepções, afetos, nomes e ideias, constituindo a comunidade sensível que torna essa tecelagem pensável. A cena captura conceitos em operação, em sua relação com os

novos objetos que buscam apropriar, velhos objetos que tentam reconsiderar e os padrões que constroem ou transformam para este fim (RANCIÈRE, 2013, p.11, apud MARQUES, 2021, p. 43).

Para Rancière (2013, apud MARQUES, 2021, P. 105), vivemos em mundos que já nos colocam em determinados lugares e identidades, que já nos propõem determinados formatos e formas de classificação dos fenômenos, “de formas de distribuição dos estados sensíveis, dos regimes de interpretação” pelos dispositivos de controle. Assim, a cada vez que construímos uma cena que altera essa distribuição de regimes, construímo-la de maneira polêmica, reconstruímos esses níveis possíveis de realidade. O dissenso é exatamente essa capacidade de inserir uma cena polêmica como produção de uma outra forma de senso comum, por exemplo, “um outro tempo na maneira de olhar e de tirar conclusões sobre o que olhamos” (RANCIÈRE, 2018, apud MARQUES, 2021, p. 150)

Segundo Rancière, (2018 apud MARQUES, 2021) a possibilidade de alteração e, assim, de dissenso, de ruptura de um regime de percepção de leitura se dá a partir do gesto estético e político do “aparecer” (*appaitre*), na articulação e rearranjo de elementos a partir dessa razão sensível. Na constelação movente que é a cena, os elementos heterogêneos se justapõem e entram em conflito com as ordenações dominantes e convencionais de narrar e dar a ver. Isso permite que desloquemos nossa “posição em relação ao modo como apreendemos, percebemos e respondemos às demandas dos outros e aos eventos do mundo” (MARQUES, 2021, p.44).

O aparecer é uma experiência estética de ruptura com uma ordem prefigurada que programa nosso sensorium para atender de modo consensual a esses apelos. Assim, a cena de dissenso altera os regimes de visibilidade e inteligibilidade que mediam nossas interações com a alteridade. Esse gesto é insurgente, porque desafia a hierarquia que atrela o olhar e a escuta a dispositivos de controle e previsibilidade. (MARQUES, 2021, p. 44)

O aparecer, a aparência, para Rancière (2018, apud MARQUES, 2021), não é o contrário da realidade, mas sim uma cena de manifestação, um modo e uma forma de fazer visível e inteligível e isso tem a ver com uma ideia de teatralidade - a construção de um outro universo de aparências. Segundo Marques (2021, p. 44), a teatralidade na montagem de uma cena de dissenso está ligada ao “reposicionamento dos corpos, deslocamentos de imagens”,

“fissuras nos modos naturalizados de apreensão e explicação dos eventos”, “reorganização do campo visível”. Isso porque, como já colocado, a cena de dissenso se refere à elaboração de outras possibilidades de enunciações que vão além ou rompem com os lugares e tempos fixados pela ordem hierárquica dominante e consensual. É uma tentativa de deslocamento do regime sensível e questionamento dos enquadramentos das pessoas e corpos envolvidos nas singularidades que escolhemos pesquisar e nos adentrar.

Para Marques (2021, p. 47), é importante evidenciar essa possibilidade de criação de um outro imaginário, possibilidade que se faz entre a conexão da cena de dissenso e a ideia do “aparecer” enquanto um modo de manifestação. Tal possibilidade de um outro imaginário revela e se faz na criação de outras formas de manifestação das situações do mundo, do outro, das pessoas, dos corpos. E é por meio dos cortes e tensões entre arranjos já consolidados e as tentativas de reenquadramentos, montagens, redistribuições de experiências e registros que tecemos uma outra cena, uma outra forma de tornar visível as singularidades, as palavras, os corpos, as situações. Na cena outra que tentamos elaborar, trazemos a proposta de um outro imaginário a partir, principalmente, de uma perspectiva afetiva, ou seja, temos os afetos como guia.

Nesta pesquisa, portanto, o aparecer se faz a partir da escrita atravessada por afetos, na forma como escrevo esta dissertação e em como rearranjamos as textualidades que nos permitem dar a ver o caso de Milene. Nesse movimento, a minha escrita se entrelaça às narrativas jornalísticas, às crônicas, às cartas, aos registros da Marcha Contra a Violência, a essas materialidades que se conformam enquanto zonas de encontro e com as quais interagimos e imergimos. Moriceau (2022) fala que a pesquisadora afetada não sabe como escrever “porque as palavras e conceitos com os quais costuma descrever e falar parecem insuficientes ou passam ao largo daquilo que deseja expressar” (p. 19, 2022), como também a própria Stewart (2007) fala dos conceitos de neoliberalismo e capitalismo – são conceitos que não conseguem descrever a experiência de estar imersa em tais sistemas. Porém, ainda que cientes dos limites e desafios, ambos apontam caminhos. A escrita dos afetos busca ser “sensível, testemunhal, reflexiva, criativa, performativa” (MORICEAU, p. 19, 2022), algo que se aproxima também da proposta de contra-pedagogia da crueldade proposta por Rita Segato (2021) que, ao contrário de uma pedagogia

da crueldade, conforme já mencionado, propõe a sensibilidade, a empatia, a proximidade, o vínculo, a ética.

A montagem de uma cena de dissenso, portanto, faz-se por meio de cortes, descontinuidades, rupturas. E aqui, estas rupturas se dão na própria quebra de um *continuum* de violências de gênero, na tentativa de produção dessas outras formas de ver, desses outros modos de fazer aparecer, do tecer de uma contra-pedagogia da crueldade a partir de uma escrita guiada por afetos que tenta resgatar e tecer as experiências sensíveis que atravessam o caso de Milene. Pensamos que essa forma de escrever, de aparecer e de manifestar se reverbera em possibilidades de tessituras também de um outro imaginário dos corpos que compõem a singularidade do caso que trazemos aqui.

Marques (2021) coloca que as cenas de dissenso conectam a descontinuidade da ordem hierárquica, dos arranjos já consolidados, a processos mais amplos que foram tornados ilegíveis, invisibilizados por meio da separação entre as experiências do sujeito e a ideia de totalidade, inalcançável e impenetrável, constantemente representada e proposta pela modernidade e pelo neoliberalismo. Por exemplo, “o mundo do trabalhador que seria o mundo do fazer em oposição ao mundo intelectual, que seria o mundo da palavra”. (RANCIÈRE, 2013, apud MARQUES 2021, p.78). Ou talvez possamos dizer, o mundo proposto pelo sistema patriarcal ocidental que historicamente opõe um mundo intelectual e racional dito masculino a um mundo do sentir, da sensibilidade, dado como feminino. Nosso trabalho de reflexão nesta pesquisa, opera, portanto, a partir de uma não separação destes mundos; como coloca Spinoza (apud MENDONÇA, 2021), pensar e agir não estão separados; é a partir das experiências dos corpos que traçamos o percurso até a razão.

Por meio da aproximação entre o artigo de Denise Coimbra, da fotografia de Milene, da carta de Débora Rodrigues, da carta escrita a pedido de Vânia, mãe de Milene, dos depoimentos de Dinha, das lembranças e registros da manifestação, refletimos formas de trazer à tona também um movimento político e histórico de insurgências feministas. Propomos o questionamento do “status objetivo do que é dado”, apresentando também a discussão de “coisas que não eram visíveis ou consideradas anteriormente” (RANCIÈRE, 2010, p. 125 apud MARQUES, 2021, p.49) nas narrativas jornalísticas, ou seja, de como os afetos, enquanto também textualidades, fazem ver: os casos de feminicídio, como as

peças próximas à vítima experienciam cada caso e são afetadas, como somos afetadas pela forma como o caso se repercute no jornalismo, como somos afetadas pelos lugares em que os corpos femininos são repetidamente colocados e como propomos outras formas de ver cada caso em sua singularidade.

Ainda de acordo com Rancière (2016, 2018b apud MARQUES, 2021), a função epistemológica da montagem da cena consiste na recusa e na ruptura de uma lógica causal de explicações, na ruptura de um modo de procurar explicações nas entrelinhas das aparências. O método de Rancière não procura algo que está além, abaixo desse aparecer, mas procura contemplar esse aparecer a partir de associações e vínculos com outros acontecimentos, textualidades. Para ele, há sempre um “fora de cena”, mas esse fora de cena constitui o aparecer por meio da “espessura do tecido inteligível que confere ao quadro a sua potência sensível de condensação e não como desvelamento do que a cena poderia estar escondendo” (2018b, p.23, apud MARQUES, 2021). Segundo Marques (2021, p. 50), a construção da cena evidencia uma “poética do conhecimento”

Tal poética compreende o método da cena enquanto conjunção, enquanto gesto ético e estético de colocar junto os corpos, gestos, olhares, palavras e significações de modo a produzir uma “ficção” que revele um modo de racionalidade que não pode ser explicitado por aquilo que está “fora de cena”, mas pela disposição e montagem dos elementos que a compõem. (MARQUES; VELOSO & PRADO, 2021, p. 409)

Portanto, como coloca Marques, (2021), a cena de dissenso está muito vinculada a um trabalho criativo e também de resistência da narrativa ficcional, assim como a escrita afetiva que Moriceau (2021) reflete. A autora coloca que a narrativa ficcional não se desenvolve no desencadeamento de tempos, mas nas várias formas de articulação de lugares em suas diversas possibilidades de realização. É dessa forma que a cena de dissenso propõe também “uma multiplicidade de mundos e formas de experimentação que não são as nossas e, por isso mesmo, nos permitem pensar, dizer o mundo e a refletir sobre eles de outra maneira.” (MARQUES, p. 51-52.). Enquanto isso, a escrita afetiva, como coloca Moriceau (2021), busca outras formas de comunicar a partir do

testemunhar; a “escrita guiada pelos afetos busca certa correção, quer fazer justiça à experiência e às pessoas encontradas, gostaria de conservar a sua sensibilidade e respeitar a diversidade e a complexidade das trocas e formas de vida.” (MORICEAU; p. 21, 2021)

Segundo Rancière, “há sempre um jogo a partir das possibilidades que o acontecimento oferece, enquanto dado, de constituir uma cena, uma forma de enunciação, um espaço do espectador.” (RANCIÈRE, 2018b, p. 125, apud MARQUES, 2021). Não estamos preocupadas em representar uma realidade dada. Estamos preocupadas em propor outra forma de manifestação do real, forma que se coloca enquanto um gesto ético. Estamos preocupadas em como nossas manifestações afetam, que afetos são produzidos a partir de nossa escrita. Estamos preocupadas com as realidades que surgirão a partir da montagem dessa outra cena, dessa outra escrita, dessa outra disposição dos elementos e lugares que compõem a singularidade, o caso de Milene. As cenas permitem que vejamos “as operações de poder que influenciam na interpretação daquilo que vemos.” (MARQUES, 2021, p. 52).

Para Rancière (2012, apud Marques, 2021), essa realidade que surge a partir da cena diz respeito à figuração que a narrativa ficcional nos permite. É na figuração que está a ação política do processo de montagem de uma cena. A figuração tem a ver com a forma como a narrativa ficcional permite uma liberdade de indagações e questionamento das incoerências das representações. Ela diz respeito à criação de resistências, de “maneira de desvelar potências, reconfigurar regimes de visibilidade e questionar ordens discursivas opressoras, perturbando o modo como usualmente as representações tendem a fazer aparecer, ao mesmo tempo, os conflitos e suas soluções pacíficas.” (MARQUES, 2021, p. 52).

Essa figuração da narrativa ficcional parece dialogar com o caráter performativo da escrita afetiva que, segundo Moriceau (2021, p.22), “busca escapar ao máximo da representação, que mantém o pesquisador a uma distância segura, que oferece a ilusão de ver tudo e, portanto, de saber tudo”. Segundo o autor, essa característica da escrita afetiva impede que nossos pensamentos se fechem numa representação dada, propondo, justamente, que a questionemos, assim como as suas ordens discursivas. Ela nos faz ocupar uma posição de aprendiz que está a questionar, aprender e compartilhar.

A escrita afetiva ainda pode ser uma manifestação da realidade, uma forma de aparecer, um ato, uma ação; um espaço-tempo que nos permite experienciar, afetar e ser afetada. E, assim como a cena de dissenso que propõe uma ruptura, a escrita afetiva desfaz nossas expectativas e os métodos tradicionais de pesquisa.

A cena que tentamos elaborar, portanto, a partir de uma escrita afetiva, é composta e atravessada pelas texturas e densidades, ela é uma zona de encontro que se faz enquanto outra possibilidade de fazer ver, uma rearticulação dos elementos, corpos, pessoas que aparecem e como aparecem. Propomos uma cena movente e desestabilizada, formada por rostos e paisagens, enigmas e desafios e não respostas, ou dados. Uma cena que é formada por sensações, impressões, emoções, desejo e experiência. (MORICEAU, 2021, p. 20 e 21). O que vamos tentar recompor e elaborar aqui, como disse Moriceau (2021), é a verdade de uma atmosfera, uma verdade da experiência.

#### 4. Femicídio, nomeando experiências

*“Socorro  
tô num mato sem cachorro  
Ou eu mato ou eu morro  
E ninguém vai me julgar*

*E foda-se se me rasgar a roupa  
Te arranco o pau com a boca  
E ainda dou pra tu chupar*

*Pra ver como é severo o teu veneno  
Eu faço do mundo pequeno  
E Deus permita me vingar”  
MULAMBA*

Neste tópico, a nossa tentativa foi e é a de compreender o fenômeno que denominamos feminicídio a partir dos estudos de algumas ativistas e pesquisadoras que propõem uma perspectiva de gênero para refletir determinadas mortes e assassinatos de mulheres. As reflexões de tais autoras atravessam os modos de compreender o fenômeno no Brasil, a partir conceitualização que emerge com a Lei do Femicídio, sancionada em 2015, e das formas como o fenômeno é dado a ver pelo jornalismo brasileiro.

Apesar da conceitualização relativamente recente do fenômeno, o “femicídio” vem gerando uma série de estudos, debates e questionamentos entre os movimentos e teóricas feministas e, assim, é continuamente revisitado, revisto e reelaborado, de acordo com as experiências e situações históricas que conformam cada lugar, contexto e corpo. Um dos debates proposto por Rita Segato é, inclusive, se deveríamos “universalizar” enquanto “femicídio” todas as mortes de mulheres que acontecem em decorrência de uma ação misógina, visto a justaposição e atravessamento de sistemas de opressão e singularidade de cada situação.

Por mais que haja debate e crítica em torno da generalização que o nome *femicídio* ou *feminicídio* propõe para um fenômeno que é complexo, múltiplo, heterogêneo, devido à heterogeneidade também dos corpos que estão nele envolvidos e de suas situações históricas, nomear as mortes de corpos femininos foi fundamental para desnaturalizar a violência de gênero e politizá-la, colocando-a como um problema social e estrutural em diversas regiões do mundo marcadas pelo sistema patriarcal.

#### **4.1. Femicídio: a política de matar mulheres**

Em 1992, Jill Radford, colocou que o então neologismo *femicídio* dizia respeito ao direito da mulher de nomear as suas experiências. A palavra teria sido utilizada pela primeira vez por Diana Russell durante as sessões do Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, em Bruxelas, na Bélgica, em 1976. No tribunal, Russel defendeu que as mortes de mulheres dos Estados Unidos e Líbano, então analisadas, seriam consequências de ações misóginas e, portanto, deveriam ser apresentadas e julgadas como *femicídio* (*femicide*). Seu objetivo era demonstrar como esses crimes eram resultados de uma histórica série de violências e práticas de ódio, que iam desde a queima das bruxas, até o infanticídio de meninas e casos que se justificavam por motivos de honra.

Mais tarde, Russel e Radford explicam e conceitualizam o termo *femicide* no livro “*Femicide: the politics of woman killing*” (*Femicídio: a política de matar mulheres*), publicado em 1992. O livro traz uma coletânea de artigos escritos



tanto por elas, quanto por outras diversas ativistas, entre 1980 e 1990, analisando eventos que resultaram na morte de mulheres nos Estados Unidos, Reino Unido e Índia. Já na primeira frase da introdução do livro, Radford define: “*Femicídio (femicide)* é o assassinato misógino de mulheres por homens, ele é uma forma de violência sexual” (tradução livre, 1992, p. 3), trazendo ainda a definição da socióloga Liz Kelly sobre violência sexual: “qualquer ato físico, visual, verbal ou sexual experimentado por uma mulher ou menina, no momento ou posteriormente, como uma ameaça, invasão ou agressão, que tenha o efeito de caçá-la ou degradá-la e / ou tira sua habilidade de controlar o contato íntimo” (KELLY, 1988, 41). Russel e Radford ainda colocam que o assassinato misógino de corpos também é atravessado e implicado em outras formas de violência como o racismo e a lesbofobia.

Segundo Radford (1998, p.3), o termo “violência sexual” enfatiza o desejo do homem de poder, dominação e controle, permitindo que a violência ou agressão sexual sejam vistas como parte e dentro de um contexto mais geral de opressões às mulheres em uma sociedade patriarcal. É um conceito também que se aproxima das experiências das mulheres, distanciando-se dos discursos jurídicos, os quais muitas vezes se baseiam em definições discretas do sexual e violento distorcendo e negando tais experiências. Radford (1998, p.3) coloca, ainda, que o termo violência sexual conecta as várias expressões da violência de gênero, desde estupro, assédio sexual, pornografia, abuso físico, entre outros. Kelly (1988, 97, apud RUSSEL E RADFORD) chamou essa conexão de expressões de violência de “um *continuum* da violência.”

As definições de violência sexual apresentadas por Kelly (1988) e seu conceito de ‘*continuum* de violência’ foram importantes para a elaboração do conceito de *femicide*, pois revelam como este fenômeno é desencadeado por conta de uma série de violências aos corpos femininos. São violências que estão conectadas entre si e que dizem, assim, das várias expressões de violências que as mulheres sofrem ao longo de suas vidas por conta da misoginia.

Em vez de forçar a experiência de abuso sexual em categorias legais distintas, o conceito de continuum nos permite identificar e abordar uma gama de experiências heterossexuais forçadas ou coercitivas. A noção de continuum facilita ainda mais a análise da violência sexual masculina como uma forma de

controle central para a manutenção do patriarcado. (RUSSEL e RADFORD; 1992, p. 3-4)

As autoras colocam ainda que o *femicide*, elaborado a partir dessa noção de violência, revela-se, de muitas maneiras, como femicídio racista, homofóbico, conjugal e se estende além de suas definições legais de assassinato, dizendo respeito também a situações em que as mulheres morrem como resultado de uma série de práticas misóginas. Jane Caputti e Diana Russell (1992) colocam que *femicide* é o extremo de um terror antifeminino, o qual se concretiza em uma diversidade de práticas e atos:

O femicídio está no extremo de um continuum de terror antifeminino que inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos, como estupro, tortura, escravidão sexual (particularmente na prostituição), abuso sexual infantil incestuoso e extrafamiliar, agressão física e emocional, assédio (pelo telefone, na rua, no escritório e na sala de aula), mutilação genital (clitoridectomias, excisão, infibulações), operações ginecológicas desnecessárias (histerectomias gratuitas), heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (criminalizando a contracepção e aborto), psicocirurgia, negação de alimentos às mulheres em algumas culturas, cirurgia cosmética e outras mutilações em nome do embelezamento. Sempre que essas formas de terrorismo resultarem em morte, tornam-se femicídios. (CAPUTI; RUSSELL; 1992, p.15).

Para Rita Segato (2006, p.3), pesquisadora argentina que reflete a violência de gênero a partir de uma perspectiva decolonial, a intenção das autoras acima que categorizaram o termo "*femicide*" foi "desmascarar o patriarcado enquanto instituição que se baseia no controle do corpo e na capacidade punitiva sobre mulheres, e mostrar a dimensão política de todos os assassinatos de mulheres que resultam desse controle e capacidade punitiva, sem exceção." Dessa forma, segundo a autora, a relevância estratégica da politização dos crimes que acontecem em virtude do ódio e como ato extremo de uma série de violências de gênero é inquestionável pois enfatiza que tais mortes são resultado de "um sistema em que poder e masculinidade são sinônimos e permeiam o meio social com a misoginia: ódio e desprezo pelo corpo feminino e para os atributos associados à feminilidade." (SEGATO, 2006, p.3).

Ou seja, em um contexto dominado por instituições patriarcais, a vida das mulheres vale menos.

Segundo a autora, portanto, por um lado, a categoria “*femicide*” se coloca como pano de fundo e unidade de sentido entre diversos assassinatos e mortes de mulheres, de maneira a vinculá-los às formas de demonstração de poderes masculinos sobre os femininos. Essa categorização se mostrou estratégica para demonstrar a especificidades de tais casos, retirando-os de uma classificação geral de “homicídios”. “Era preciso demarcar, diante da mídia, o universo dos crimes do patriarcado e introduzir no senso comum, a ideia de que existem crimes cujo significado pleno só pode ser vislumbrado quando pensado no contexto do poder patriarcal”. (SEGATO, 2006, p. 4)

Segato enfatiza que no fenômeno, o ódio em relação às mulheres é percebido, como já colocado, enquanto consequência de infrações femininas a duas leis do patriarcado: a regra do controle ou posse sobre o corpo feminino e a norma de superioridade masculina. E, quando tais leis são descumpridas, a resposta masculina é, diversas vezes, a agressão. Segundo ainda Segato (2006), na perspectiva das autoras, os casos de femicídio são nitidamente crimes de poder, de retenção ou manutenção e reprodução do poder. As análises feministas acerca dessas mortes dizem que

a reação do ódio é desencadeada quando as mulheres exercem autonomia no uso de seus corpos, desobedecendo regras de fidelidade ou celibato – a famosa categoria de “crimes contra a honra” masculino –, ou quando as mulheres acessam cargos de autoridade ou poder econômico ou tradicionalmente ocupada por homens, desafiando o delicado equilíbrio assimétrico. (SEGATO, 2006, p.4)

A palavra *femicídio* também traz em sua concepção a importância dada à escolha da grafia do termo. Segundo Russell e Radford (1998), o prefixo ‘Femi’ vem dizer do termo inglês ‘female’ e não ‘women’, pois este segundo restringe a idade da pessoa ao período adulto/reprodutivo; o que não era a intenção da autora, já que as violências atingem mulheres em suas diversas faixas etárias; quando meninas, adolescentes, adultas ou idosas. Essa observação também vale tanto para a língua castelhana, como para o português brasileiro, em que os termos ‘mujer’ e ‘mulher’ especificam a fase adulta da pessoa.

#### **4.2. Outras experiências: América Latina, entre o femicídio e o feminicídio**

Diversas foram as pensadoras e pesquisadoras latino-americanas que procuraram elaborar e traduzir o termo do inglês *femicide* para o castelhano e português de forma a trazê-lo para os nossos próprios contextos. Na década de 90, o termo ganhou duas traduções, femicídio e feminicídio, que se diferiram também semanticamente revelando duas tendências de pensamento no continente. A primeira definição foi elaborada por Ana Carcedo e Montserrat Sagot na Costa Rica e a segunda, por Marcela Lagarde e Julia Monárrez, no México. Ambos os conceitos buscaram e buscam romper com a naturalização e a invisibilização dos crimes contra as mulheres demonstrando a importância de olhar para eles a partir da perspectiva de gênero e experiências das mulheres. Ambos os conceitos também apontam para uma origem social comum das discriminações: as relações de poder assimétricas entre mulheres e homens nas sociedades patriarcais.

Segundo Paula Barros e Luciano de Souza (2016), pesquisadores da USP da área do Direito, o termo femicídio contribuiu para enfatizar o caráter social e generalizado das violências de gênero distanciando-se de enfoques individualizantes, naturalizados ou patologizados; enfoques que tendem a culpar a vítima e tratar o assunto como problemas passionais e privados, além de ocultar a dimensão complexa e estrutural do fenômeno; as experiências das mulheres e responsabilidade dos homens.

Já o conceito *feminicídio* se espalhou pelos países que chamamos latino-americanos a partir da década de 90 por conta da repercussão internacional dos casos de assassinatos e desaparecimento de mulheres que aconteceram na Cidade Juarez, no México, a partir de 1993. A antropóloga e ex-deputada mexicana Marcela Lagarde traduziu o termo do inglês *femicide* para *feminicídio* em castelhano na tentativa de compreender o fenômeno em seu país e explicar os acontecimentos da Cidade Juarez que resultavam em violências, torturas, e mortes brutais de meninas - em sua maioria jovens, pobres, marginalizadas, não-

brancas - que trabalhavam em grandes empresas conhecidas como maquilas ou maquiladoras<sup>4</sup>.

Lagarde (2006) foi influenciada pelos estudos de Russel e Radford (1992) que, desde os movimentos feministas da década de 1970, vinham nomeando as mortes e assassinatos que aconteciam pela condição social da vítima de ser mulher. Segundo a autora, ela traduziu o termo *femicide* para *feminicidio* para que o conceito não fosse confundido em castelhano com um homicídio feminino, que diria respeito aos assassinatos gerais de mulheres e não aos assassinatos que acontecem em virtude da misoginia, do ódio às mulheres, ao feminino ou a atributos da feminilidade.

Para Lagarde (apud ROMIO, 2008, p. 216), o “feminicídio demonstra a desigualdade estrutural entre mulheres e homens e como a dominação dos homens sobre as mulheres encontra na violência de gênero um mecanismo de reprodução da opressão de mulheres”. Segundo a antropóloga, o conceito coloca o patriarcado como responsável pelos assassinatos de crianças e adolescentes que são motivados pelo ódio ao gênero e muitas vezes são marcados pela crueldade. Ela identifica vários agentes da violência que podem ter relações diversas com as vítimas:

(...) parceiros, ex-parceiros, namorados, esposos, acompanhantes, familiares, visitas, colegas e companheiros de trabalho, ou por militares desconhecidos e anônimos. Também é relatada a existência de grupos mafiosos de delinquentes ligados ao crime e suas linguagens. (LAGARDE, 2008, p. 216).

Indo além, os casos de feminicídio do México fizeram com que Lagarde não apenas traduzisse, mas reelaborasse o conceito, contextualizando-o para aquela região. Segundo a autora, a violência institucional que se revela a partir da impunidade estatal mexicana constitui o fenômeno *feminicídio*. “Depois que o homicídio é perpetrado, ele continua como violência institucional pela impunidade que caracteriza casos particulares, como no México.” (LAGARDE,

---

<sup>4</sup> “Empresas de montagem e acabamento de produtos para exportação, em sua grande maioria dos EUA e Japão, produzem especialmente eletroeletrônicos, peças de automóveis e têxteis. Este tipo de empresas são características da região fronteiriça do México e contam com expansão e incentivos fiscais para seu desenvolvimento desde a década de 1960. Elas são também a forma de industrialização desta região do México, uma marca são os baixos salários e a alta exploração trabalhista.” (ROMIO, 2019, pag. 85)

2005, p.1). Para a autora, o feminicídio, portanto, é um fenômeno marcado pela violência institucional desencadeada por condições históricas tais que facilitam o atentado à integridade, saúde, liberdade e vida de meninas e mulheres.

Lagarde (2008, p. 217) coloca que, quando o Estado e autoridades - que deveriam atuar na prevenção e erradicação do feminicídio - não propõem nem executam políticas públicas para uma mudança de cenário em sociedades onde permeiam preconceitos de gênero, sexistas e misóginos; os assassinatos de corpos femininos por conta da misoginia devem ser considerados crimes de Estado; já que, por conta da ausência dessas políticas públicas, esse cenário se torna propício ao assassinato desses corpos.

Jackeline Romio (2019), na sua tese de doutorado “Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados da saúde”, aponta que a reelaboração de Lagarde (2008) da palavra feminicídio desloca o responsável pelos assassinatos de mulheres e meninas da Cidade Juarez, do agressor íntimo para o Estado Mexicano, que esteve ausente tanto na investigação sobre os casos, quanto na proposição e execução de políticas públicas de desenvolvimento social da Cidade Juarez - uma vez que o contexto social econômico foi um dos fatores que contribuíram para a morte das jovens trabalhadoras. O conceito *feminicídio*, dessa forma, traz a dimensão das violências e impunidades institucionais e estatais como parte do fenômeno.

Os casos da Cidade Juarez revelaram, assim, a importância de refletir acerca do contexto do lugar e da diversidade de situações que compõem e atravessam o fenômeno de mortes de mulheres por elas serem mulheres. A psicóloga mexicana Júlia Monarrez Fragoso (2002) é outra autora que se propõe a enfatizar essa heterogeneidade de cenários que integra o fenômeno, apontando a necessidade de olhar para os seus contextos políticos, sociais e econômicos e para a interseccionalidade entre gêneros e outras estruturas de poder e condições materiais que podem influenciar e influenciam a violência de homens contra as mulheres (FRAGOSO, 2002, p.4). Ela propõe pensar a interseccionalidade entre as estruturas de gênero e outras estruturas de poder ao reconhecer também que existem experiências diferentes de ser mulher, apesar de “feminicídio” ter um sentido semelhante para elas.

Na Cidade de Juarez, os casos foram atravessados por questões de classe social, raça/etnia; e para além, por “questões estruturais relacionadas ao

avanço do modo de produção neoliberal, como a instalação das multinacionais na região fronteiriça do México e consequente migração interna feminina em busca de trabalho na região.” (LAGARDE, 2006; FALQUET, 2014 apud ROMIO, 2019, p. 85). La Botz (1999 apud ROMIO, 2019) coloca que essas mortes “são símbolos do poder corporativo, do trabalho infantil e da exploração das mulheres na fronteira” (2019, p.85), pois corporações multinacionais como General Motors, Ford, General Electric, Johnson & Johnson, teriam sido ali implantadas justamente com o intuito de explorar o trabalho dessas meninas.

Para Rita Segato (2006), no caso dos assassinatos da Cidade Juarez, a impunidade não é um fator de causa como propõe Lagarde. Para Segato, esses foram crimes expressivos (e comunicativos) e não apenas instrumentais, ou seja, os crimes não tiveram fim em si mesmo e as vítimas não foram a interlocutora principal do assassinato; ou seja, nesse caso, a vítima não é a única pessoa para quem o agressor dirige o seu ato de violência enquanto discurso. Segundo a autora, esses casos foram formas de demonstração de força, poder e crueldade dos agressores para os seus pares: homens que integram uma rede mafiosa articulada por membros da elite econômica, da administração pública e justiças locais, provinciais e federais. A impunidade aqui, portanto, comprovaria (e não causaria) essa forma de demonstração de poder, e isso pode ser percebido devido a não punição e solução dos casos em mais de quinze anos, o que neutralizou as leis relativas à violência de gênero e feminicídio em proteção aos poderes locais (SEGATO, 2006, p. 7).

Nesse sentido, Segato (2006), apesar de pontuar a relevância estratégica do termo *feminicídio* enquanto possibilidade de união e demarcação de todas as mortes resultadas de uma diversidade de violências de gênero dentro de um contexto patriarcal - onde masculinidade e poder são sinônimos - coloca a necessidade da distinção dos casos e situações. Casos como os da Cidade Juarez, por exemplo, foram situações em que os assassinatos de meninas e mulheres se mostraram como crimes mais expressivos que instrumentais, ou seja, o crime se dá como expressão de violência e de poder a terceiros e não à própria vítima ou como finalidade em si.

Esses são casos muito específicos de assassinatos de corpos femininos e que estão fora do padrão habitual de casos de feminicídio dos quais temos notícias. Para a autora, o feminicídio corporativo da Cidade de Juarez, como ela

o tipifica, não pode ser considerado como apenas mais um crime de gênero motivado pelo ódio dentre os diversos casos que acontecem no país, como colocam as autoridades, jornalismo locais e mesmo algumas autoras. Segundo Segato (2006), somente a discriminação e qualificação precisa dos crimes poderiam combatê-los pela raiz.

A partir das análises dos casos da Cidade de Juarez, Rita Segato traz reflexões essenciais que complementam a abordagem e conceito de *feminicídio* ao enfatizar uma diversidade de tipos de casos de mortes de mulheres devido às questões de gênero. Segundo ela, feminicídio se refere a um fenômeno que conserva e reproduz o poder patriarcal tendo como princípios, o controle e a competição sobre e com a vítima, mas ela ressalta a importância de perceber a existência de outros níveis de interação e relação presentes nas violências de gênero. Alguns desses níveis de interação se referem justamente à presença desses outros interlocutores envolvidos no fenômeno marcado por uma dimensão expressiva (e não apenas instrumental); para autora, nesses casos, tais interlocutores são tão ou mais importantes que a vítima (SEGATO, p.4, 2006).

A autora propõe que pensemos as violências de gênero a partir de dois eixos de relação e diálogo: o eixo vertical, que liga as posições de poder assimétrico com sujeição e diz respeito à relação do agressor com sua vítima; e o eixo horizontal, que envolve o agressor aos seus pares (outros homens) numa relação que se pretende simétrica. Segundo a autora, a manutenção desse segundo eixo, que Segato chama de irmandade (masculina), depende da relação vertical do primeiro eixo. Ou seja, para se manter, a relação de irmandade entre os agressores e seus pares (eixo horizontal) depende da existência da assimetria da relação de poder do agressor com a vítima (eixo vertical).

Sobre a questão da irmandade, Segato (2005, p.272) explica segundo evidências em uma perspectiva transcultural, que, socialmente, a “masculinidade é um status condicionado a sua obtenção”, ou seja, os homens têm uma necessidade de comprovar e reafirmar constantemente sua masculinidade ao longo da vida a seus pares e eles o fazem demonstrando seus poderes sobre o corpo feminino. Segundo Segato (2006), essas re-confirmações acontecem mediante a um processo de provas e conquistas sujeito à “exação de tributos”:



Essa exação de tributo resulta em um fluxo afetivo, sexual e outros tipos de obediência intelectual, produtivo e reprodutivo (todos estes sendo equivalentes simbólicos) que expressa a situação de entrega permanente da posição que chamamos de “mulher”, ou “feminina”, aos membros instalados no eixo horizontal. Este tributo é, em geral, voluntário em condições que podem ser chamadas "normais", mas em algumas situações especiais de guerra ou crise de manutenção de algum membro da irmandade pode ser um tributo forçado. (SEGATO, p. 5, 2006)

Outro elemento bastante importante que Rita Segato percebe e aponta, a partir da análise dos casos de feminicídio da Cidade Juarez, é a afinidade entre o corpo feminino e o território. Segundo a autora, essa afinidade se dá (também) a partir da associação entre conquista territorial e violação dos corpos (como aqui já abordado). Portanto, para Segato (2005), na ordem e na guerra patriarcal, submissão, sexualização e feminização são equivalentes simbólicos à conquista territorial e a punição sobre o corpo feminino é um lugar privilegiado para demonstrar domínio e poder coesivo de uma coletividade. Ou seja, o assassinato, a violação, controle e a apropriação do corpo feminino também podem ser formas pelas quais uma comunidade ou corporação apresenta ao mundo, sua imagem e poder enquanto capacidade de controlar um território.

Trazendo novamente essa perspectiva situada e enraizada de afinidade do corpo com o território, Verônica Gago (2020), por sua vez, coloca que o termo *feminicídio* em suas trajetórias de pensamentos e estudos sobre o fenômeno, reconceitualizou a violência machista, pluralizando tal definição de violência e possibilitando também a relação desta com um conjunto de outras violências que, sem tal resignificação, não se explicariam. Para Gago (2020), falar a partir da perspectiva do feminicídio (e do travestício, como ela acrescenta) vai muito além da classificação de uma série de violências e assassinatos; tal perspectiva permite que façamos o entrelaçamento, uma interconexão, uma cartografia de sua simultaneidade e sua inter-relação;

(...) isto é, conectar os lares desestruturados às terras arrasadas pelo agronegócio, às diferenças salariais e ao trabalho doméstico invisibilizado; vincular a violência do ajuste neoliberal e a crise aos modos como esses são enfrentados a partir do protagonismo feminizado das economias populares, e relacionar tudo isso à exploração financeira pelo endividamento público e

privado; vincular as formas de disciplinamento das desobediências nas mãos da repressão nua e crua do Estado e a perseguição aos movimentos de imigrantes à maneira como se encarceram as mulheres mais pobres, criminalizando economias de subsistência, e as mulheres que praticam o aborto à motivação racista de cada uma dessas violências. (GAGO, 2020, pag.49)

Portanto, para Verônica Gago (2020), o conceito *feminicídio* nos permite conectar as violências de gênero entre si e a outras diversas formas de violência, e, assim, conectar também ou fazer ver os efeitos e sintomas de cada situação na intersecção de sistemas que nos afetam. Essa conexão nos faz sair do lugar de unicamente vítimas e abre a discussão do feminicídio para diversos corpos femininos; além de nos deslocar de uma única definição de violência - sempre doméstica e íntima, como coloca a autora - para entendê-la em relação a esse contexto de violências econômicas, institucionais, laborais, coloniais.

Falar a partir da perspectiva do feminicídio, segundo Gago (2020), é também compreender a violência de gênero a partir de uma situação singular, do corpo de cada uma enquanto trajetória e experiência que, relacionadas, produzem uma compreensão política, social e estrutural do fenômeno. O corpo se torna uma via de acesso, um modo de localização, uma ancoragem material, um modo pelo qual se produz um ponto de vista e um olhar específicos e enraizados que permite esse questionamento transversal da violência a diversos espaços. A autora ressalta que o comum entre esses diversos espaços não é a violência, o comum é produzido por esse questionamento transversal, esse estranhamento das violências, que permite uma linguagem que resiste aos enquadramentos de vítima a que nossos corpos são submetidos.

### **4.3. Feminicídio no Brasil**

No caso do Brasil, como em outros países do continente que chamamos América Latina, o termo *feminicídio* passou a ser mais difundido e conhecido depois dos casos que ocorreram na Cidade de Juarez, no México. Seguindo a tendência de outros países do continente, em março de 2015, o Projeto de Lei do Senado 293/2013, que originou a Lei nº 13.104/2015, mais conhecida como Lei do Feminicídio, foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff e qualificou o

feminicídio como crime hediondo no Brasil. Segundo o art. 121 do CP (inciso VI do § 2o), o feminicídio consiste no crime qualificado cometido “contra a mulher, por razões do sexo feminino”. Consideram-se “razões de condição de sexo feminino”, de acordo com o § 2o-A, os crimes que envolvem: “I- violência doméstica e familiar” e “II- menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A Lei do Feminicídio permite e permitiria mais (se não fossem suas incoerências) uma maior visibilidade da dimensão e gravidade das violências de gênero, pois como os processos criminais são autuados por tipos de crime, é a partir do nome do tipo de cada crime que estes são disseminados, divulgados, noticiados. Segundo dados da pesquisa Percepções da população brasileira sobre o Feminicídio do Instituto Patrícia Galvão, numa amostra de 1503 entrevistas realizadas com pessoas de todo o país de setembro a outubro de 2021, 90% das pessoas entrevistadas já ouviram falar sobre o termo e dizem saber o seu significado. Com essa lei e autuação dos processos por tipos de crime, o país também tem um maior acesso às estatísticas de mulheres que são mortas devido à misoginia e às violências domésticas e familiares. Para se ter uma ideia da situação do país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, entre março de 2020 (início da pandemia de covid-19 no país) e dezembro de 2021, foram registrados 2.451 casos de feminicídios no Brasil. Em Minas Gerais, o número de feminicídio aumentou de 2019 para 2021, indo de 146 para 151 casos em 2020 e 152 casos em 2021.

Porém, a lei é permeada de controvérsias. Para Barros e Souza (2016), ela é considerada uma continuidade da Lei Maria da Penha sancionada no país em agosto de 2006. Isso porque, segundo a autora e o autor, o inciso I alarga a aplicação da Maria da Penha ao abarcar a situação dos crimes em ambiente doméstico e familiar. Segundo ela e ele, diferente dos homicídios de homens, na sociedade brasileira, o homicídio de mulheres ocorre mais comumente no ambiente doméstico e a Lei Maria da Penha, apesar dos avanços reconhecidos no enfrentamento à violência contra as mulheres, não aborda as mortes que acontecem em decorrência de tais violências. Portanto, o primeiro inciso da Lei do Feminicídio afastaria as dificuldades na interpretação da morte decorrente de violências domésticas como um crime de misoginia, mas, a partir dele, é possível considerar qualquer crime que envolva o assassinato de mulheres em âmbito doméstico como feminicídio, mesmo aqueles que não envolvem uma situação

de desprezo pela condição feminina da vítima. Enquanto isso, o inciso II, que depende mais da subjetividade e interpretação do aplicador, abarcaria crimes necessariamente de misoginia para além do ambiente doméstico e familiar.

Além disso, o deputado Jean Wyllys (2015), em seu perfil no Facebook, também contou que o Projeto de Lei trazia o termo gênero na concepção do fenômeno, qualificando como feminicídio, o homicídio contra a mulher em razão de seu gênero. Porém, a bancada fundamentalista do Congresso Nacional brasileiro ameaçou impedir a aprovação do projeto por conta de tal termo, que incluía legalmente as mulheres trans também como possíveis vítimas do feminicídio. Segundo o deputado, para o projeto de lei ser aprovado, a bancada feminina teve que ceder à troca da expressão gênero feminino para sexo feminino. Para Barros e Souza (2016), as mulheres trans (mulheres que tem o sexo biológico masculino e a identidade de gênero feminina) também devem ser abarcadas pelas Lei do Feminicídio, uma vez que elas também figuram como pessoas passíveis de serem vítimas de uma misoginia.

Barros e Souza (2016) apontam ainda para uma estigmatização da mulher como vítima e vulnerável tanto na lei, quanto no sistema penal. Segundo ela e ele, o sistema penal e as mulheres sempre tiveram uma relação paradoxal. O primeiro era caracterizado por negar proteção e ignorar as graves violações aos nossos corpos femininos e ainda ser também responsável por incentivar tais violações, como inclusive apontam os estudos sobre os casos da Cidade de Juarez, no México. Para Barros e Souza (2016), a intervenção do Estado a partir das Leis Maria da Penha e Feminicídio é marcada por uma perspectiva patriarcal e paternalista que enquadra o corpo feminino naturalmente como vítima e ser vulnerável. Isso leva a uma revitimização da mulher que sofreu a violência; além de ser violada ou morta, ela é agredida com a reprodução de preconceitos e estereótipos por parte de tais instituições públicas e estatais. A autora e o autor colocam que, as mulheres foram historicamente caracterizadas pelo Direito Penal como pessoas passivas de crimes sexuais, como seres frágeis, domésticos, dependentes e com pouca capacidade de oferecer perigo para a sociedade; historicamente fomos e somos enquadradas já num lugar de vítima, enquanto o agressor, o homem, num lugar de naturalmente dominador e perigoso. Se fôssemos pensarmos a partir da linha de raciocínio de Lagarde

(2008), falar de Lei do Femicídio soaria contraditório, uma vez que, para ela, a violência estatal e institucional compõe o fenômeno.

Devido também a como o feminicídio foi tipificado no Brasil – como crimes que envolvem: “I- violência doméstica e familiar” - a grande maioria dos casos que temos notícias e que aparecem na mídia tradicional são casos que acontecem em ambientes domésticos e, portanto, em relações de proximidade, como foi o caso de Milene e tantos outros casos que ficaram bastante famosos, como o de Ângela Diniz - que resultou em diversas manifestações - Eliza Samúdio; Eloá Cristina Pimentel, entre outros. Todas estas mulheres foram mortas por seus companheiros ou ex-companheiros e tiveram seus casos bastante repercutidos na mídia hegemônica brasileira.

## 5. O feminicídio nas narrativas jornalísticas

*Por ser só mais uma guria  
Quando a noite virar dia  
Nem vai dar manchete (nem vai dar manchete)  
Amanhã a covardia vai ser só mais uma que mede, mete, e insulta  
Vai filho da puta”  
MULAMBA*

Marcia Veiga da Silva (2010), em sua dissertação, “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias”, explica a partir dos estudos feministas pós-estruturalistas e queer, como a heteronormatividade, enquanto padrão social ocidental de comportamento e das convenções sociais hegemônicas de gênero produzidas social e culturalmente influem e transpassam os processos de produção das notícias no jornalismo brasileiro.

Na pesquisa, a autora, constatou o quanto a subjetividade dos jornalistas, a partir de suas posições enquanto sujeitos, de suas visões de mundo e valores culturais, é presente e acionada inconscientemente na atuação profissional e, portanto, nos valores-notícia e nas narrativas jornalísticas. Essa constatação deu uma dimensão real e empírica da impossibilidade de um fazer jornalístico objetivo e neutro,

O caráter subjetivo das escolhas resulta em representações parciais da realidade, e fazer a crítica sobre a presença da subjetividade expressa nos valores notícia impregnados de concepções de gênero, de classe e raça, por exemplo, não significa defender a neutralidade no jornalismo. Ao contrário, revela efetivamente a notícia como construção social de uma realidade que é parcial, e a importância do jornalista nesse processo complexo que resulta nas formas como esta realidade é construída e representada, assim como sua incidência na cultura. (SILVA, 2010, p. 199)

A partir dos estudos de Silva (2010), fica evidente o quanto as hierarquias, as convenções e valores sociais de gênero de jornalistas assemelham-se ao padrão heteronormativo e como tais valores e concepções hegemônicas são reproduzidos nas narrativas jornalísticas, resultando na representação da heteronormatividade como padrão social. Segundo a autora, não apenas o masculino, mas os valores de classe média, de geração, branco, heterossexuais também influem nas notícias a partir dos processos de construção das notícias.

Para além da reprodução dos padrões heteronormativos, a autora também constatou uma falta de exercício reflexivo por parte dos profissionais sobre suas ações em relação à alteridade. Segundo ela, os profissionais percebem e narram os acontecimentos a partir de suas subjetividades e dos lugares sociais em que ocupam e refletem ou rechaçam as questões que vão de encontro às suas “verdades”. Tudo isso, segundo ela, contribui, inconscientemente, para que a diferença seja transformada em desigualdade devido a uma pouca abertura de tais profissionais ao estranho, estrangeiro, ao que é diferente do convencionalmente normal. Com essa pesquisa, Silva concluiu que o gênero do jornalismo é o masculino.

Se os padrões heteronormativos influem na produção das mais variadas notícias a partir da subjetividade e visões de mundo daqueles e daquelas que as produzem, ele também se reflete nas notícias relacionadas à violência e coberturas midiáticas de casos de feminicídio. Se há um padrão que naturaliza e neutraliza a violência de gênero; que naturaliza a culpabilização da vítima e a construção da imagem do agressor enquanto monstro, esse padrão acaba se repetindo na cobertura dos casos. Se as narrativas jornalísticas, na grande maioria das vezes, não propõem uma reflexão que poderia se dar enquanto ruptura no fluxo das ações e repetição de comportamentos e pensamentos

heteronormativos em relação às violências e aos corpos femininos, elas repetem essas violências, perpetuando tais corpos nos lugares e enquadramentos impostos por tais padrões e contribuindo para uma atmosfera de insensibilidade e crueldade propícia para uma pedagogia da crueldade.

As autoras Russell e Radford (1992) já afirmavam a ausência de um posicionamento jornalístico que fizesse ver a complexidade do fenômeno e o seu caráter estrutural no contexto norte-americano da década de 90, apesar da grande cobertura midiática dos casos de assassinatos de mulheres cometidos por homens. Nas coberturas dos casos, as motivações misóginas dos crimes eram geralmente ignoradas nas notícias, que muitas vezes culpavam a vítima e negavam a humanidade do agressor, colocando-o como fera ou animal. Para as autoras, o feminicídio representado na mídia, a partir da análise do feminismo radical:

É cercado pela mitologia da culpabilização da mulher. É o comportamento das mulheres que é examinado e considerado deficiente quando medido em comparação com as construções idealizadas de feminilidade e padrões de comportamento feminino. A mensagem dos mitos é clara. Para as mulheres, está escrito: “Saia da linha e isso pode custar sua vida”; para os homens, “você pode mata-la e se safar”. (RUSSELL & RADFORD, 1992, p. 7)

Dessa forma, a misoginia parece não apenas motivar a violência contra corpos femininos, mas também atravessar e tecer a cobertura midiática dos casos de feminicídio. A mexicana Lagarde (2006) apontou que há uma inversão econômica na reprodução da violência de gênero quando esta e os estereótipos sobre os corpos mortos e sobre os agressores são difundidos pelos meios de comunicação por meio do rádio, televisão, cinema, vídeos, internet e recreados por cientistas, intelectuais e artistas em produções científicas, publicitárias, artísticas e literárias. Dessa forma, a violência que, segundo a autora, está presente em casa, na rua, em lugares privados e públicos, passa a se repercutir e repetir nesses outros lugares e materialidades a partir também das coberturas midiáticas dos casos.

Para além da misoginia que atravessa a própria cobertura dos casos, Russel e Caputti (1992) afirmam que algumas situações de violências, dependendo da “raça, classe e atratividade da vítima” (pelos padrões

masculinos), são ainda mais ignoradas ou espetacularizadas pelas narrativas jornalísticas. As autoras colocam que estas apresentam uma apatia misturada com estereótipos pejorativos e culpabilização das vítimas nas notícias de feminicídio, estupro e agressão de “mulheres de cor, mulheres pobres, lésbicas, prostitutas e usuárias de drogas” (RUSSELL & CAPUTI, 2002, p. 15) e que há um maior interesse público quando tais crimes são cometidos por agressores não-brancos.

Segundo elas, a história da opressão de gênero e do racismo repete-se e se expressa nos estereótipos de mulheres negras retratados historicamente na mídia; tais estereótipos perpassam também as respostas e os relatos das fontes oficiais utilizadas na construção das notícias dos crimes: as instituições policiais e profissionais do sistema jurídico. Muitas vezes, esses relatos são ditados e atravessados pelo racismo, sexismo, misoginia, transfobia e pela generalização dos casos. As autoras afirmam que tais instituições não reconhecem as diferenças e singularidades das experiências e situações históricas dos diversos corpos femininos reproduzindo, assim, a universalidade propagada pela sociedade patriarcal, branca e ocidental no seu fracasso de não reconhecer a heterogeneidade que compõe o mundo e cada situação.

Em estudo mais recente, situado num contexto brasileiro, mais próximo ao nosso e ao caso que imergimos durante esta pesquisa, a pesquisadora Bárbara Caldeira (2017) e os pesquisadores Antunes; Carvalho e Leal (2020) apontam que as vítimas de violência não são protagonistas das narrativas jornalísticas nas coberturas dos casos de feminicídio nos jornais brasileiros. Segundo eles, mesmo nas notícias em que as vítimas permanecem vivas, estas tendem a ficar em segundo plano nas narrativas e isso se dá por diversos motivos: a predominância das falas e relatos dos policiais e autoridades na explicação dos assassinatos e das violências, em vez de um espaço para a fala da própria vítima ou de pessoas próximas que poderiam apresentá-la de uma outra forma.

Como as visões de mundo e os padrões que reforçam determinados estereótipos perpassam as respostas e os relatos dos agentes dessas instituições - policiais e jurídicas -, essas visões de mundo e estereótipos também se refletem na própria narrativa jornalística, como já foi comentado. Assim, Antunes; Carvalho e Leal (2020), analisando coberturas jornalísticas



brasileiras dos casos de feminicídio no país, reafirmam o que Russell e Radford (1992) também concluíram em suas pesquisas: que as narrativas jornalísticas atribuem, por exemplo, a imagem de “monstro” ao agressor quando os casos são de violência extrema, o que, segundo elas e eles, tende a encobrir a natureza violenta tanto do crime, quanto das relações de gênero implicadas nos atos de agressão.

Como bem apontaram Caldeira (2017), Antunes; Carvalho e Leal (2020), corroborando com as evidências de Silva (2010), as narrativas jornalísticas nas coberturas de casos de feminicídio parecem, de alguma forma, não romper com o continuum de violências e revelam novamente uma violência a partir do apagamento dos corpos das vítimas e de suas vidas e experiências. Essa violência se reverbera também em um apagamento das relações de gênero e da estrutura patriarcal como motivações centrais dos crimes, além de contribuir para um também apagamento da heterogeneidade e diversas situações históricas que tais corpos constituem e pelas quais são constituídos.

Mais do que indicar o predomínio do imperativo estatístico de casos que se somam na generalidade de violências que se acumulam e de mortes que se sucedem, temos o apagamento da existência das vítimas, que no caso dos assassinatos, representam o que podemos compreender como uma “segunda morte”, agora decretada pela cobertura jornalística (ANTUNES; CARVALHO; LEAL, 2020, p. 31)

Vaz e Biondi (2016) também refletem sobre um apagamento das vítimas, a partir de como os casos são parcialmente noticiados na imprensa cotidiana brasileira. Entre o que não é visibilizado, estão as fotos documentais e imagens ilustrativas de tais acontecimentos. A pesquisadora e o pesquisador se perguntam de que imagens falar, uma vez que os flagrantes dos fatos descritos pelas narrativas não são visualizados nas matérias porque não podem e não devem ser visualizados. Não há fotografias das cenas dos crimes e que mostrem a expressão de horror e gritos no rosto da vítima ou expressões de ódio no rosto do agressor, não há fotografias que revelem os gestos e tentativas de resistência ou gestos de agressão e violência. Segundo ela e ele, as imagens existem, mas enquanto recriações das pessoas que leem ou ouvem os relatos mediatizados dos crimes, ou seja, são imagens recriadas pela mente de quem lê, e tais

imagens do feminicídio são contornadas e construídas pela moral “afixada nas raízes de uma tradição cultural machista e sexista que tem se perpetuado através de imagens e imaginários” (2016, p. 74), ou seja, as imagens que criamos das vítimas, a partir da leitura das notícias de cobertura dos casos, são imagens que novamente enquadram a vítima no lugar naturalizado da violência.

Portanto, segundo Vaz e Biondi (2016), existe uma gramática sociocultural heteronormativa baseada na perpetuação de valores morais sexistas e de gênero que transpassa as coberturas jornalísticas dos casos de violência de gênero e essa gramática também fica evidente a partir da pesquisa de Silva (2010), quando ela diz que as convenções sociais hegemônicas de gênero influem e penetram os processos de produção das notícias. Essa gramática se refere aos crimes de gênero enquanto uma prática cultural de enraizamento moral que perpetua modelos e hierarquias a partir da “diferença de gênero baseada na afirmação hegemônica de poder; masculino e superior x feminino e inferior”. (VAZ & BIONDI, 2016, p.81)

No caso da cobertura de assassinatos de mulheres, uma vez que não há fotografias do acontecimento ou imagens ilustrativas, as narrativas dão ênfase, como aqui já colocado, na cena do crime relatada aos e às jornalistas sobretudo pelas instituições policiais responsáveis pelos casos. As narrativas descrevem detalhadamente as cenas do crime, quantas facadas a vítima recebeu, onde foram os golpes, qual a posição do corpo vítima no momento do crime e como ele ficou, para além de outros detalhes, “que deixam para o leitor, a evocação descrita e minuciosa da ocorrência que põe a mulher no ‘devido’ e derradeiro lugar da inferioridade”. (VAZ & BIONDI, 2016, p. 82) e, como Caldeira (2017) expôs, revela uma “segunda morte” do corpo feminino’.

Neste contexto, o corpo se coloca como o símbolo maior do feminino passionalmente rendido pelo furor da força masculina que teria o poder de mutilar, retalhar, desfazer, enfim, de desfigurar enquanto imagem. É pelo corpo do feminino que se processa o crime, efetivamente. (VAZ & BIONDI, 2016, p. 82)

Portanto, essa “segunda morte” se revela também a partir de um “apagamento visual”, uma vez que as materialidades visuais das notícias de casos de feminicídio se restringem, segundo Vaz e Biondi (2016) às manchetes

impactantes; às violentas narrativas verbais detalhadas para ilustrar as matérias e, se estas recebem ilustrações, são utilizadas fotografias de arquivo das vítimas, onde estas geralmente aparecem sorridentes (imagem que acaba sendo desfigurada pelos relatos detalhistas das cenas do crime), fotografias do assassino preso em flagrante ou capturado pela polícia e fotografias de cenários relacionados aos fatos narrados. Estas últimas são fotografias também que geram uma sensação de caso encerrado e finalizado.

Todas essas questões referentes às narrativas jornalísticas são facilmente percebidas na matéria sobre o caso de Milene veiculada pelo portal G1-centro-oeste. A matéria foi escrita a partir, principalmente, do relato policial - da Polícia Militar de Minas Gerais e da delegada responsável pelo caso - e focou na cena do crime e na quantidade de facadas que foram desferidas no corpo de Milene. A matéria também trouxe, como de praxe, uma fotografia de arquivo de Milene e um breve menção a uma fala dos familiares no final da notícia, que diz sobre a situação da vítima e do seu ex-companheiro meses antes do ocorrido, sobre os filhos que Milene tinha e onde eles estavam no momento do crime.

## **6. Do encontro com uma segunda morte de Milene**

**Perícia constata cerca de 15 perfurações em corpo de mulher encontrada morta dentro de apartamento em Bom Despacho**

Nomeada da vítima e principal suspeito do crime morno após sofrer de ferimentos com um carro na BR-262, em Bom Despacho, PM registrou o fato como feminicídio seguido de suicídio. Polícia Civil investigará o caso.

Per G1 Centro-Oeste de Milene  
 (alterações feitas, relacionadas à série)

A perícia da Polícia Civil constatou cerca de 15 perfurações no corpo da mulher, de 30 anos, encontrada morta dentro de seu apartamento na manhã desta quarta-feira (6) em Bom Despacho.

O nomeado da vítima, de 23 anos, e principal suspeito do crime morno na madrugada desta quarta-feira após se envolver em um acidente na BR-262, em Bom Despacho. A Polícia Militar (PM) registrou o fato como feminicídio seguido de suicídio.

Procurado pelo G1, o delegado Angélio Vilema de Oliveira afirmou que investigará o caso, que foi recebido pelo delegado de plantão, Thales Júnior, nesta quarta-feira.

**O caso**

A mulher foi encontrada após o nomeado se envolver em um acidente no km 480 da BR-262. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), ele estava em uma moto, sem capacete, invadindo o acostamento e atingiu frontalmente um carro. Ele morreu na hora. O motorista do outro veículo não se feriu.

Após o registro do acidente, a PRF foi informada pela PM de que a companheira dele havia sido encontrada morta dentro do apartamento do casal, no Bairro Jardim Américo.

A PM foi acionada pelo pai da mulher, que informou que a filha não chegou no horário acordado. Segundo a PM, ele afirmou que a filha trabalhava em uma padaria e deveria ter chegado ao local às 2h.

Os militares foram até o prédio em que ele mora e constataram que a mulher estava morta dentro do apartamento com vários ferimentos de faca.

Ainda de acordo com a PM, a mulher havia relatado aos familiares que há algum tempo tentava acabar com o relacionamento, mas o parceiro não consentia.

A fca supostamente utilizada no crime foi encontrada em cima da cama do casal e recolhida pela perícia.

A equipe do IML, familiares afirmaram que o casal morava junto há quatro meses e que a mulher desceu do bloco, que não possui no apartamento para passar o carnaval em um sítio com a família.

5

Figura 2 - Print da matéria publicada no G1

No portal G1 centro-oeste, a fotografia tirada pela própria Milene aparece logo abaixo da manchete “*Perícia constata cerca de 15 perfurações em corpo de mulher encontrada morta dentro de apartamento em Bom Despacho*”. Ao ler a manchete e ver a fotografia, já vinculamos a imagem do rosto de Milene à imagem mental de seu corpo violado, perfurado com quinze facadas, de seu corpo encontrado morto dentro de seu apartamento. O lide da matéria repete a manchete. A narrativa jornalística escrita principalmente a partir do relato das Polícia Civil e Militar e delegada responsáveis pelo caso segue o fluxo da

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2019/03/06/pericia-constata-cerca-de-15-perfuracoes-em-corpo-de-mulher-encontrada-morta-dentro-de-apartamento-em-bom-despacho.ghtml>

descrição da cena do crime; a principal suspeita do assassinado seria o namorado que morreu em um acidente na BR-262; o crime foi registrado como um caso de feminicídio seguido de suicídio.

Nessa matéria do G1, já na manchete, o corpo de Milene nos aparece violado, ele é o alvo principal no detalhamento do crime, como refletem Vaz e Biondi (2016) sobre as matérias que noticiam os casos de feminicídio; são “15 perfurações em corpo de mulher encontrada morta”. Ao lermos a manchete, encontramos-nos com Milene morta e seu corpo perfurado com quinze facadas - exatamente dessa forma: crua. Há somente o corpo morto e perfurado e nenhum resquício de qualquer outra coisa nessa narrativa. O texto parece nos obrigar a estar nesse lugar de encontro e engolir esse fato como quem engole rapidamente um pão sem gosto ao sair atrasado para o trabalho. É como se a manchete nos impusesse o olhar e o enquadrar de um corpo já numa cena de morte, pois este é o fato e, para o jornalismo, não há nada mais para além de um fato; para além de um corpo que foi morto; de um corpo perfurado; esse é o fato e, segundo os “ideais” de objetividade e neutralidade, assim o jornalismo tradicional considera que deve representá-lo e transmiti-lo. Somos como que obrigadas a aceitar e lidar com o fato da morte de Milene de uma forma desritualizada como que à nossa frente por meio dessas palavras, ainda que essa morte seja um acontecimento inaceitável, ainda que alguma coisa dentro de mim diz que não devo aceitar ou ler sobre esse fato da mesma forma como lemos sobre como estará o clima nos próximos dias.

Essa narrativa, que traz a cena do crime e o corpo morto sem outros quaisquer resquícios do que poderia ter ficado ou ter sido levado com a morte da vítima, repete-se incontáveis vezes no jornalismo brasileiro na cobertura de casos de feminicídio e vem dizer justamente de uma segunda morte da vítima, como concluiu Bárbara Caldeira (2017) em sua dissertação. Como a pesquisadora coloca, o foco da narrativa na cena do crime produz novamente o apagamento da existência da vítima, reproduz inclusive, a violência de gênero ao produzir uma imagem naturalizada do corpo violentado e morto, da violação do corpo, de uma morte desritualizada que não deixa outros resquícios para além de um corpo morto e perfurado.

Essa é uma cena, portanto, que reproduz e recria a violência e a morte. O apagamento da vítima na narrativa acontece ordinariamente sem nenhuma

comoção. A sensação que tenho é que, ao relatar o fato da forma como a notícia, a matéria parece desconstruí-lo enquanto acontecimento ou evento, enquanto algo que deve ser noticiado. É como se a matéria dissesse que é só mais um caso de feminicídio dentre tantos outros que acontecem cotidianamente. Se, por um lado, noticiar esses tantos casos como *feminicídio* poderia fazer – e, talvez, de alguma forma faça - uma conexão entre os diversos crimes colocando-os, cada um deles, na tessitura de um problema social e estrutural; por outro lado, essa linha que tece um crime no outro a partir da palavra-chave *feminicídio* parece ser enfraquecida enquanto um grave problema estrutural e questão social pela forma como cada um deles é narrado e noticiado.

As narrativas propõem um apagamento da vítima; a experiência da morte desritualizada, a não menção direta do problema maior e mais amplo em que cada caso se insere; da não proposta de uma explicação do que é o feminicídio para além da descrição da cena de cada crime; as narrativas não se preocupam em fazer ver o que essa morte fez sentir, o que aconteceu com as pessoas próximas a Milene, como o evento afetou essas pessoas e o dia delas. Às vezes, parece-me que não deveria parecer tão fácil escrever ou ler “15 perfurações em corpo de mulher”; dessa forma tão crua como essa matéria nos propõe.

Ao refletir sobre as quinze perfurações que mataram Milene e como o fato foi noticiado pelo portal G1 centro-oeste, lembrei-me do conto Mineirinho, de Clarice Lispector, em que a escritora conta os treze tiros com que a polícia matou o assaltante José Rosa de Miranda, conhecido como Mineirinho, em 1962. Depois de ter sido morto, Mineirinho foi jogado em um matagal. Segundo Clarice, em entrevista dada para a TV Cultura em 1977, o homem também era “devoto de São Jorge e tinha uma namorada” e as treze balas causou uma “revolta enorme” na escritora.

Mas se há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo-primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo-segundo chamo meu irmão. O décimo-terceiro tiro me assassina - porque eu sou o outro. Porque quero ser o outro. (Clarice Lispector em entrevista para TV Cultura em 1977)

Impossível para mim seria contar as perfurações tão mais silenciosas que mataram Milene; além do assassino, ninguém ouviu e ninguém viu. Pelo jeito, ninguém ouviu também possíveis gritos de horror de uma mulher na madrugada do dia 06 de agosto de 2019 vindos do apartamento acima da padaria de Dinha. Talvez até tenham ouvido, mas teriam pensado, quem sabe, que tudo aquilo não passaria de “apenas mais uma briga do casal”. Impossível contar as perfurações de Milene sem sentir que estamos dentro de sua casa vendo toda aquela cena de violência de muito perto, meramente como observadores passivos. Diferente dos tiros que Clarice ouviu à distância e sem estar ou precisar se imaginar estar de frente ao corpo de Mineirinho, contar as perfurações de Milene seria como que entrar nessa cena de horror e estar frente ao seu corpo sendo desfigurado pelas mãos do seu agressor sem poder fazer nada. Seria como que compactuar com a sua morte novamente, como que não poder fazer nada durante longas quinze e terríveis perfurações.

Se é possível encontrar conexões entre as quinze perfurações que mataram Milene e os treze tiros que mataram mineirinho, eles estão nas semelhanças entre a atitude da instituição policial com o assaltante e o modo como as cenas de crimes de feminicídio são narradas pelo jornalismo que, por sua vez, baseiam-se nos relatos de tais instituições. Há uma frieza e uma insensibilidade frente a essas violências brutais que Rita Segato (2021) aponta como práticas e atos de uma pedagogia da crueldade e que, desde o caso de Mineirinho, parecem piorar no Brasil - lembremos aqui do caso do músico e segurança Evaldo dos Santos Rosa, que foi morto com 80 tiros por militares, no Rio de Janeiro, em 2019. Como coloca Segato (2021), a pedagogia da crueldade “ensina a matar uma morte desritualizada, uma morte que dificilmente deixa resíduos no lugar do defunto” e essa pedagogia é indissociável da “violência midiática” contra as mulheres.

É só depois de perfurado o corpo de Milene repetidamente com quinze facadas na manchete - e depois de tantos atos de violências que já vinham acontecendo antes de uma primeira perfuração, atos outros que a matéria do G1 não aborda - depois ainda do corpo encontrado já morto, do caso explicado e relatado pela Polícia Militar, Polícia Civil e delegada; no último parágrafo, é que a matéria do G1 faz uma pequena menção a uma fala dos familiares dizendo: *“familiares afirmaram que o casal morava junto há quatro meses e que a mulher*

*deixou dois filhos, que não estavam no apartamento pois passaram o carnaval em um sítio da família.*” A menção aos filhos que Milene “deixou” é rápida, breve. Assim que traz a informação de que os filhos não estavam no local da cena do crime, a matéria termina, como se não permitisse um espaço para sentir o vazio, a dor causada pela morte de alguém ou para tecer outras imagens de Milene, para além de um corpo perfurado que, brevemente, deixou dois filhos.

Segundo Antunes, Carvalho e Leal (2020), apesar da impossibilidade de as vítimas contarem suas próprias experiências de violência até aquela que culminou em sua morte, “suas vidas são passíveis de resgate a partir de depoimentos de pessoas que lhe foram próximas e queridas ao longo da vida” (Antunes; Carvalho; Leal; p.31). Russel e Radford (1992) também apontam que por não haver sobreviventes para contar sua história quando uma mulher é morta, “tudo o que pode ser compartilhado é a dor e a raiva daqueles que conheceram tal perda” (RUSSEL & RADFORD, 1992, p. 4-5). Apesar disso, como colocam as autoras, diferente de outras situações de violências em que a dor é um lugar comum para uma unidade de força nos grupos de apoio às vítimas de violência, a dor causada por um caso de feminicídio é muitas vezes silenciada, pois em muitos lugares, a morte é considerada um assunto privado. O falar da morte causada por um assassinato, dessa forma, exige um cuidado ético em relação às pessoas próximas à vítima.

as mulheres que falam abertamente (sobre feminicídio) precisam estar atentas ao impacto que suas palavras podem ter sobre as pessoas próximas à mulher morta. Também existe o perigo de sermos acusadas de fazer “capital político” a partir da dor. Por essas razões, o feminicídio é talvez uma das dimensões mais dolorosas e sensíveis da violência masculina para as feministas abordarem. (RUSSELL & RADFORD, 1992, p. 2-5)

Refletir sobre como falar e dar a ver o feminicídio é, dessa forma, tanto um desafio para o jornalismo, quanto um desafio que perpassou o fazer desta pesquisa, na busca de maneiras mais sensíveis de abordagem e produção de outras cenas de encontro com as vítimas nas narrativas sobre o feminicídio. Se os depoimentos das pessoas próximas à vítima, assim como as dores, raivas e luto que sentem são algumas das formas que encontramos para uma outra experiência e encontro e um outro modo de falar sobre o tema, de maneira a não reproduzir e repetir a continuidade de violências e, assim, não reiterar também



uma atmosfera de insensibilidade que diversas narrativas jornalísticas reverberam, cabe a nós pensarmos formas éticas e estéticas de como textualizar e criar composições a partir desses depoimentos atravessados por afetos.

### **6.1. Outras cenas, outros encontros, outras formas de falar**

O caso de Milene foi noticiado também no Jornal de Negócios, um dos principais jornais locais veiculados em Bom Despacho, fundado em 1989 e, portanto, um jornal já bastante tradicional e conhecido na cidade. A sua versão impressa é distribuída gratuitamente na cidade e já teve tiragem de 6.500 exemplares por edição. O caso de Milene foi noticiado em uma matéria fria veiculada na semana do dia 10 a 16 de março 2019 – uma semana após o assassinato, que aconteceu no dia 06 de março, após também a Marcha contra a Violência, realizada no dia 08 de março - quando o jornal ainda era semanal - atualmente ele é quinzenal e é produzido junto a um portal online chamado IBOM.

# Elas sim! Vamos combater o feminicídio em nossa cidade

**DENISE COIMBRA**

Escrevo este artigo na esperança de que a Instrução da Mulher-Linha de Ação de Prevenção e Repressão do Femicídio em nossa cidade seja cumprida integralmente.



prestar atenção na educação das crianças, desde o nascimento até a adolescência, para que elas não sejam vítimas de violência doméstica. É preciso também trabalhar a educação das mulheres, para que elas possam reconhecer e lidar com situações de risco. A prevenção é a chave para evitar o feminicídio. É preciso também trabalhar a educação dos homens, para que eles possam reconhecer e lidar com situações de risco. A prevenção é a chave para evitar o feminicídio. É preciso também trabalhar a educação das mulheres, para que elas possam reconhecer e lidar com situações de risco. A prevenção é a chave para evitar o feminicídio.

## PALAVRASCRUZADAS

Por Orlando Ferreira de Freitas - N.º 43



**HORIZONTAL**  
1 - Simples, mas rápido e fácil de aprender, o jogo de cartas conhecido como...  
2 - O nome da cidade onde nasceu o escritor brasileiro Machado de Assis.  
3 - O nome da cidade onde nasceu o escritor brasileiro Machado de Assis.  
4 - O nome da cidade onde nasceu o escritor brasileiro Machado de Assis.

# A DOR DA TRAGÉDIA

Na véspera do Dia da Mulher, homem mata companheira com 15 facadas e depois se suicida

Quando chegou para abrir o portão pouco antes das 20h, ela viu o marido com uma faca na mão. Ela correu para o quarto e se fechou com a porta. Ele entrou e começou a atacar. Ela conseguiu fugir e chamar a polícia. O marido foi preso e levado para o hospital. Ele morreu no dia seguinte.

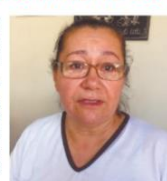


Milene, via Interpol, aos 55 anos

Prédio no Rio de Janeiro, palco da tragédia

## Dinha Soares: a Milene só queria ser feliz

Eu esperava a seguir, interagir, ajudar e sempre. Milene sempre foi muito gentil e de relação com a família. Ela era muito amorosa e sempre se preocupava com todos. Ela era muito feliz e queria ser feliz.



O que mais dói agora? Não é a morte dela, é a falta dela. Eu sinto falta dela todos os dias. Eu sinto falta da nossa vida juntos. Eu sinto falta da nossa família. Eu sinto falta da nossa felicidade.

Dinha Soares, tia, amiga confidente e empregadora

Milene, via Interpol, aos 55 anos

## A luta das mulheres muda o mundo

**LAURA LIS**

Escrevo este artigo na esperança de que a luta das mulheres seja reconhecida e valorizada. É preciso trabalhar a educação das mulheres, para que elas possam reconhecer e lidar com situações de risco. A prevenção é a chave para evitar o feminicídio.

As mulheres não são apenas vítimas de violência doméstica. Elas são mulheres fortes e capazes de lutar por seus direitos. É preciso trabalhar a educação das mulheres, para que elas possam reconhecer e lidar com situações de risco. A prevenção é a chave para evitar o feminicídio.

As mulheres não são apenas vítimas de violência doméstica. Elas são mulheres fortes e capazes de lutar por seus direitos. É preciso trabalhar a educação das mulheres, para que elas possam reconhecer e lidar com situações de risco. A prevenção é a chave para evitar o feminicídio.

## JORNAL NEGÓCIOS

Publicação mensal - 1500000 exemplares

## Acompanhe o Jornal na Internet e nas redes sociais



Figura 3 - Notícia publicada no jornal de Negócios

A fotografia de Milene, que ilustra a matéria factual do portal G1, referente ao caso, ilustra também a matéria no Jornal de Negócios. Porém, nesta, a fotografia é rodeada por outros textos e textualidades que propõem uma paisagem sensível e uma atmosfera um pouco diferentes para nós leitoras e leitores. Diferente da manchete do portal G1 Centro-oeste, que dá enfoque e nos enquadra frente ao corpo violado da vítima, as manchetes do Jornal de Negócios dão protagonismo à dor que o assassinato causou e aos sonhos de Milene; frases como “A dor da tragédia” e “Dinha Soares: A Milene só queria ser feliz”, com destaque em vermelho, são as primeiras que lemos e que vinculamos à fotografia. Nesse momento, portanto, o corpo perfurado de Milene exposto na manchete do portal G1 e o relato da Polícia parece dar lugar, aqui, à dor, a uma tragédia, às palavras de sua tia Dinha Soares transcritas pelo jornalista.

6 Link da matéria: <https://issuu.com/jornaldenegociosbd/docs/jornal-negocios-1557-pags-1-a-12>

O bigode da matéria ainda faz menção à data em que o crime aconteceu, “na véspera do Dia da Mulher”, o que nos remete a outras imagens e imaginários referentes ao caso, que vão para além da cena do crime, lembrando-nos das lutas feministas e também da Marcha Contra a Violência, realizada na cidade na véspera do crime – imagens que são reforçadas nas manchetes da página ao lado: “Elas sim, vamos combater o Femicídio em nossa cidade” e “A luta das mulheres muda o mundo”. Logo em seguida, porém, ainda no bigode, o foco da narrativa vai para a ação do homem que matou a companheira “com quinze facadas”. Apesar de nos enquadrar e enquadrar Milene na cena do crime novamente, aqui, o alvo da narrativa é a ação do criminoso; o próprio crime, o crime que resultou em uma tragédia. O corpo violado de Milene não se revela tão explícito quanto na matéria do G1 Centro-oeste que diz das “15 perfurações em corpo de mulher”.

Também diferente da notícia do portal G1 Centro-oeste, a narrativa jornalística do Jornal de Negócios começa dando protagonismo ao relato de Geralda Soares Miranda, tia de Milene, conhecida como Dinha, e proprietária da padaria onde Milene trabalhava. A matéria começa revelando a rotina de Geralda chegando às 5 horas da manhã para abrir a padaria. Em dado momento do texto, sua rotina é interrompida pelo fato estranho de que sua sobrinha ainda não havia chegado para trabalhar. Já na “lide” da matéria, Milene é apresentada como uma mulher de 30 anos, mãe de dois filhos, que havia sido “covardemente” assassinada em seu apartamento acima da padaria. O fato dela ser apresentada no início da matéria e não no final, faz com que, ao longo da matéria, teçamos a imagem de uma mulher de trintas, que era mãe de dois filhos; e não a imagem crua de um corpo perfurado como encontramos na matéria do G1.

A matéria “A dor da tragédia” não revela apenas o estranhamento de Dinha, mas também o desespero e ruptura na rotina causados pelo assassinato no dia de diversas outras pessoas próximas de Milene e de seu ex-namorado; o padeiro que chegava mais cedo para trabalhar; o próprio Robson que a matou e que saiu às 4h da manhã do apartamento e depois suicidou na BR-262, dois colegas de Robson, o pai de Milene. Se no portal G1, a morte de Milene parece seguir o fluxo das notícias e da continuidade de violências indo ao encontro dos tantos casos de feminicídio que acontecem no Brasil e que são registrados e relatados cotidianamente pelas instituições policiais e jornalistas; na narrativa do

Jornal de Negócios, o assassinato de Milene interrompe e promove uma ruptura no dia de sua tia e dessas diversas pessoas, que teriam tido um dia como outro qualquer, não fosse o assassinato. No Jornal de Negócios, portanto, encontramos com morte de Milene enquanto um acontecimento marcante na cidade, um evento que causou uma paralização e uma descontinuidade do cotidiano de diversas pessoas. “Dor” e “tragédia” atravessam, assim, o dia 06 de março de 2019 e a página 5 do Jornal de Negócios na semana em que foi veiculado.

É só no sexto parágrafo que a narrativa do Jornal de Negócios traz o relato das instituições policiais, que disseram ter visto Milene *caída dentro de casa numa poça de sangue, morta e desfigurada*, repetindo as *“quinze perfurações no corpo”* e acrescentando ainda que *“a violência foi tanta que ela quase teve a cabeça decepada”*. Porém, novamente experienciamos de perto, por meio do texto, a violência brutal narrada de uma forma ainda mais detalhada e desritualizada; aqui nos encontramos com o corpo violentado, a proposta de uma imagem desfigurada, perfurada e agora quase decepada de Milene. Apesar disso, a matéria revela um caráter sensível ao falar da violência com que Milene foi morta. No final da matéria, há mais uma menção breve dos filhos de Milene e uma menção também sobre como o crime repercutiu nas mídias e redes sociais.

\*\*\*

Na mesma página do jornal, há ainda uma entrevista ping-pong com Dinha Soares, com quem, segundo a introdução, Milene tinha muita proximidade. A manchete, também em vermelho, como já colocado, diz *“Dinha Soares: A Milene só queria ser feliz”*. Se na primeira matéria do Jornal de Negócios, encontramos com uma narrativa que conta como foi o dia do assassinato de Milene para Dinha, a partir do relato jornalístico que nos propõe uma determinada experiência da “tragédia” e coloca-nos na cena do crime relatada pela polícia e também num encontro com o corpo violentado de Milene; na entrevista, encontramos com a vítima em uma outra cena a partir das palavras transcritas de Dinha. Essa outra cena resgata o dia a dia com Milene, as memórias que sua tia guarda; e revela também as dores causadas pelo assassinato.

Ao ser questionada sobre como era a rotina de Milene, Dinha diz “*Ela era muito dedicada. Trabalhava na padaria durante o dia e à noite dava aulas de dança. Além disso, era também dançarina de uma banda*”. A partir das palavras de Dinha e dessa outra cena de encontro com Milene proposta por tais palavras, temos a possibilidade de tecer outras imagens e outras experiências para além daquelas que enquadram a vítima e nos enquadram também na cena do crime fatal. Por meio da entrevista com Dinha, temos a oportunidade de conhecer Milene a partir dessas palavras de sua tia e assim, vamos criando outras experiências de encontro e reconstruindo sua imagem, outrora perfurada e violentada. Segundo sua tia, Milene queria ser feliz; realizar seus sonhos; era responsável e pontual; dedicada; ativa; era alegre; bonita; andava bem cuidada; era doce e tinha um sorriso lindo. Na entrevista, a jornalista ainda pergunta para Dinha se ela foi ver Milene quando a Polícia confirmou que ela estava morta e Dinha diz:

Eu não quis ver o corpo, porque ele a machucou muito. Prefiro levar para o resto da minha vida a imagem e a lembrança de Milene alegre, feliz, bonita e bem cuidada como ela sempre andava. Quero ter sempre comigo os momentos bons que vivemos juntas, a doçura dela, aquele sorriso lindo que a Milene tinha. (Trecho da entrevista publicada no Jornal de Negócios)

Portanto, pensando nessa outra cena de encontro com Milene, num outro aparecer, numa outra imagem, e na preocupação com as realidades que surgem de tais cenas, tentamos acolher os sentimentos e vontades de Dinha, que deseja preservar uma imagem e lembrança de Milene alegre, feliz e bem cuidada; uma imagem que nos proponha também uma outra experiência, bem diferente das propostas pelas narrativas jornalísticas que costumam cobrir os casos de feminicídio. Certamente, estas narrativas jornalísticas objetivam a transmissão de uma informação e de um fato, mas não necessariamente um fazer comunicacional, se pensarmos o fenômeno comunicativo a partir da perspectiva de Marques e Martino (2018).

Ao propor o meu corpo entrelaçado neste pesquisar; ao me abrir para ser afetada pelo caso de Milene a partir das formas pelas quais o caso aparece diante de mim hoje, depois de três anos de seu assassinato; abro-me também

para um processo de compartilhamento e de comunicação. Marques e Martino (2018, p. 24) refletem “a comunicação como fenômeno ético por excelência, na medida de seu necessário direcionamento a outrem, tendo, como pressuposto, a abertura e a possibilidade de acolhimento da alteridade. Segundo a autora e o autor, é partindo do princípio de que a comunicação é fundamentada em uma ética da alteridade, que ela pode se efetivar como um fenômeno de “compartilhamento” para além de um fenômeno que transmite informações. Aqui, propomos, de alguma forma, o acolhimento das palavras carregadas de afetos das pessoas conhecidas e próximas de Milene, da memória que dela, essas pessoas gostariam de preservar ou ainda fazer ver e compartilhar.

Marques e Martino (2018) propõem-nos, portanto, uma compreensão da comunicação que pode nos auxiliar a refletir em como pensar e criar juntas essas outras cenas para fazer ver e compreender os casos do feminicídio a partir de uma dimensão afetiva e sensível com as pessoas próximas, conhecidas das vítimas dos crimes de feminicídio e também com as pessoas que simplesmente se sentiram afetadas pela morte dessas mulheres. Cenas outras que, por sua vez, possibilitam a nós, um outro encontro com a vítima. Esse outro encontro é também um encontro com a saudade, a indignação, a dor, o luto, para além também de um encontro com uma lembrança e uma memória de Milene. Num diálogo com as reflexões de Lévinas (1995) e suas noções de proximidade, responsabilidade e rosto, Marques e Sá Martino (2018) partem de uma perspectiva relacional do conceito de comunicação enquanto ação ética, em que o diálogo é parte constituinte da relação comunicativa e não apenas um “meio” para chegar ao outro.

Fundamentando-se nos conceitos de Lévinas (1995), essa noção de comunicação se afasta de princípios normativos que visam um discurso racional e impessoal, pois estas são qualidades que tendem a suprimir a alteridade tanto do interlocutor, como a de quem fala. E é por isso que tais autores aproximam-se de perspectivas que enfatizam um caráter relacional do processo comunicativo, que dialoga com os elementos “midiáticos”, porém sem a estes se reduzir. A comunicação ainda é vista como um “processo estético de relação com a alteridade, entendendo a “estética não apenas no sentido de uma “percepção”, mas, também em sua dimensão como momento de produção dessa relação” (MARQUES & MARTINO, 2018, p. 25.); o processo comunicativo é,

dessa forma, um espaço fundador e fundamental para se estabelecer e produzir relação com a alteridade.

A ética que Lévinas (1995) aborda e que tais autores apresentam como uma demanda do fenômeno comunicacional não se refere a uma categorização de normas de conduta; mas tem a ver com a compreensão da comunicação como algo que não pode ser capturado em sua totalidade, “mas que pode ser aproximado a partir da constituição de uma ligação intersubjetiva entre sujeitos éticos vinculados no momento do ato comunicacional” (LEVINAS, 1995, apud MARQUES & MARTINO, 2018, p. 23 e 24). E para essa aproximação, eles propõem um trabalho a partir de três eixos com base nas noções de Lévinas: o da abertura e hospitalidade; o da responsabilidade infinita diante do outro e o da interpelação do rosto como ponto inicial da comunicação.

Essa perspectiva relacional, a compreensão da comunicação enquanto uma ação ética e a preocupação com o seu processo estético se aproximam de alguns aspectos da escrita afetiva proposta por Moriceau (2021), na medida em que esta busca formas de comunicar mais próxima da alteridade a partir da descrição de uma atmosfera; descrição da interação e do encontro com um outro; a partir da tentativa de trazer à tona uma forma de fazer e performar esses encontros, distanciando-se das tentativas de representação do outro, distanciando-se da ilusão de ver tudo e saber de tudo e, portanto fazendo ver os conflitos, a heterogeneidade, a diversidade desses encontros e, fazendo ver mesmo as Alteridades de si e do outro.

Segundo Marques e Martino (2012), a comunicação enquanto um fenômeno de compartilhamento e relacional presume uma relação horizontal entre os sujeitos participantes - diferente de uma relação vertical caracterizada pela unidirecionalidade do processo - o que não significa uma “igualdade” entre esses sujeitos, já que a relação entre semelhantes impediria um processo comunicativo, onde a linguagem e o “rosto” se perderiam por não serem necessários. Nessa relação horizontal, há sempre um outro, a diferença, a alteridade; e é no momento que nos direcionamos para um outro diferente de nós mesmos que o compartilhar encontra uma possibilidade de existência; mas não é só a existência em si da diferença, da alteridade que pressupõe uma noção de processo comunicativo. Marques e Martino (2018) colocam que é preciso ter uma abertura intencional para esse outro, para a alteridade.

O sentido da comunicação, neste particular, tem início no momento em que o indivíduo se abre para o fenômeno da alteridade. A condição de possibilidade do ato comunicacional, neste aspecto, se delimita inicialmente pela intencionalidade de uma consciência disposta ao deslocamento causado pela presença do outro que interfere em seu fluxo – e novamente a base fenomenológica de Lévinas vem ao encontro dessa perspectiva. (MARQUES & MARTINO, 2018, p. 27)

E essa abertura de si vem dizer do conceito de hospitalidade de Lévinas; a comunicação não é só um ato de doação, mas também de recepção do outro em mim, da recepção da alteridade enquanto parte do fenômeno comunicativo; aqui, mais especificamente, tentamos recepcionar e acolher as dores das pessoas próximas à vítima, as suas palavras, as suas vontades, as memórias e imagens de Milene, para elaborar outras cenas de encontro possíveis no falar sobre o feminicídio. Segundo Marques e Martino (2018, p.27), “a abertura é também a hospitalidade para receber o outro.” Se essa recepção da alteridade não acontece, não há recepção de sua mensagem. O processo comunicativo enquanto um fenômeno de compartilhamento é bem mais amplo do que a circulação de informações e envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais de quem dele participa e, dessa forma, também uma abertura para se deixar ser afetado pelo outro e experienciar a relação e o encontro com a alteridade.

Para Lévinas (1995, apud MARQUES & MARTINO, 2018), o ponto de partida da alteridade – da relação com o outro – é a ética, que para ele, é o fundamento primeiro de toda a filosofia e se dá antes mesmo de qualquer conhecimento. Nesse sentido, a ética está presente no “próprio conhecimento ao se apresentar como um outro daquele que conhece”. (MARQUES & MARTINO, 2018, p. 28). Esse conhecimento faz-se nessa necessária abertura de si mesmo para se deixar experienciar a relação com o outro e, portanto, a ação ética é o próprio ato de comunicação ao pensarmos que não existe comunicação sem alteridade, a partir da qual estabelecemos contato e nos deixarmos afetar pelo diferente.

A comunicação, assim, se pauta na ética de uma experiência da alteridade constituída em todos os seus momentos e configurações formais – daí que o ato de comunicar independe da especificidade do médium para se instaurar. Daí que essa



relação com a alteridade não depende da presença “física” do outro para acontecer, mas pode se instaurar em qualquer tipo de relação mediada na qual exista a presença dessa abertura para a alteridade. (MARQUES & MARTINO, 2018, p. 28)

Durante vários momentos desta pesquisa, perguntei-me se o encontro com a Alteridade, no sentido trazido pelos autores, seria possível, a partir das matérias e narrativas veiculadas em meios como o portal G1 e o Jornal de Negócios, pelas palavras escritas por Débora e Denise, pela fotografia tirada por Milene, porque ali, eu não teria um encontro ao vivo e face a face com as pessoas, mas sim encontros mediados também por tais narrativas. Mas, se a comunicação e o encontro com a alteridade dependem mais de uma abertura de si e de uma hospitalidade a esse outro independentemente da especificidade de um *medium* ou da presença física de outrem, entendi que esses encontros seriam sim possíveis. E o que venho pensando, é que tipo de experiência e encontro com a Alteridade essas narrativas me proporcionam? Para que essa comunicação e essas relações sejam possíveis, tenho tentado me abrir para a experiência que essas narrativas e esses textos me propuseram; e foi dessa forma também que percebi a necessidade de pensar, elaborar juntamente com essas narrativas, outras formas de encontro, cenas e comunicação que tenham justamente uma ética como fundamento.

É importante ressaltar que, segundo Marques e Martino (2018, p.18), a abertura de si para a alteridade não existe enquanto forma de projeção, identificação ou empatia, mas no sentido de “dar espaço para se ter a experiência estética do outro”, o que requer um tempo para a experiência. Tenho tentado me deixar ser afetada, portanto, pela experiência dos textos, pelas sensações que eles me evocam e para quais imagens e enquadramentos esses textos me direcionam o olhar principalmente do corpo vítima de feminicídio, por exemplo. “O abrir para o outro é um processo inscrito em um tempo específico de re-conhecimento da presença da alteridade diante de mim e, nesse momento, instaura-se a comunicação” (MARQUES & MARTINO, 2018, p. 18). E, ainda, o fenômeno ético enquanto fundamento da comunicação se institui “a partir do reconhecimento do outro como alguém que se está em relação a partir do momento em que se está na presença de seu rosto: neste ponto afirma-se uma

ética da responsabilidade com aquele com o qual se comunica” (MARQUES & MARTINO, 2018, p. 18).

A autora e o autor colocam ainda que, segundo Lévinas (1995), o outro nos interpela e demanda de nós uma resposta vinculada a essa responsabilidade a partir do que ele chama de rosto - um de seus principais conceitos - o qual não se reduz ao rosto físico como o conhecemos, mas que, segundo Marques e Martino (2018), remete a uma transcendência que nos escapa, independentemente de como e quanto é interpretado e conceitualizado. A resposta à interpelação do outro e seu rosto define a existência e o aspecto do processo comunicacional. É da resposta que se inicia a responsabilidade.

A experiência de uma responsabilidade com o outro, de um compartilhamento com o outro – este compreendido em sua Alteridade, é o ponto inicial e instaurador de um processo comunicativo. Portanto, para Lévinas (1995), a comunicação vai estar sempre, dessa forma, vinculada a um sentido de responsabilidade para com a Alteridade, ou seja, sem esta, a comunicação e o compartilhamento não existem. Para Marques e Martino (2018, p.30), a resposta sem responsabilidade não se constitui enquanto processo comunicacional, pois este envolve um espaço da diferença e a resposta sem responsabilidade é um ato mecânico que não depende das qualidades de quem se constitui em alteridade.

Segundo a autora e o autor, é possível trocar informações com uma pessoa sem se comunicar com ela; mas esse processo diz de uma violência em que o outro é reduzido, segundo Lévinas (apud MARQUES & MENDONÇA, 2018, p.30), há um “há”, há um dado, presença pura, que não se constitui no outro porque não há espaço para a comunicação; esta se torna, assim, impossível porque foi indesejada na ausência de responsabilidade para com o outro. Quando não respondemos à interpelação do outro, este é reduzido ao silêncio. As coberturas jornalísticas dos casos de feminicídio, como a do portal G1 Centro-oeste referente ao caso de Milene, não dão espaço para uma comunicação; tanto Milene, quanto as pessoas próximas a ela, quanto nós que lemos, somos reduzidas a um dado e, portanto, elas dizem de uma violência e, como Bárbara Caldeira (2017) concluiu, uma segunda morte à vítima.

Ao mesmo tempo que pode não haver comunicação numa troca de informações, é possível haver comunicação com o outro sem uma troca de

palavras e frases; Lévinas (1995 apud MARQUES & MARTINO, 2018, p. 31) chama esse processo de “relação sem relação”, em que suas etapas de consciência são interrompidas pela aproximação com o outro. Segundo o autor, essa “relação sem relação” é a “interação original, acolhedora /e assimétrica entre dois interlocutores totalmente separados, que não se comunicam via discurso, mas através de uma subordinação recíproca que dá origem a uma relação transitiva na qual o outro está sempre a nos escapar” (LEVINAS, 1995, apud MARQUES & MARTINO, 2018, p. 31) e que não “se baseia no contato conflitivo, na disputa argumentativa e racional” que visa um consenso ou reconhecimento mútuo. Essa interação se faz como uma conversa que se instaura antes do signo e da significação, mas essa anterioridade não se refere a um “não-verbal que vem antes de um verbal”, mas a um sentido de convocação de uma resposta que o rosto do outro demanda; não qualquer resposta, mas uma considerada com sua condição humana representada pelo rosto digno de respeito.

Nesse encontro ético, o outro não é nomeado, controlado ou reduzido a um conceito, mas, sim, invocado, chamado, compelido a responder a uma demanda irrecusável. Segundo Lévinas (1987), a representação e apreensão da alteridade pelo conceito são formas violentas de relação imobilizando-a e transformando-a no “mesmo”. Assim, todo contato que reduz a ver, apreender, conhecer, reconhecer e entender são pautados pela necessidade de adequação e redução da complexidade, para transformar o estranho em familiar. (MARTINO & MARQUES, 2018, p. 31)

Segundo Marques e Martino (2018, p.31), essa relação que é primordial na comunicação ética, portanto, não pretende tornar familiar, o estranho, a alteridade do outro, mas acessá-lo em sua própria estranheza. E esse acesso, dá-se na linguagem porque o outro interpela e nos demanda uma resposta. Mas o ato de comunicação, que se instaura por meio da responsabilidade da resposta, não é pautado pela simetria e busca de um consenso porque o outro permanece e é preservado enquanto outro e estrangeiro, na “singularidade da distância da contemplação e avizinhamento”. “Sem essa preservação, a comunicação ética perde a capacidade de atender ao outro e à particularidade

situacional de seu sofrimento” (BURNS, 2008, apud MARQUES; MARTINO, 2018, p. 31).

Dessa forma, Marques e Martino (2018, p. 32), colocam que a relação com o rosto e a comunicação ética não se fazem por meio da representação, mas por meio do acolhimento, na escuta e na resposta. É na resposta à alteridade e no respeito pelo rosto do outro que se instaura a comunicação; “é no rosto, e não no discurso, que se inicia a responsabilidade ética que constitui o comunicar” (p.31). A abertura para uma comunicação com o outro, é uma abertura ao seu rosto, uma abertura à responsabilidade e à alteridade; pois é a abertura à alteridade que constitui a comunicação ética que se estabelece “no sentido de criar possibilidade constantes e contínuas, diante das quais se forma uma relação”.

Sobre o conceito de rosto na filosofia de Lévinas, Marques e Martino (2018, p. 33) colocam que ele é o “ponto de flexão de igualdade na diferença”, “o aspecto mais direto da relação comunicacional”; “o rosto do outro é a diferença absoluta, exceto pelo fato de que, nesse momento, lembramos de nosso próprio rosto”. E, sobre a imagem do rosto, Souza, Coelho e Marques (apud MARQUES e MARTINO; 2018. p. 33) dizem que ela é ambígua porque ao mesmo tempo que ela permite a aparência do indivíduo, conferindo-lhe rosto de forma a torná-lo sujeito frente aos nossos olhos e possibilitando também a comunicação e reciprocidade; a imagem também pode produzir incomunicabilidade na medida em que há uma parte no rosto que não se deixa ser apreendida, não pode ser traduzida em comunicação. Segundo Marcondes Filho (apud MARQUES e MENDONÇA, 2018, p.33), “o rosto do outro é proximidade que não é sígnica, não remete a nenhum tema, mas que se apresenta apenas rastro de si mesmo, algo que me importuna, que não se iguala a mim”. Portanto, podemos nos aproximar do rosto, mas não traduzi-lo, não representa-lo”.

Como propor, portanto, uma aproximação com as pessoas próximas de Milene, uma aproximação com as suas dores e com a própria Milene sem reduzi-las às representações, às traduções, às violências que determinadas narrativas e textos propõem? Como preservar a Alteridade delas (e também a nossa) e a Alteridade de suas dores, que são diferentes das dores e experiência que sentimos quando lemos as notícias; quando lemos suas cartas, quando lemos suas palavras transcritas por jornalistas? É justamente nesse ponto que a

perspectiva afetiva vem auxiliando no fazer desta pesquisa, porque se eu assumo meu corpo aqui implicado; estou assumindo aqui a minha alteridade e a alteridade do outro ao assumir minha voz e a minha experiência nesses encontros e propondo ainda uma outra experiência, um outro texto, diferente do texto e da experiência que as narrativas que trazemos aqui propõem.

Essa pesquisa se refere mais a um compartilhar de experiência comunicacional minha com um outro, com as narrativas propostas pelo jornalismo e pelas pessoas conhecidas e próximas de Milene; compartilho minha experiência de como o caso chega até mim no fazer desta pesquisa; porque essa é a forma que encontramos de nos aproximar e não representar ou violentar. Não estou falando e nem é a minha proposta aqui falar da experiência do outro, da qual eu não poderia dizer sem representá-la, sem traduzi-la, sem violentar; mas estou tentando compartilhar sensações, efeitos, descrever sensivelmente a atmosfera que essas narrativas me sugerem.

Voltando à entrevista com Dinha, em um outro dado momento, um jornalista pergunta: O que mais dói agora? E Dinha, segundo a entrevista, responde:

Primeiro, dói muito saber que não a temos aqui. Não a teremos mais. Mas o que mais pesa, mais machuca a gente, é a crueldade com que Milene foi assassinada. O Roger não se contentou em matar. Ele a esfaqueou muitas e muitas vezes, quase a retalhou com a faca. Agiu com muito ódio. Milene estava sozinha e não pôde se defender. Eu sabia que ela vivia uma relação tumultuada com ele. Mas nunca esperava isso. Não imaginava jamais. (Depoimento de Dinha no Jornal de Negócios)<sup>7</sup>

Uma das coisas que me marcou nesse depoimento, foi a presença da palavra “ódio”. Das narrativas que eu trouxe aqui até agora, é a primeira vez que essa palavra aparece. Segundo as diversas autoras que elaboraram, pensaram e reelaboraram o termo feminicídio, para um crime ser considerado como tal, ele sempre terá que ser motivado pelo ódio do agressor à vítima; pela misoginia. Esse é um fator de causa que raramente é mencionado nas coberturas dos casos de feminicídio, mas que, diversas vezes, se revela na experiência que

---

<sup>7</sup> <https://issuu.com/jornaldenegociosbd/docs/jornal-negocios-1557-pags-1-a-12>

temos com os textos jornalísticos. A misoginia parece atravessar a forma insensível de narrar os crimes, propondo-nos um encontro com um corpo morto e nada mais. E Dinha nomeia e significa esse sentimento do agressor, esse sentimento que se revela na insensibilidade e na crueldade ao corpo feminino que caracteriza a violência de gênero e significa feminicídio: “Agiu com muito ódio.”

Imaginamos que não tenha sido fácil para Dinha falar sobre a morte de sua sobrinha nas vésperas do assassinato, talvez ainda algumas horas depois. No seu depoimento acima, as suas palavras dão-me a sensação de indignação e revolta com a morte de Milene, ao repetirem que o que dói é que não a têm e não a terão mais aqui. As palavras parecem ecoar (ou pelo menos elas ecoam em mim) tentando firmar e fazermos entender a notícia da morte de alguém que estava ali presente algumas horas antes destas palavras serem ditas ou transcritas, alguém saudável, linda e bem cuidada; uma morte provavelmente difícil de ser assimilada para alguém próximo à vítima e mesmo para nós depois de três anos do assassinato. Experienciamos ainda uma revolta e dor em relação à crueldade, ao ódio, às várias facadas. Dinha diz que não esperava essa crueldade toda, ela também repete que jamais imaginava essa situação por mais que ela soubesse da relação tumultuada de Milene e Robson. Ela não esperava; ela jamais imaginava. A repetição do significado dessas palavras dá-me a sensação de perplexidade e de novo, de indignação, ou de algo ainda mais difícil de traduzir em palavras quando pensamos numa revolta atravessada pela dor, uma indignação em relação a uma situação irreversível que aconteceu, como a morte de alguém, mas não era pra ter acontecido.

No final da entrevista, importante aqui mencionar, Dinha comenta sobre a repercussão do caso e de como Milene foi julgada por algumas pessoas na cidade após a sua morte. Se no depoimento recortado acima, ela diz que o que dói, é a ausência da sobrinha e a crueldade com que foi morta; no depoimento a seguir, ela fala sobre como os julgamentos das pessoas sobre a sobrinha também a ferem:

Pior é que as pessoas ainda não respeitam a dor dos outros. O que mais fere o coração da gente são os julgamentos de algumas pessoas a respeito dela. Milene não está mais aqui para se defender. Ela só queria ser feliz.

As palavras de Dinha são como uma cena dissensual (RANCIÈRE, 2021) frente ao fenômeno feminicídio, este que se revela enquanto um ato extremo de violências de gênero contínuas e que, inclusive, continuam e se repetem muitas vezes nas narrativas jornalísticas e nos julgamentos das pessoas em relação à vítima, mesmo após a morte desta. A partir da entrevista que concedeu para o Jornal de Negócios, o testemunho de Dinha revela-se enquanto a colher que se mete numa briga de marido e mulher, enquanto uma cena de ruptura nesse fluxo de violências contínuas, ruptura na repetição dos enquadramentos e lugares de inferioridade e culpabilização que as sociedades marcadas pelo sistema patriarcal colocam aos corpos femininos, um outro aparecer. Dinha propõe à Milene um lugar que se desvia da cena do crime que resultou em sua morte e, dessa forma, propõe-nos uma outra experiência com o evento de sua morte- foi um evento carregado de ódio e crueldade - e um outro encontro com as imagens, memórias e lembranças de sua sobrinha; Milene queria ser feliz, era linda, bem cuidada, trabalhadora, tinha dois filhos. Dinha ainda politiza e desprivatiza a suas dores e seu luto, ela abre-nos e compartilha seus sentimentos, suas dores, enquanto outra e a partir do seu rosto, ela nos exige, portanto, uma resposta ética, uma responsabilidade, um acolhimento, uma hospitalidade.

\*\*\*

Do lado esquerdo da página 5, bem no alto da página 4, deparamo-nos ainda com o título *“Elas sim! Vamos combater o feminicídio em nossa cidade”* da crônica escrita pela psicóloga Denise Coimbra. O título, para além de colocar já à vista o termo *feminicídio*, coloca-nos em ação e em movimento a partir de expressões afirmativas e verbo conjugado no plural; “elas sim”; “vamos combater o feminicídio”. Sempre me encontro com Denise nas marchas, nas manifestações, nos encontros de debates políticos e feministas que acontecem na cidade; ela não se cala, está sempre se posicionando na rua, nas redes sociais e por meio de seus textos. Encontrar com ela é sempre um encontro com a indignação, encontrar com ela instiga em nós, a ação e o movimento.

# Elas sim! Vamos combater o feminicídio em nossa cidade

**DENISE COIMBRA**



Denise Coimbra é psicóloga e escritora

Escrevo este artigo na véspera do Dia Internacional da Mulher. Um dia depois do feminicídio de Milene Silva Soares ocorrido aqui em Bom Despacho.

Escrevo este artigo contrariada. Triste. Desesperançada.

Eu a vi uma vez. Ela estava dançando no Tipura Cultural realizado ano passado na Biquinha. Dançava de forma intensa, vigorosa. Soube ontem pela imprensa que ela trabalhava numa padaria e pelas redes sociais que ela era professora de dança.

Milene fez 30 anos em janeiro. Tinha dois filhos e foi brutalmente assassinada pelo companheiro dela, Robson Rogério de Souza.

Desde quarta-feira não consigo dormir a noite inteira. Acordo várias vezes assustada. Troquei de cama e de quarto, mas a dor, o medo e a indignação não me abandonam. Não vão embora.

Não tive nenhum sonho. Sequer um pesadelo. Talvez eles me salvassem, ainda que temporariamente, dessa sensação de não ser nada. De fracasso. De falta de sentido ou significado de ser mulher numa cidade onde os homens tratam tão mal as mulheres. As esposas. As filhas. As colegas de trabalho. As irmãs. As mães, pasmem. Nem todos os homens. Vários, insisto.

O mais grave? Rapazes que já desqualificam, maltratam e agredem suas jovens namoradas. Aprenderam com quem? Onde? E preciso responder a essas perguntas com honestidade e responsabilidade. E preciso



prestar atenção na educação machista que perpetuamos e valorizamos nos comportamentos dos meninos.

Porque ajudamos a manter esta visão atrasada de domínio dos homens sobre as mulheres e do que eles acreditam que podem fazer contra elas? Xingar. Bater. Estuprar. Matar.

Eles estão enganados. Os homens não conhecem as mulheres. E, para falar a verdade, poucos se dispõem a fazê-lo. Somos uma sociedade que reforça o péssimo tratamento dado às meninas desde que nascem. E reforça atitudes infantis, agressivas e machistas dos meninos desde cedo. Precisamos mudar esta horrenda realidade.

Preocupa-me a flexibilização da posse de armas, outra medida estapafúrdia do governo atual, porque ela atenta contra a vida das mulheres.

Enquanto eu escrevia este texto, refletia que a única comemoração a ser feita no Dia Internacional da Mulher é o reconhecimento da luta e do engajamento cada vez maior delas para que seus direitos básicos sejam respeitados. O de viver é o principal e está

cada vez mais ameaçado.

Sentindo-me esgotada e sem saber como terminar este texto eu fechei os olhos e vi a banda da PM tocando desde a Praça da Matriz até a Praça do Rotariano: local determinado para a concentração da primeira Marcha das Mulheres Bom-Despachenses contra o Feminicídio, marcada para as 15h30m do dia 8 de março e idealizada pelo grupo Semeando no Campo.

Ao longo do trajeto vi funcionárias da prefeitura entregando flores, páes, sucos e conversando com as mulheres vítimas de violência que elas encontravam durante o longo trajeto. O mesmo que percebo que nós, mulheres temos que percorrer para não continuarmos a sermos agredidas, violentadas e mortas como a Milene Silva Soares.

De olhos bem fechados eu imaginei meninas, meninos, mulheres e homens segurando cartazes contra a violência. Ouvi a Danielle Alves Campos recitando a primeira estrofe da sua poesia "já se perguntou como é viver na pele de uma mulher?" enquanto

se dirigiam até o Cruzeiro - em frente ao Sicoob lá no Campo. Local de chegada da marcha.

Microfone aberto eu ouvi as mulheres respondendo a Danielle: "Vivemos em constante medo sim, mulheres são agredidas fisicamente e psicologicamente a todo momento. Homens matam mulheres... parece forte, né? Mas matam sim e nada tem mudado. São pais perdendo filhas, filhos perdendo mães, pelas mãos de covardes... mulher não gosta de dor, meu camarada. Mulher gosta e merece amor!"

Abri os olhos e vi que esta mensagem foi postada por outra mulher que decidiu abraçar a família e filhos da Milene porque o combate ao feminicídio ainda não se tornou uma causa para todas nós. Por causa do abandono a esta causa também, a Milene foi morta. E não pudemos abraçá-la. Protegê-la. Apoiá-la.

E, se ninguém ouviu os gritos e os apelos dela; se ninguém estava perto para impedir a sua morte cruel, tal fato demonstra que estamos bem longe de mudar essa realidade hedionda. E, o quanto longa deverá ser a nossa marcha!

8

Figura 4 - Artigo de Denise Coimbra.

Denise começou a escrever crônicas e artigos para o Jornal de Negócios após ser convidada a ter um espaço no jornal pelo proprietário do veículo, quando este leu seu primeiro livro de contos, "54, Rua da Alfândega". A escritora escreveu semanalmente para o jornal durante dois anos, quando resolveu parar por conta do grande espaço dado para empresários falarem bem do governo de Bolsonaro, segundo ela. O artigo acima foi escrito na época em que ela ainda escrevia para o jornal, depois que ficou sabendo da morte de Milene; assim como

<sup>8</sup> <https://issuu.com/jornaldenegociosbd/docs/jornal-negocios-1557-pags-1-a-12>



eu, Denise não a conhecia - apenas a tinha visto uma vez, mas assim como várias de nós, sentiu-se afetada e indignada com a notícia do crime.

Já no início do texto, as palavras de Denise nos provocam e nos agitam. Ao saber da morte de Milene, ela não consegue dormir, acorda várias vezes durante a noite, assustada; tenta mudar de lugar, de cama, de quarto. Sentir-se indignada é se comover e sentir-se inquieta, alvoroçada, desassossegada; e, neste caso, diante da notícia de uma morte tão cruel de uma mulher, frente a um caso de feminicídio; a indignação, pelo menos para mim, vem carregada de uma vontade de chorar, de gritar, de ódio e de raiva - porque não há como reverter essa situação, essa morte, essa crueldade. As palavras de Denise me fazem lembrar de todas as vezes que soubemos da morte de uma mulher, faz lembrar a morte de Milene em 2019 e a morte de Rafaella em 2022; suas palavras põem-nos novamente a andar inquieta pela casa, a pensar aflita no que fazer e como fazer diante dessa situação mesmo depois de tanto tempo - porque sabemos que essas mortes são cotidianas e experienciamos cotidianamente as violências que levam tantas à morte.

Desde quarta-feira não consigo dormir a noite inteira. Acordo várias vezes assustada. Troquei de cama e de quarto, mas a dor, o medo e a indignação não me abandonam. Não vão embora. Não tive nenhum sonho. Sequer um pesadelo. Talvez eles me salvassem, ainda que temporariamente, dessa sensação de não ser nada. De fracasso. De falta de sentido ou significado de ser mulher numa cidade onde os homens tratam tão mal as mulheres. As esposas. As filhas. As colegas de trabalho. As irmãs. As mães, pasmem. Nem todos os homens. Vários, insisto. (Entrevista com Denise Coimbra)

Denise diz ainda de uma “sensação de não ser nada”. O que fazer com toda essa indignação, isso tudo que a gente sente, diante da morte, de algo tão certo e tão irreversível como um caso de feminicídio? Depois de ficar sabendo do caso de Milene, apesar de ficar atordoada, a cronista diz que não teve nenhum sonho ou pesadelo. Como se houvesse só o nada; só a ausência, só o corpo morto, um fato ordinário, um gosto de nada na boca, nada para ser visto, nada que possa ser tocado. Mas há o sangue que corre quente em nossos corpos ainda vivos, corpos que choram e que andam desnorteados e desesperados durante a noite pela casa diante de uma notícia como essa, que

se sentem ao mesmo tempo impotentes e necessitados de ação diante de um acontecimento que parecia tão evitável, diante de um destino que, enfatizo, Milene tentou romper ao terminar seu relacionamento; uma morte, dessa forma tão cruel, que ninguém esperava ou imaginava, por mais que milhares de mulheres sejam vítimas de feminicídio no Brasil todos os dias.

Em seu artigo, a cronista coloca em cena e faz ver, por meio da escrita, o pano de fundo e o contexto de onde a morte de Milene emerge; esse pano de fundo tão ordinário que às vezes não conseguimos perceber no dia a dia, imersas que estamos nessa sociedade marcada pelo sistema patriarcal. A morte de Milene não foi um evento isolado e não pode também ser apenas colocado como um caso desritualizado e quase naturalizado de mortes de mulheres. Denise desenlaça e nos faz ver a linha que liga essas mortes e o fluxo contínuo das violências de gênero. Ela nos questiona, de onde vem esse crime tão cruel? De onde vem esse ódio à mulher, ao feminino? Ela, de alguma forma, coloca-nos frente à educação machista que perpetuamos, ao domínio do homem sobre as mulheres, cujo efeito é uma gama variada de violências contra nós e contra nossos corpos. E ela conecta tudo isso aos discursos pró-armas, aos discursos violentos e misóginos do presidente do país, propondo-nos a reflexão de como um evento se liga a outro, de como um determinado discurso ou atitude estão relacionados a determinadas violências, a determinados efeitos, a determinados acontecimentos. Pensar a violência de gênero a partir da perspectiva do feminicídio é justamente fazer essa relação, como bem colocou Verônica Gago (2020). Colocar em cena esse pano de fundo que muitas vezes não se faz visível a partir das coberturas jornalísticas dos casos e conectar a morte de Milene a essas várias outras situações é transcender sua morte enquanto evento isolado e local; é colocar (e também nos colocar) o fluxo das violências de gênero e morte de mulheres devido a essas violências na teia de relações de poder, efeitos e sintomas dos sistemas patriarcal e capitalista em que estamos imersas.

Ao propor “vamos lutar contra o feminicídio” e pedir que prestemos atenção na educação machista que “preservamos e valorizamos”, a escritora também nos coloca em cena; coloca-nos na cena do crime de Milene, mas não de forma observadora e passiva, coloca-nos ali em ação, em luta, propõe-nos que fiquemos atentos a cada sinal e gesto que reproduzimos sem querer, a cada sinal que repetimos os enquadramentos masculino-superior e feminino-inferior,

a cada sinal de violência contra nós mesmas. Denise parece escrever como forma de dar outro corpo à sua indignação, tentando compartilhá-la, tentando fazer com que seus sentimentos afetem outros corpos e que estes outros corpos se sintam tão inquietos como ela; para que sintam que precisam fazer alguma coisa por mais que não saibam exatamente o que; para que sintam que algo está errado, que o cotidiano em que estamos inseridas está carregado de gestos e comportamentos machistas e violentos que, de tão repetitivos, parecem naturais. Denise parece escrever como forma de preencher a sensação de vazio deixada, a noite sem sonho ou pesadelo, parece escrever numa tentativa de romper também com os gestos que repetem as violências. Experiencio o artigo Denise, assim como as palavras de Dinha, como um texto que tenta nadar contra a correnteza da língua do feminicídio, das palavras e dos discursos que continuam repetindo a violência contra Milene.

Como forma também de preencher a sensação de vazio, a escritora traz em seu texto, a experiência da Marcha das Mulheres Contra a Violência, que aconteceu no dia 08 de março de 2019, dois dias depois do assassinato de Milene. Realizar a Marcha foi uma forma que mulheres, pessoas conhecidas e próximas da vítima encontraram de visibilizar a indignação que sentiam diante do ocorrido. Se Denise, no início do texto, diz de uma inquietação, de um medo, de uma dor, ao saber da morte de Milene, no final do texto e também a partir do texto; ela nos traz a forma como ela encontrou para organizar e fazer visível esses sentimentos, essas sensações: a partir da manifestação, da ocupação da rua, a partir do encontro com outras pessoas que também se sentiam inquietas, a partir da escrita do artigo, a partir do compartilhamento e visibilidade de seus sentimentos.

Sentindo-me esgotada sem saber como terminar este texto, eu fechei os olhos e vi a banda da PM tocando desde a Praça da Matriz até a Praça do Rotariano: local determinado para a concentração da primeira Marcha das Mulheres Bom-Despachenses contra o Feminicídio, marcada para às 15h30m do dia 8 de março e idealizada pelo grupo Semeando no Campo.

Ao finalizar seu texto com as frases *“E, se ninguém ouviu os gritos e os apelos dela; se ninguém estava perto para impedir a sua morte cruel, tal fato demonstra que estamos bem longe de mudar essa realidade hedionda. E, a quão*

*longa deverá ser a nossa marcha*”, a escritora sugere a necessidade da continuação de uma marcha contra a violência para além da que foi realizada naquele 8 de março de 2019 e para além do seu próprio texto; uma cena outra nos é proposta por seu artigo. Se nas narrativas jornalísticas, muitas vezes encontramos-nos com nada mais com os resquícios do corpo violentado e morto, com os relatos de instituições policiais, fotografias do preso em flagrante - como se o caso dessa forma tivesse encerrado- Denise sugere uma longa e contínua marcha diante da violência de gênero, uma marcha que não acabe ali no 8 de março de 2019, uma marcha que não acabe com o caso de Milene, uma marcha que não acabe com o ponto final de seu artigo.

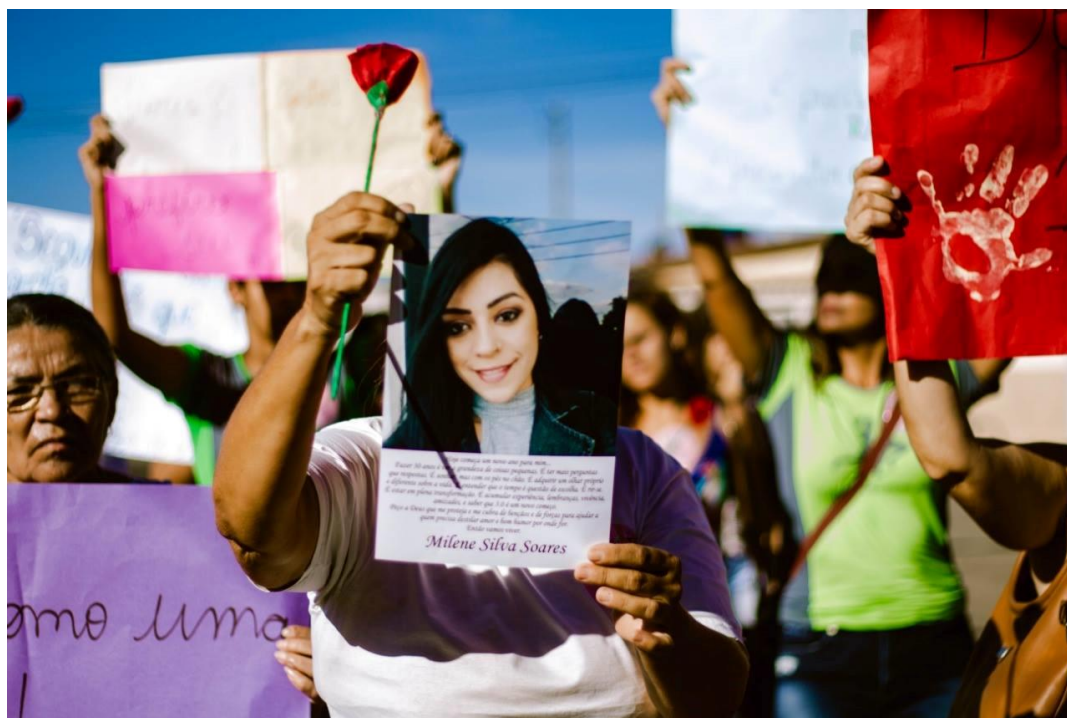
## **6.2. Marcha das Mulheres contra a violência, março de 2019**

Naquele ano, o dia 8 de março - conhecido como Dia Internacional das Mulheres - caiu numa sexta-feira. Eu saí do meu trabalho, na época na Assessoria de Comunicação da Prefeitura, para ir cobrir a Marcha Contra a Violência, que aconteceria lá no Bairro São Vicente. Nesse bairro, periferia de Bom Despacho, residem as organizadoras da Marcha e integrantes do Grupo Semeando no Campo, que surgiu em 2015, quando diversas mulheres procuraram apoio do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) para lidar com problemas e conflitos com seus familiares.

A Marcha aconteceu apenas dois dias depois do assassinato de Milene, o ar pesado depois do acontecido, portanto, ainda pairava denso sob a cidade nesse 08 de março - pelo menos era o que eu sentia. Dois dias antes, os rumores do acidente na BR-262 rondaram meu trabalho e minha casa. Foi só mais tarde daquele dia que entendemos que o acidente se tratava de um suicídio e ainda mais tarde, que era o suicídio de alguém que tinha matado sua ex-companheira. Sim, fiquei sabendo primeiro da morte de Robson.

Eu não conheci Milene em vida. Fui me deparar pela primeira vez com uma fotografia sua na Marcha; a mesma fotografia que ilustra a matéria do G1 centro-oeste e a matéria do Jornal de Negócios - a selfie que talvez também tenha sido uma fotografia do perfil do WhatsApp, do Facebook ou do Instagram de Milene. Como um estandarte, uma moça marchava levantando a fotografia impressa, segurando-a entre flores de papel crepom, entre os cartazes com

dizeres contra a violência, entre os gritos e os cantos indignados das pessoas que marchavam. Eu não conversei com a moça que levava a fotografia de Milene; nesse dia eu apenas tirei outras fotografias, tentava registrar aquele momento ali como eu achava que ele merecia ser registrado. E uma das fotografias que tirei foi justamente uma da fotografia de Milene levantada:



*Figura 5 - Fotografia tirada na Marcha Contra a Violência em 2019.*

Eu lembro de me sentir tocada quando vi a moça levantando a fotografia; lembro que foi ao vê-la, que percebi que várias das pessoas que ali marchavam naquele dia e que eu nunca havia visto em nenhuma outra manifestação aqui em Bom Despacho, eram pessoas conhecidas, amigas, próximas de Milene. Na fotografia que tirei, a imagem de Milene, outrora perfurada e violentada pelos textos que a rodearam, ganhou o corpo de quem a segurava. No fundo e em volta, as manifestantes aparecem levantando seus cartazes provavelmente com dizeres contra a violência de gênero. Certamente, a manifestação e os registros da marcha também nos proporcionam outro encontro com a imagem, a memória, a lembrança da vítima; diferente daquele que as narrativas jornalísticas costumam nos proporcionar e nos proporcionaram no caso de Milene.

Como contou Denise, a Marcha se concentrou na Praça do Rotariano e desceu até o Cruzeiro, em frente ao Banco Sicoob, no bairro São Vicente. Na medida em que a Marcha ia descendo até o seu ponto final, mais pessoas se juntavam a ela, mais pessoas paravam para olhar e tentar entender o que é que estava acontecendo ali. Tinha bastante gente da Prefeitura - servidores públicos; tinham as mulheres do Semeando no Campo; muitas professoras e alunos; a fanfarra da Escola Irmã Maria; tinha nós que sempre manifestamos, eu, Denise, a Júlia, o Beto e outras; tinha várias pessoas que pareciam estar ali principalmente por Milene. As dores e o luto dessas pessoas, assim como a inquietação e indignação de Denise, eram ali compartilhadas, tornadas públicas, declamadas e performadas. Foi como se essas dores, o luto, achassem essa brecha para aparecer, para ganhar corpo, para encontrar algum tipo de conforto na dor, na indignação e na resistência do outro, na marcha compartilhada, na rua pública compartilhada, ocupada, nos movimentos feministas. Ali, era como se cada uma e um que perdeu o laço com Milene tentasse encontrar formas de se arranjar e segurar no abraço e no laço também perdido do outro, da outra.

Milene estava ali presente, diz o cartaz de uma das mulheres. Ela estava ali presente de alguma forma, na sua ausência sentida; em todos esses sentimentos que a sua morte fez e faz sentir. Ela estava ali como alguém a não ser esquecida, a nos lembrar de sempre caminhar contra o fluxo das violências, a sempre exercer a autonomia e a liberdade de nossos corpos, caminhar sempre rompendo os padrões e enquadramentos repetitivos que nos colocam em um lugar naturalizado da violência de gênero; caminhar repetidamente até que as nossas “desobediências” não sejam mais desobediências, até que não sejamos mais violentadas e mortas por não corresponder ou obedecer às condições femininas que nos são colocadas; caminhar sempre com a outra, em defesa e proteção à outra.



*Figura 6 – Fotografia feita por mim durante a Marcha Contra a Violência em 2019.*

Encontrar com Milene na marcha foi encontrar com todos esses sentimentos que ali, naquele momento, emergiram e foram compartilhados. Foi encontrar com a dor de cada uma dessas pessoas próximas a ela, por ter perdido alguém de uma forma tão cruel; foi encontrar com essa moça carregando e levantando a imagem de Milene, com as mulheres carregando os cartazes com os dizeres “Milene presente”, como que a defendendo, como que tornando pública e também política essa presença; como que territorializando ali o espaço da rua com essa imagem, em defesa da memória de Milene, em defesa da mulher batalhadora, bonita, doce e de tudo que ela era e foi. Foi encontrar com o corpo-território de cada uma que ali se fazia junto uma à outra nessa defesa de Milene, de sua imagem, de sua memória, de sua lembrança frente aos julgamentos das pessoas que a culpabilizaram e às narrativas jornalísticas que propõem uma segunda morte a ela.

### **6.3. Cartas para Milene**

Na edição do Jornal de Negócios em que foi veiculada a matéria sobre a morte de Milene, a entrevista com Dinha e o artigo de Denise Coimbra; em algumas páginas mais à frente, há também uma carta para Milene, escrita por





JORNAL NEGÓCIOS DESTAQUE Bom Despacho (MG)



## Carta para Milene Soares

**DÉBORA RODRIGUES**

Sua morte, a violência e o respeito não são só Milene, sua Débora. Nunca fomos amigas, mas nos conhecemos como a maioria das pessoas de cidade pequena. Lembra de mim? Estava te escrevendo hoje para ver se

diminui um pouco a minha dor e também para te pedir desculpas por ninguém ter podido te salvar.

Sabe, Milene, você pediu ajuda e nós não sabemos ouvir, como acontece com muitas mulheres. Você não morreu dia 6 de março, começou a morrer aos poucos há alguns meses.

Você começou a morrer quando seu companheiro te diminuiu dentro da sua própria casa, desafiou de você do nada. Como você mesma disse, dizendo que você não fazia "papal de mulher". Que papal é esse?

Você morreu mais um pouquinho quando ele tentou mandar em você, mudar sua vida toda, inclusive te proibiu de ter chip em seu aparelho de celular e começou a bloquear seus amigos nas redes sociais, chegando ao ponto de se passar por você.

Milene, ele te matou mais um pouquinho quando se apossou da sua mãe para que você não tivesse como sair de casa e te fez diminuir os saltos de dança que você dava. Aquilo que você pensou ser o homem da sua vida foi quem a tirou de você.

Fico pensando: poderia ser eu no seu lugar e tantas outras mulheres de Bom Despacho. Amadora de nós já tivemos relacionamentos abusivos com elas sendo devotadas aos poucos e, no último suspiro, sobrevivemos. Mas você, não.

Eu te peço perdão também, Milene, pelas pessoas que não estão honrando sua memória. Tem gente tentando te culpar, dizendo que você não deveria ter colocado dentro da sua casa uma pessoa que conheceu no Facebook, que não deveria ter ido para festa em casa, que deveria ter terminado com ele na época em que gravou esse áudio que tantas pessoas compartilham sem sua autorização. A maior parte dessas pessoas não te conhece, não sabe da sua verdade e não tem o direito de te julgar sem que você esteja aqui para se defender.

Ele foi te matando aos poucos até que, no dia 6, terminou de te levar. A culpa disso jamais será sua. Nunca pense o contrário. Essas pessoas são condenadas pelo machismo. Ser mulher e isso, não ter sossego e continuar carregando uma culpa que não é sua mesmo depois de morta.

Eu te escrevo nesse 8 de março, dia internacional da mulher. Hoje marcharemos por você e seremos muitas. Ninguém solta a mão de ninguém? Soltamos a sua, não perdoo, Milene.

Bom Despacho, 8 de março de 2019.

**LEÃO EMBALAGENS**

- Utilidades Domésticas
- Descartáveis
- Embalagens

Rua Fausto Teixeira, 236 • 3522-2333

**Lavanderia São Judas Tadeu**

Há mais de 15 anos cuidando com carinho de suas roupas

Lavamos e passamos todo o tipo de roupa. Tênis, roupas de bebê, vestimenta, cinto, sapatos e muito mais.

Atendemos: Lourenço, São João, Santa Cruz, Carlinhos, Petrópolis, Camarã, Itaú.

Você Enxovalar: Apia, Estrelita, Profissão de Umoper e Tomper.

3521-2224 e 8402-3138

BUSCAMOS E ENTREGAMOS NA SUA CASA

Aceitamos cartões VISA

Rua Maria Guerra Campos, 202 São João - Bom Despacho

Figura 8 - Carta de Débora Rodrigues<sup>9</sup>

Nessa carta, Débora coloca a morte de Milene no *continuum* de violências de gênero que o fenômeno feminicídio diz respeito. Ela diz das várias violências que Milene vinha sofrendo antes de ter sido morta no dia 06 de março de 2019. Na verdade, é como se ela ampliasse a cena do crime para muito além daquelas quinze facadas trazidas na manchete do portal G1. O que significa estarmos nessa cena? Essa cena de crime temporariamente mais extensa, uma cena que

<sup>9</sup> <https://issuu.com/jornaldenegociosbd/docs/jornal-negocios-1557-pags-1-a-12>

é como uma morte lenta? Débora pede desculpas à Milene por, durante essa cena extensa, não a ter podido salvar, por ninguém a ter salvado nesse tempo; pede desculpas pela naturalização de todos os gestos, comportamentos e violências que, na verdade, diziam já do fenômeno pelo qual ela foi morta. Por mais doloroso que seja, Débora vai estendendo e puxando para trás a linha do crime do dia 06 de março, trazendo-nos o desencadeamento do feminicídio. O feminicídio não é o assassinato misógino isolado, mas o extremo de uma série de violências, como bem apontou Russel e Radford (1998).

A psicóloga nos coloca nessa cena extensa de morte lenta de duas formas. Primeiro, teve tempo para alguma de “nós” agirmos, teve tempo para alguém ajudar Milene a sair desse fluxo de violências do qual ela vinha sofrendo. Mas, provavelmente, ninguém esperava, ninguém imaginava, como bem comentou Dinha. Ninguém imagina, tão naturalizados que são esses comportamentos, gestos graves da violência de gênero. E eu me posiciono aqui dizendo que talvez alguém tenha tentado agir sim e lembrando que a própria Milene tentou sair desse fluxo de violências, inclusive. Ela terminou seu relacionamento com Robson. Acho que seja importante realçar esse fato: Milene terminou com Robson por conta do relacionamento “tumultuado” dos dois; ela definitivamente não aceitou as violências que vinha sofrendo. E foi justamente por ela ter dado um fim ao relacionamento, que ele terminou de matá-la; assim como acontece com várias vítimas de feminicídio; assim como Rita Segato refletiu - somos mortas quando exercemos a autonomia de nossos corpos. Somos mortas quando não aceitamos, quando continuamos a “desobedecer”, quando as nossas atitudes entram em conflito com as leis do patriarcado. Débora diz justamente sobre isso quando nos questiona: “que papel é esse?” ou quando diz que Robson “tentou” mandar em Milene. Milene, na verdade, resistia e continuava batalhando pela sua vida e, por isso, terminou com Robson.

Ao estender a cena do crime dessa forma, várias de nós nos identificamos como vítimas das violências que terminaram na morte de Milene; porque várias de nós estivemos diversas vezes nesses lugares que ela vai pontuando: “ele tentou mandar em você”; “ele te diminuía dentro de casa”; “desfazia de você do nada”. Sentimos que a carta para Milene é também uma carta para nós, que, facilmente, nos identificamos com o “você” para quem Débora escreve. É fácil se confundir ali com Milene, tão rotineira são as violências de gênero, mas ao

mesmo tempo não é possível nos confundirmos com ela porque conseguimos, em algum momento, nos desvencilhar desse fluxo. Como a própria Débora reflete: “poderia ter sido eu no seu lugar e tantas mulheres de Bom Despacho.”

Débora ainda pede desculpas e perdão novamente à Milene “pelas pessoas que não estão honrando com a sua memória”. A morte de Milene parece vir seguida de uma avalanche de vozes, de opiniões, de pessoas culpabilizando-a e novamente colocando-a num lugar de violência e de vítima; novamente violentando-a ao não se permitirem uma abertura, um acolhimento do outro; e violentando também as pessoas próximas a ela, como bem colocou Dinha, em sua entrevista. Os julgamentos sobre Milene ferem sua tia, assim como a crueldade com que ela foi morta. Milene segue, portanto, sendo vítima, sendo novamente morta por esses julgamentos, pelas narrativas jornalísticas que seguem o fluxo da violência sem propor uma forma de falar e fazer ver o feminicídio de uma forma que provoque uma ruptura, um dissenso nesse continuum de violências.

Tanto Dinha, como Débora falam desses julgamentos que Milene sofreu depois que ela foi morta. Elas dizem que as pessoas julgaram Milene mesmo ela não estando mais aqui e viva para se defender. A necessidade de tessitura e visibilidade de uma outra cena, de uma narrativa em defesa de Milene sempre foi e continua sendo, portanto, urgente e necessária. Há uma necessidade de defesa e acolhimento de sua imagem, de sua lembrança, de sua memória; da imagem de uma Milene batalhadora, da Milene dançarina, que queria exercer a autonomia de seu corpo, da Milene que terminou um relacionamento abusivo. Defender essa imagem de Milene não deixa de ser defender a imagem de tantas de nós, não deixa de ser a defesa da autonomia de nossos corpos, de nossos desejos, de nossas liberdades, de nossas vidas e de nossos territórios.

\*\*\*

Mais ou menos um mês depois do assassinato de Milene, o Jornal de Negócios publicou ainda uma outra Carta para Milene. Foi uma carta escrita a pedido da mãe de Milene. Ao ler esta carta, tive a sensação de que, pelo menos naquele momento, Vânia - a mãe de Milene - não quis silenciar a sua dor em si, mas que sentia uma necessidade de compartilhá-la, talvez dar algum tipo de vazão ao que sentia.

## Carta para Milene (a pedido da mãe)



Querida, Milene!

Sua mãe me pediu para escrever um texto que lembrasse você, ainda que nesta data triste. São 30 dias sem você aqui. Ao lado dela. Do seu pai. Dos seus filhos. Dos parentes. Dos amigos e amigas.

Sua mãe me pediu para que eu escrevesse um texto porque nela sobra

saudade. É ela é profunda. Infinita.

Sua mãe me pediu para eu escrever este texto porque o peito dela dói. As palavras dela estão presas nele. Por isso as minhas estão aqui até que venham as dela.

Sua mãe me pediu para escrever este texto mas eu não deveria porque as palavras dela não são as minhas. Minhas palavras não servirão para descrever a falta que você faz na vida dela. Ela vive a cada dia o sonho de reencontra-la. Então ela não quer chorar, nem desabafar porque senão você vai embora!

Sua mãe me pediu para escrever este texto porque ela sabe que a palavra registra o sentimento da sua perda ainda tão presente. Tão recente. E ela não está preparada.

Sua mãe me pediu para escrever este texto e eu aceitei porque também sou mãe. E sei que sua mãe não deveria perder uma filha tão jovem, tão linda!

Sua mãe não deveria ter me pedido para escrever este texto.

Porque este texto prova que você não está mais aqui. Ao lado dela. Do seu pai. Dos seus filhos. Dos parentes. Dos amigos e amigas.

Desculpe-me Milene, mas eu não poderia ignorar a dor e o amor que a sua mãe sente por você porque as minhas palavras também têm sentimento.

E isso o que foi possível escrever sobre o que sente a sua mãe, neste dia, neste momento.

Denise Coimbra

*"Passam os dias e a saudade aumenta cada vez mais. É difícil aceitar que você partiu, peço a Deus que esteja tomando conta de você e nos dê forças para superar a saudade."*  
(Vanusa Silva)

Figura 9 - Carta para Milene a pedido de sua mãe<sup>10</sup>

Quem escreveu essa carta para Milene foi Denise Coimbra, a escritora da artigo *Elas sim! Vamos combater o feminicídio em nossa cidade*. Nessa carta, Denise não toma a voz de Vânia, não escreve como se fosse a mãe de Milene, não transcreve palavras ditadas. Nela, Denise assume a própria voz, testemunhando o seu encontro com Vânia- *"hoje a mãe de Milene pediu que eu escrevesse um texto"*. Segundo a escritora, as palavras de Vânia estão presas e, por isso, Vânia pede a Denise que escreva. A mãe de Milene, portanto, parece ter, nesse momento, uma necessidade de compartilhar algo, compartilhar suas dores, seus sentimentos, mesmo sentindo que ainda não consegue transformá-las em palavras para serem compartilhadas.

A carta de Denise é como um encontro com a saudade, com o que a ausência de Milene faz sentir, com o luto. Por mais que não seja Vânia contando

<sup>10</sup> <https://issuu.com/jornaldenegociosbd/docs/jornal-negocios-1561-pags-1-a-12>

sobre a sua saudade, a carta me faz sentir essa perda; ela me parece não dizer muito porque é difícil encontrar palavras para compô-la, para dizer essa perda, essa saudade; parece que não há palavras que possam traduzir essa saudade, essas dores porque o luto é ausência e é ausência também de palavras. A dificuldade de encontrar essas palavras talvez seja o que justamente faz com que sintamos essa perda; a ausência do dito é o próprio sentir; a própria ausência de alguém o próprio luto; é vontade imensa de encontrar com alguém que não podemos mais encontrar. Denise pode apenas imaginar a dor que Vânia está sentindo como forma de acolhê-la; ela se deixa afetar por essa imaginação de como deve ser perder uma filha para conseguir escrever essa carta a pedido de Vânia - por mais que suas palavras não servirão para descrever a falta que Milene faz na vida de sua mãe.

Difícil fazer ver esse fato porque não se trata de ver; trata-se de sentir, de ser tocado, trata-se de afeto; e para que as palavras (ou a ausência delas) afetem, é preciso que estejamos abertas para sermos afetadas, é preciso que acolhamos o sentir; e também o tempo do sentir, o tempo do luto. O tempo do luto é provavelmente outro, outro do tempo das notícias, outro do tempo capitalista, outro do tempo da burocracia. Essa carta escrita a pedido de Vânia foi publicada um mês depois da morte de Milene, um mês depois das notícias veiculadas nos jornais da crônica de Denise, da carta de Débora, das manifestações, do 8 de março. Foi publicada quando a maioria das pessoas começavam já, talvez, a esquecer o caso de feminicídio de Milene frente ao turbilhão de outros tantos acontecimentos, eventos, notícias, imagens que emergem cotidianamente, atropelando uns aos outros.

Se, nas notícias, Milene vai ficando para trás e sua imagem vai se desvanecendo, para as pessoas próximas a ela, a sua ausência e a saudade parecem ser cada vez mais presentes. Vânia pede que Denise escreva um texto que lembre sua filha talvez por ter justamente essa sensação, de que as pessoas a iam esquecendo, enquanto a saudade que sentia se tornava cada vez mais profunda; enquanto a sua ausência se tornava cada vez mais presente. Com essa carta no Jornal, Vânia torna pública e política a sua dor e o seu luto, compartilhando esse sentir e esse outro tempo; um tempo que, no Jornal de Negócios, retoma a fotografia de Milene veiculada nas vésperas de seu assassinado; é um texto que interrompe o fluxo das notícias, retomando de outra

forma uma notícia já passada; uma fotografia já veiculada, propondo outros afetos e outro tempo para aquelas que abrem o jornal para lê-lo.

## **7. Considerações finais**

Segundo o filósofo Alfredo Bosi, o conceito de resistência diz respeito a uma força de vontade que resiste a uma outra, exterior ao sujeito, é um conceito originalmente ético. “Resistir é opor a força própria à força alheia.”, Bosi comenta. O conceito foi pensado e formulado em meio a Segunda Guerra Mundial, quando intelectuais enfrentavam o nazismo produzindo, mais tarde, o cerne do que seria chamado de literatura de resistência. Resistência é, portanto, opor a própria força contra uma outra.

Nesta pesquisa, tentamos trazer narrativas atravessadas e guiadas pelo afeto e pelas experiências do corpo de forma a propor uma outra cena que se tece em oposição, ruptura e resistência ao fluxo de violências de gênero; fluxo tal que muitas vezes termina em um crime fatal e que, para além dele, continua simbolicamente, violentando a memória das vítimas, violentando pessoas próximas a elas, violentando-nos. Tecer uma outra cena de encontro com Milene, que proponha uma ruptura aos enquadramentos do feminicídio, que se oponha à insensibilidade, à crueldade, à burocracia, ao distanciamento, à universalidade, ao desenraizamento, que marcam os sistemas patriarcais e capitalistas. Refletir possibilidades de um falar sobre o feminicídio que não violenta a vítima e que se oponha - a partir de uma ruptura, um dissenso - aos gestos, discursos, imagens, narrativas que naturalizam e reverberam a língua do feminicídio.

Ao longo deste percurso, compreendi, em algum momento que, ser guiada pelos afetos e ter o corpo como meio em uma pesquisa acadêmica já se configurava como eixo de uma força que se tece contra outra. Pesquisar com afetos é opor-se especialmente à burocracia, ao distanciamento, ao desenraizamento do discurso hegemônico da academia. Traços que estão intrinsecamente relacionados ao ideal de objetividade e neutralidade do jornalismo tradicional e presentes nos relatos de instituições policiais e jurídicas.

Pesquisar com afetos foi também me colocar entre a pesquisa; assumir meu próprio corpo enquanto uma linha que conecta as textualidades e narrativas

que aqui se fizeram presentes na tessitura dessa outra cena. Colocar meu próprio corpo em defesa de Milene, de sua memória, ocupar este espaço para escrever, a partir também, de uma indignação, da experiência, do encontro, da necessidade de falar e fazer algo por Milene e contra as violências de gênero. Os afetos se configuraram aqui, portanto, também como textualidade, como parte também da composição desta outra cena de encontro com Milene, a qual ensaiamos tecer.

Uma cena que fosse um dissenso; uma ruptura - porque é preciso romper com a continuidade de violências de gênero que significa o fenômeno do feminicídio. Romper com o fluxo de gestos, narrativas, imagens que naturalizam as violências de gênero, culpabilizam a vítima, desritualizam a morte. O tecer desta outra cena de encontro se configurou como dissenso e resistência ao regime de forças hegemônico patriarcal na medida em que foi também composto pelo choque, revolta e dor de Dinha – tia de Milene – que se fizeram presentes em seu testemunho – ou no nosso encontro com ele; foi também composto pela indignação de Denise e das manifestantes - nas palavras e corpos inquietos, palavras e corpos que precisavam ocupar o vazio e a revolta que surgiram com a morte de Milene; palavras e corpos que se fizeram em sua defesa, em defesa de sua memória, em defesa de todas nós. Esta outra cena também foi atravessada pelas reflexões de Débora e pela dor e saudade intraduzíveis e inexprimíveis de Vânia, mãe de Milene.

Compreender melhor o fenômeno do feminicídio como um fenômeno estrutural e, principalmente, como um ato final de uma série de violências de gênero foi fundamental para entender também a necessidade de elaboração dessa outra cena; de um outro aparecer dos corpos e também de uma outra compreensão do próprio corpo como formas também de lutar e de se opor à língua do feminicídio. Opor-se à noção de corpo enquanto território expropriável; entender-se enquanto corpo-território; enquanto corpo que é território, enquanto corpo que, a partir de sua presença, territorializa, escreve, fala, tece, defende, luta.

Esta pesquisa, portanto, revelou uma abertura de um leque de possibilidades para pensar outras cenas de encontro com vítimas de feminicídio a partir da territorialização do espaço acadêmico, do fazer desta pesquisa – do incorporar; dar corpo e afeto ao pesquisar de forma a defender a memória de

Milene a partir destas palavras que aqui emergem, a partir da escolha do referencial teórico, a partir das narrativas acima descritas. Também abriu possibilidades para pensar outras formas de narrar e dar a ver cada caso de feminicídio de maneira a não repetir as violências de gênero e opor-se aos enquadramentos do feminicídio.

\*\*\*

*Milene,*

*eu te peço licença para retomar todas essas dores; para, de alguma forma, entrar nesse território sensível que sua partida desencadeou. Espero que você entenda a necessidade de falarmos sobre esse assunto tão delicado e doloroso; de falarmos sobre o feminicídio a partir da singularidade de cada caso, a partir dos nossos corpos-territórios.*

*por mais que eu não tenha te conhecido em vida, Milene, nunca me esquecerei de você e de sua fotografia sendo levantada na Marcha Contra a Violência em 2019. É ainda desse momento que quero lembrar quando alguém falar de você; lembrar-te querida, acolhida entre as suas e os seus, lembrar-te sendo presente alegre e bonita – como sua tia Dinha disse que você sempre andava.*

*para ser muito sincera, eu não sei como fazer justiça à sua morte, Milene, mas venho pensando em como você gostaria de ser acolhida na memória das pessoas; como você gostaria que falássemos sobre tudo que te aconteceu e que, cotidianamente acontece com várias mulheres– sei que nunca terei uma resposta; mas acredito que enquanto também mulheres e pessoas afetadas pelo que te aconteceu, nós podemos imaginar essas respostas.*

*portanto, eu peço licença novamente para também imaginar tais resposta; para imaginar maneiras de falar sobre o feminicídio, sobre o que te aconteceu, a partir dos nossos próprios corpos e experiências. Ressalto que nos posicionaremos sempre, sempre em sua defesa; atuaremos em defesa de sua memória e acolheremos as dores das pessoas para quem você é querida.*

*Cecília.*



## 8. Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BOSI, Alfredo. **Narrativa e Resistência**. In: Itinerários, Araraquara, nº 10, 1996.

BUTLER, Judith. **Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 212-230.

CALDEIRA, Bárbara Lopes. **Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros**. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte, 2017.

CORRÊA, Regina Stela; COSTA, Carolida Vieira da; ROQUE, Camila Bertoleto **Os Femicídios em Ciudad Juárez no México: reflexões sobre Caso “Campo Algodonero”**. Femicídio – quando a desigualdade de gênero mata: mapeamento da Tipificação na América Latina / organizadores: Patrícia Tuma Martins Bertolin, Bruna Angotti, Regina Stela Corrêa Vieira. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. 376 p.; 23 cm.

DE SOUZA, Luciano Anderson; DE BARROS, Paula Pécora. **Questões controversas com relação à lei do feminicídio (Lei n. 13.104/2015)**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 111, p. 263-279, 2017.

FALQUET, Jules. **De los asesinatos de Ciudad Juárez al fenómeno de los feminicídios: ¿nuevas formas de violencia contra las mujeres?**, 2014.

FERRER, Diana Valle. **Espacios de libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia**. Buenos Aires: Espacio, 2011. Capítulo II – Raíces de la violencia contra las mujeres: perspectivas teóricas. p. 37-68.

GAGO, Verônica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território(s) numa perspectiva latino-americana**. Journal of Latin American Geography, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 141-151 (Article).

LAGARDE, Marcela. **La Violencia feminicida en 10 entidades de la República Mexicana**. Congrès de l'Unión, Camara de diputados, México DF: 2006.

LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane. **Textualidades midiáticas** / Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018. 172 p. (Olhares Transversais)

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO; Carlos Alberto de; ANTUNES, Elton. **Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. – Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

LÉVINAS, E. **Alterité et transcendence**. Paris: Fata Morgana, 1995.

MARQUES, Ângela S. C. **O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo**. Galáxia (São Paulo, online), ISSN: 1982-2553. Publicação Contínua. e53828 <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202253828>. v. 47, 2022, pp.1-21.

MARQUES, Ângela S. C; VELOSO, Lucas, H. N; PRADO; Marco Aurélio M. **Enquadramentos, cenas dissensuais e o aparecer antierárquico: ação política e resistência em Judith Butler e Jacques Rancière**. COMUN. MÍDIA CONSUMO, SÃO PAULO, V. 18, N. 53, P. 394-416, SET./DEZ. 2021 DOI 10.18568/CMC.V18I53.2478

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência**. In: Revista Contracampo, v. 26, n. 1, ed. abril, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2012. Págs: 126 – 145.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela. **A comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas**. Revista Intercom, São Paulo, v. 42, p. 21-40, 2018.

MENDONÇA, Carlos M. C. **Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva**. Afetos, teses e argumentos [recurso eletrônico] / – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021 – (Olhares Transversais, v. 1)

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica** [recurso eletrônico] / Jean- -Luc Moriceau. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2020.

MORICEAU, Jean- Luc. **Escritura e afetos**. Afetos, teses e argumentos [recurso eletrônico] / Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021 – (Olhares Transversais, v. 1)

PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Carvalho. **Afetos, teses e argumentos** [recurso eletrônico]. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021 – (Olhares Transversais, v. 1)

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana E. H. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Great Britain: Open University Press: 1992.

RANCIÈRE, Jacques. **O método da cena**. Belo Horizonte: Quixote-Do, 2021.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências.** PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.79-102

RUSSEL; Diana; DE VEN, Nicole Van (ed.). **Crimes Against Women: Proceedings of the International Tribunal.** 3rded. California: Russell Publications, 1990.

RUSSEL, D. CAPUTTI J. **Femicide: the politics of women killing.** New York: Twayne Publisher; 1992

RUSSEL, Diana. **Fala sobre as origens dos feminicídios, dezembro de 2011.** [http://www.dianarussell.com/origin\\_of\\_femicide.html](http://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html). Acesso em: 28/06/2021

SEGATO, Rita Laura. **Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez.** Revista de Estudos Feministas, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/ago. 2005.

SEGATO, Rita Laura. **Que és un feminicídio.** Notas para un debate emergente. Série Antropología, 401, Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **La escritura em el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez.** Territorio, soberania y crímenes de Segundo Estado. In: La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda.** Tradução de Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. (e-book)

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

SPINOZA, Bento. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects.** Conceptualizing Relational Sociology. Ontological and Theoretical Issues. Durhan & London: Duke University Press, 2007.

VAZ, Paulo Bernardo e ANTUNES, Elton. **Mídia, um aro, um halo, um elo.** In: FRANÇA, Vera e Guimarães, César. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VAZ, Paulo. B. F. & BIONDI, Angie. G. (2016). **Silêncio visual e gritos verbais nas narrativas jornalísticas do feminicídio.** In M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.), Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar (pp. 71-86). Braga: CECS.